

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sarah Jane Pereira Santos

**Referenciação na produção de manual didático:
Uma contribuição para a prática da leitura**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sarah Jane Pereira Santos

Referenciação na produção de manual didático:
Uma contribuição para a prática da leitura

Dissertação apresentada à comissão examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias.

SÃO PAULO
2010

Aos meus pais **Sebastião e Marina,**

Por serem meus amores, exemplos de amor incondicional.

A meu esposo **Marcelo Conde,**

Pelo companheirismo e paciência nas minhas ausências.

Aos meus irmãos **Jussara, Wagner e Sandro** e aos meus queridos sobrinhos Milena, Bruno e Thiago

Por serem minha vida, minha família.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias, exímia profissional, referencial de competência e dedicação, pela orientação cuidadosa e pelo incentivo constante a pesquisa.

À Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero, ilustre pesquisadora, exemplo de competência acadêmica e educadora generosa cujas contribuições enriqueceram este trabalho.

Ao Prof. Dr. Sandoval Nonato Gomes Santos, notável exemplo de dedicação à pesquisa, pelas contribuições valiosas para o aprimoramento do trabalho no exame de qualificação.

Aos queridos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC SP, especialmente, à Profa. Dra. Neusa Maria Oliveira Bastos, à Profa. Dra. Dieli Vesaro Palma, ao Prof. Dr. Luis Antônio Ferreira e ao Prof. Dr. João Hilton Sayeg Siqueira, por serem referenciais como educadores, pela convivência humana e acadêmica enriquecedoras, pelo acolhimento, incentivo e pelas inúmeras contribuições.

Aos meus colegas do Mestrado, Vagner Aparecido de Moura, Tatiane Emanuele e Cristiano P. Miranda, pelo companheirismo e apoio.

Aos meus colegas de trabalho e alunos da Escola Estadual Jardim Bopeva, em Praia Grande, e da Escola Municipal Rio Grande do Sul, em Cubatão, pelo apoio irrestrito e compreensão.

À Secretaria Estadual de Educação pelo financiamento desta pesquisa por meio da bolsa mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o fenômeno da referenciação em manual didático, especificamente da área de História. Sob a perspectiva sociocognitiva - interacional de linguagem, analisaremos como se constitui a atividade referencial na composição de uma unidade, especialmente, no plano da seleção e organização dos tópicos de estudo. A pesquisa se situa no campo da Linguística Textual e se fundamenta em estudos sobre a referenciação em que assume especial destaque a relação intersubjetiva por meio da qual os sujeitos (re) constroem os objetos de discurso ancorados em atividades linguagem situadas social e culturalmente (*cf.*: MONDADA & DUBOIS, 2003). Os resultados obtidos indicam que a referenciação, como processo dinâmico e interativo, contribui para a organização do material de estudo e oferece ao leitor pistas relevantes para a atividade de leitura e produção de sentido.

PALAVRAS – CHAVE: Referenciação, objetos de discurso, manual didático, leitura.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the phenomenon of referral on textbook, specifically, in history's field. Under language interactional-sociocognitive perspective, we are going to analyze as if is the reference activity in the composition of a unit, specially, in terms of selection and organization of the topics of studies. The research is situated in the Linguistic Textual and based on studies about referral in which put on particularity highlighted to the intersubjective relationship, through subjects (re) build objects of discourse, anchored on language activity, situated social and cultural (*cf.*: MONDADA & DUBOIS, 2003). The outcomes indicate that referral as dynamic and interactive process, contribute to the organization of study material and offer to the reader relevant insights to reading activity and productions of meaning.

KEY-WORDS: Referral, objects of discourse, textbook, reading

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - Referenciação: algumas considerações teóricas	10
1.1 Sobre a noção de referenciação	10
1.2 Referenciação e categorização na perspectiva discursiva	13
1.3 Referenciação e estratégias de (re)construção de objetos de discurso	15
1.4 Referenciação e anaforização	18
1.5 Referenciação e inferenciação	23
1.6 Referenciação e hipertextualidade.....	25
CAPÍTULO 2 - O <i>corpus</i> da pesquisa	27
2.1 A seleção do <i>corpus</i>	27
2.1.2 A coleção didática “Encontros com a História”	30
2.1.3 A organização da coleção	31
2.1.4 A composição da unidade 1 da coleção – foco de análise.....	32
CAPÍTULO 3 – Análise	40
3.1 Sobre as relações referenciais entre os textos constitutivos da unidade I- capítulo 1 ...	40
3.2 Sobre as relações referenciais entre os textos constitutivos da unidade I- capítulo 2	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXO	70

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a referenciação no manual didático de História, entendendo-se a referenciação, conforme Mondada & Dubois (1995, 2003), Dubois (2003), Koch (2005, 2006a), como uma atividade discursiva segundo a qual os sujeitos, inseridos em situações de interação, realizam escolhas significativas no material linguístico que tem à disposição, a fim de alcançar seus propósitos comunicativos.

Tendo-se em vista o objetivo proposto, selecionamos um *corpus* constituído por uma unidade do manual didático de História *Encontros com a História*, de autoria de Vanise Ribeiro e Carla Anastasia, publicado pela Editora Positivo, no ano de 2006, volume indicado para a 5ª série ou 6º ano do ensino fundamental II.

A escolha pelo manual da área de História se justifica porque consideramos que todas as áreas têm um compromisso com as práticas de leitura, visto ser a leitura uma ferramenta indispensável para a construção do conhecimento. Particularmente, a leitura de textos da área de História exige do leitor que leve em conta o contexto de enunciação, de produção, o gênero do discurso, os pressupostos do autor, sua visão de mundo e ideologias que permeiam e se revelam na narrativa histórica.

Nesse sentido, pressupomos que os referentes, entendidos em perspectiva sociocognitiva-interacional, são construídos discursivamente e funcionam como importantes pistas produzidas pelo autor para orientar o leitor em sua atividade de leitura e compreensão do texto.

Para a análise de como a atividade de referir contribui para a organização do manual didático e, conseqüentemente, para a atividade de leitura, selecionamos, a título de exemplificação, uma unidade de estudo e seus elementos organizacionais como capítulos, tópicos, boxes, textos complementares e textos visuais.

Situada no campo da Linguística Textual, a pesquisa se fundamenta em estudos do texto e da referenciação em que assume especial destaque a relação intersubjetiva por meio da qual os sujeitos (re) constroem os objetos de discurso recorrendo a conhecimentos, valores e ideologia. Nessa perspectiva, a referência deixa de ser apenas um fenômeno linguístico para

contemplar as atividades de linguagem em meios às práticas sociais e às situações enunciativas (*cf.*: MONDADA & DUBOIS, 2003). Por sua vez, o texto é compreendido como um evento comunicativo em cuja constituição entram elementos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais (Beaugrande, 1997).

De modo geral, o trabalho compõe-se de três capítulos, além desta introdução, das considerações finais, bibliografia e anexos.

No capítulo 1, tratamos da noção de referenciação como um processo que se constitui no e pelo discurso, da noção de categorização como atividade discursiva, bem como das estratégias de construção, ativação e reativação de referentes, em um movimento que extrapola a linearidade do texto.

No capítulo 2, apresentamos o *corpus* da pesquisa composto por textos de uma unidade extraída do manual didático da área de História descrito anteriormente.

No capítulo 3, procedemos à análise do *corpus*, considerando, no plano da seleção e organização dos tópicos da unidade de estudo, como ocorre a introdução de referentes, sua retomada ou desfocalização nas relações entre textos.

CAPÍTULO 1 – Referenciação: algumas considerações teóricas

1. Sobre a noção de referenciação

A questão da referência, tema clássico na filosofia da linguagem e na linguística, fomenta o interesse de estudiosos de diversas áreas epistemológicas, transpassa inúmeras perspectivas teóricas e refloresce a cada questionamento científico.

Desde os gregos até a atualidade, permanece a preocupação em compreender como temos acesso à realidade e à construção do conhecimento. Esse interesse perpassou a história do pensamento ocidental e fundamentou-se em uma relação biunívoca entre linguagem e mundo, chamada de visão representacional de linguagem.

Nessa visão, a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam de forma mais ou menos adequadas às coisas. Entende-se que há uma correspondência entre as palavras e os objetos do mundo, conforme as metáforas do espelho e do reflexo. Assim, parte – se do pressuposto de que o mundo, independentemente do sujeito e suas relações sócio-cognitivas, pode ser discretizado em objetos ou “entidades” *a priori*, assim como as representações linguísticas devem se adequar aos referentes do mundo (cf. MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 19).

Nesses estudos, a noção de referência, entendida como representação extensional da realidade, pressupõe uma concepção estruturalista de linguagem segundo a qual a linguagem é um sistema ontológico, capaz de codificar e decodificar os objetos do mundo; noção esta que passa a ser discutida ao se considerar a língua como um sistema simbólico.

No entanto, a questão da referência, nos estudos de Mondada & Dubois (2003), é vista por um novo prisma: *“o problema, não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo.”* (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20)

Dentre os variados posicionamentos acerca da questão da referência, as autoras destacam duas perspectivas que se contrapõem: a que se sustenta por meio da tradição filosófica e lógica e a perspectiva sociocognitivista - interacional. Na primeira, a referência é

vista em uma visão representacional da linguagem, em um quadro vericondicional no qual as palavras se ajustam como etiquetas as coisas do mundo, ou seja, os signos linguísticos atuam para representar, corresponder os objetos do “mundo real”, conforme dissemos anteriormente.

A segunda perspectiva, que norteará a nossa pesquisa, concebe a referência como atividade dos sujeitos, em uma dada situação comunicativa, para identificar, referir, nomear ou designar os objetos de discurso de acordo com seu propósito de dizer. Esses objetos de discurso caracterizam-se essencialmente pela instabilidade, pela plasticidade para discretizar as coisas do mundo, inseridos em um contexto, no decorrer de práticas interativas que conferem sentido à língua e ao mundo. Nessa perspectiva, a referência é entendida como um processo, como atividade discursiva. Seu surgimento atrela-se às mudanças de prisms filosóficos, com a desconstrução da metafísica; transfere-se o foco da relação entre o pensamento e o mundo para a relação entre a linguagem e o mundo. (cf. SALOMÃO, 2003, p. 151)

Essa abordagem fundamenta-se no pressuposto de que *a referenciação constitui uma atividade discursiva*, de acordo com os estudos de Mondada & Dubois (1995,2003), Koch (1998, 2003, 2005, 2006) e Marcuschi (1998, 2003, 2005, 2008).

Mondada & Dubois (2003, p. 20) postulam que a referenciação:

“...implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos a priori do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades.”

Nessa concepção, a referenciação é entendida como um processo resultante das relações sócio-cognitivas dos sujeitos que constroem referentes *no* e *pelo* discurso. Essa prática simbólica liga – se à interação e à intersubjetividade na medida em que esses sujeitos se relacionam com o mundo e com os outros, partilhando suas concepções, resignificando – as, (re) construindo, dessa forma, objetos cognitivos e discursivos.

A reelaboração da realidade por meio da textualização do mundo é influenciada por aspectos físicos, sociais, culturais e históricos e pela forma como nos relacionamos e

interagimos com o mundo. No entanto, Koch (2006a) afirma que não se trata de negar a existência da realidade, nem tampouco considerar a subjetividade como fator essencial de construção da realidade. Para a autora, esses posicionamentos não constituem paradoxos, pois, ao apreendermos a realidade e interagirmos com o mundo, a reelaboração que executamos nesse processo, de forma cooperativa, revela o resultado de uma atividade discursiva, realizada de acordo com determinados propósitos comunicativos.

Koch (2006a, p. 80) adota as postulações de Apothelóz & Reichler –Béguelin acerca do processo referencial, segundo as quais:

- a. a referência é produto das operações dos sujeitos no desenvolvimento do discurso;
- b. o discurso constrói aquilo que faz remissão e ao mesmo tempo é tributário deste. Todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada;
- c. os objetos de discurso são dinâmicos, uma vez introduzidos no discurso, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, (re) construindo-se no e pelo discurso;
- d. o processamento do discurso é estratégico, pois implica da parte dos interlocutores escolhas significativas dentre as múltiplas possibilidades que a língua coloca a disposição.

Tais postulados possibilitam compreender que a interpretação de uma expressão anafórica (nominal ou pronominal) depende de algum tipo de informação presente na memória discursiva (não em um segmento linguístico - um antecedente no co-texto - ou um referente do mundo). Isto é possível devido “*a nossa maneira de ver e dizer o real*” (cf. MARCUSCHI & KOCH, 1998, p. 5). Esta reelaboração da realidade por meio do discurso ocorre em conformidade com as condições culturais, sociais, históricas e em decorrência da própria discursivização da realidade com o uso da língua.

Ainda ressalta Koch (2006a) que a textualização do mundo por meio da linguagem não se limita ao código linguístico, nem ao aspecto informacional; ocorre por meio da (re) construção do real, pois, ao usar e manipular uma forma simbólica, modificamos o conteúdo e a estrutura dessa forma, e, conseqüentemente, a estrutura da realidade também é manipulada.

Portanto, a substituição da noção de referência pela de referenciação resulta de uma mudança de perspectiva que considera a relação dos sujeitos inseridos em práticas discursivas, com determinadas intenções e propósitos. Nessa atividade discursiva, os signos linguísticos

são recursos que constroem e reconstróem a realidade, não correspondem especularmente às coisas mundanas, mas são constructos do discurso, ou seja, objetos de discurso.

Sendo assim, os objetos-do-discurso não apresentam uma correspondência vericondicional com os objetos do mundo, nem tampouco com sua representação objetiva. Os “objetos” são elaborados *no e pelo* discurso, são escolhas significativas do sujeito da enunciação. Por isso, Koch (2005, p. 35) defende que o processamento do discurso é um processamento estratégico, pois os sujeitos selecionam, designam, nomeiam, atribuem novas características ao objeto, ou seja, operam sobre o material linguístico para realizar seu projeto de dizer.

1. 2 – Referenciação e categorização na perspectiva discursiva

Mondada e Dubois (2003, p. 17) partem do pressuposto de que a instabilidade é inerente ao discurso. Assim sendo, as autoras rejeitam a visão representacional de que a língua refere o mundo de maneira cartográfica, especular, pois não se entende o sistema linguístico como algo pronto, capaz de relacionar as palavras e as coisas de maneira biunívoca. Nesse sentido, sob a perspectiva da referenciação, considera-se a atividade discursiva do sujeito sobre o mundo e sua inserção sociocognitiva como fundamentais para (re) significar a realidade. Esse posicionamento é destacado na seguinte afirmação das autoras:

“...as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e os objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não – verbais, nas negociações dentro da interação.” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 17)

Respalado nas reflexões das autoras, Marcuschi (2003, p. 251) defende que *“as categorias são muito mais modelos sociais do que modelos mentais, tendo em vista seu processo de constituição. As categorias são elaboradas no processo dinâmico de interlocução cooperativamente desenvolvida”*.

Fundadas em práticas coletivas, as categorias baseiam-se em protótipos e estereótipos construídos pela sociedade, por isso estão sujeitas a mudanças sincrônicas e, são portanto, diacrônicas e instáveis. Essas mudanças viabilizam a plasticidade linguística e cognitiva, podendo assegurar a adequação contextual e adaptativa.

De acordo com Mondada e Dubois (2003, p. 24),

“Os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, ad hoc e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo”.

As categorias estão sujeitas aos diferentes olhares e prismas, podendo evoluir, modificar - se de acordo com os contextos discursivos e com os propósitos de quem enuncia ou participa da situação comunicativa, já que *“os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo”* (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 29). Nesse sentido, reitera-se que a instabilidade das categorias está ligada às práticas discursivas e ao contexto e pode ser observada na superfície textual no modo como os objetos de discurso são nomeados/renomeados, tanto na produção oral quanto na escrita. Segundo Mondada & Dubois (2003, 29),

“...quer se trate de objetos sociais ou de objetos “naturais”, observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser “deategorizado”, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. Nosso argumento consiste em dizer que a “estabilidade” resulta, de fato, de um ponto de vista realista que relaciona as categorias às propriedades do mundo – como se a objetividade do mundo produzisse a estabilidade das categorias – no lugar de relacioná-las aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados.”

Sendo assim, as autoras defendem que a instabilidade caracteriza os objetos de discurso e isso decorre da atuação dos sujeitos em práticas simbólicas, construídas interacionalmente, *no* e *pelo* discurso. Também ressaltam que, por sua vez, a estabilidade resulta de práticas recorrentes individuais e intersubjetivas desses sujeitos na sociedade.

Para Marcuschi (2003), o comportamento social humano se vale dos modelos de situação apreendidos ao longo da vida para interpretar a situação e agir da forma mais adequada, com base em sua interpretação contextual. Desse modo, a estabilidade decorre dos construtos sociais, dos modelos de situação recorrentes que nos servem como base (ou

parâmetro fundador) para a construção de novos conhecimentos; atingindo, inclusive, a dimensão da linguagem. A relativa estabilidade dos objetos de discurso encontra-se ancorada nas representações criadas pelo sistema cognitivo, baseadas nos protótipos e estereótipos. Nesse sentido, a estabilidade decorre tanto dessas representações coletivas quanto da atividade discursiva.

Portanto, a categorização resulta de práticas simbólicas, situadas social e historicamente, construídas “*ad hoc*”, dependendo do ponto de vista de quem enuncia e do contexto. Fundada nos modelos sociais e em uma estabilidade necessária, por meio dos protótipos e estereótipos, garante, ao mesmo tempo, a plasticidade da língua.

Dessa forma, as categorizações e recategorizações dos objetos de discurso ampliam as possibilidades discursivas do enunciador que, *como sujeito “envolvido”, social e culturalmente ancorado* (cf. MONDADA & DUBOIS, 2005, p. 49) discretiza a língua, negocia versões públicas da realidade e, por meio de processos simbólicos complexos, estruturam e dão sentido ao mundo.

1. 3 – Referenciação e estratégias de (re)construção de objetos-de-discurso

Como afirmamos anteriormente, os sujeitos constroem e reconstroem os objetos no interior do discurso. Esses objetos de discurso são usados para textualizar o mundo de forma não especular e constroem uma representação baseada na memória compartilhada (ou memória discursiva). As escolhas realizadas pelos interlocutores não são feitas de forma aleatória, mas vem ao encontro de um propósito comunicativo, de um projeto de dizer. No decorrer do discurso, essas escolhas permitem a produção de sentidos levando-se em conta fatores co-textuais e contextuais ligados à memória discursiva.

Segundo Koch (2002, 2004, 2005), as estratégias de referenciação são: *introdução, retomada e desfocalização*. Essas estratégias possibilitam, ao longo do texto, a progressão dos referentes textuais assim como a progressão do texto.

A introdução ocorre quando um referente, até então não mencionado no texto, é ativado. Esse objeto de discurso passa a preencher um “endereço cognitivo” e fica em foco na superfície linguística. Esse processo de construção de referentes pode ocorrer de forma ancorada e não-ancorada. (cf.: Koch, 2004; 2005)

A ativação ancorada caracteriza-se pela introdução de um novo objeto de discurso na superfície linguística ou relacionada ao contexto sociocognitivo, sendo necessário recorrer à associação e/ou inferenciação para a sua identificação.

Segundo Koch (2006a), as nominalizações, como são denominadas por Apothéloz & Reichler-Béguelin, podem ser incluídas nos casos de introdução ancorada de objetos-de-discurso. Essa operação consiste em referir por meio de um sintagma nominal um processo ou estado representado por uma proposição. Esta adquire o estatuto de entidade. Dessa forma, a nominalização designa a transformação de proposições em entidades.

Francis (2006) denomina as nominalizações como rotulações e considera esse processo resultante de encapsulamentos de predicções (antecedentes ou subsequentes) que passam a ser considerados como objetos-acontecimento alocados na memória discursiva dos interlocutores.

Quanto à ativação não-ancorada, ocorre quando um novo objeto de discurso é introduzido no texto, no entanto, esse referente terá um “endereço cognitivo” na memória do interlocutor, sem apresentar-se no co-texto. Em alguns casos, pode servir para categorizar o referente por meio de uma expressão nominal.

Em se tratando da estratégia de retomada, Koch afirma que ocorre quando um objeto de discurso já apresentado no co-texto é reativado. Trata-se de uma estratégia de manutenção desse referente que fica saliente na superfície linguística, possibilitando, dessa forma, a progressão referencial. De acordo com Koch (2006b, p. 67), a manutenção ou reconstrução de objetos já ativados no modelo textual “*pode realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos etc. bem como por intermédio de recursos de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais etc.)*”

A autora destaca as seguintes formas linguísticas para retomada de referentes: uso de pronomes; expressões nominais definidas e de expressões nominais indefinidas.

Quanto às expressões ou formas nominais definidas, elas se constituem minimamente de um determinante definido e de um nome. As expressões nominais abrangem as descrições definidas, as nominalizações, as rotulações, as anáforas diretas, indiretas e associativas (cf.: Koch, 2006b).

Ainda, para a autora, essas expressões referenciais podem apresentar em sua constituição básica determinante e nome. Como determinantes, podem ser usados artigos definidos e indefinidos, pronomes demonstrativos e possessivos. Por sua vez, como nome-núcleo podem funcionar nomes genéricos, metafóricos, meronímicos e/ou metonímicos, metadiscursivos, etc. Quanto ao modificador, estes podem ser adjetivos, oração relativa, advérbios, etc.

A estratégia de desfocalização consiste na ativação de um novo referente, desativando o objeto que estava em foco anteriormente que continua, entretanto, a ter um endereço cognitivo no modelo textual, podendo ser ativado novamente.

Nesse processo de introdução de objetos de discurso, salientam-se dois aspectos:

- a repetição cíclica desses procedimentos permite a estabilização do referente;
- a contínua (re) elaboração e modificação por meio de novas referências resulta na progressão referencial.

Segundo Koch (2006a), no processo de compreensão do discurso, os “endereços” ou locações cognitivas podem ser expandidos ou modificados, de modo que ao referente possam ser acrescentadas informações e/ou avaliações (de maneira sucessiva e intermitente), construindo uma unidade de compreensão complexa.

Porém, a continuidade de um texto não se constrói de maneira progressiva e linear, numa somatória progressiva de partes. O processamento textual ocorre numa oscilação entre movimentos projetivos e retrospectivos, ou seja, para frente e para trás, respectivamente representados (parcialmente) pela catáfora e anáfora.

A progressão textual se estrutura com base no já dito, no que será dito e no que é sugerido, que se co – determinam progressivamente. Portanto, o texto é um universo de relações sequenciadas, mas não lineares, podendo apresentar movimentos abruptos, fusões, alusões. Essa progressão textual estabelece as condições da textualização caracterizadas pela co – determinação progressiva.

1.4 – Referenciação e anaforização

Na retórica clássica, o conceito de “anáfora” correspondia à repetição no início de uma frase, de uma expressão ou de um sintagma, cuja função, nessa visão linear, é retomar referentes que foram introduzidos previamente no discurso em uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente (cf. MARCUSCHI, 2005). Nesse sentido, a anáfora é compreendida como um elemento que substitui, retoma ou reativa os objetos de discurso.

Alinhado a essa concepção restrita de anáfora, Milner postula uma relação entre a anáfora e um antecedente textual de forma inteira ou parcial. Em suas palavras:

*“Há uma relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente - A. Esta relação existe * quando B é um pronome cuja referência virtual só se estabelece pela interpretação de um N” que o pronome “repete”. Ela existe igualmente quando B é um N” cujo traço definido – ou seja, o traço identificável do referente – depende exclusivamente da ocorrência, no contexto, de um certo N” – na verdade, geralmente, o mesmo do ponto de vista lexical.” (MILNER , 2003, p. 94)*

Essa estratégia endofórica consiste na relação de um segmento linguístico (A) e uma expressão anafórica (B) que o recupera ou retoma na superfície textual. O autor propõe que a relação se apresenta tanto na anáfora pronominal como na anáfora nominal.

No entanto, Marcuschi (2005) pontua que a visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda sua complexidade, pois nem sempre toda anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente.

No artigo “Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras”, o autor destaca a estratégia endofórica de ativação de referentes novos, sem que haja uma retomada direta, ou seja, sem um antecedente que o corresponda explicitamente. Dessa forma, os referentes textuais são construídos e ativados por meio de âncoras, elementos de relação ou associação que se apresentam na tessitura textual em desenvolvimento. Essas âncoras possibilitam ao interlocutor mobilizar conhecimentos de diversas ordens para inferir e realizar o processamento do texto. (cf. MARCUSCHI , 2005)

Em suas reflexões, Marcuschi toma como ponto de partida a definição de anáfora indireta proposta por Schwarz para discutir a complexidade do fenômeno, partindo da premissa de que as referências textuais são construídas no processo discursivo e de que muitos referentes são objetos-de-discurso construídos no modelo textual.

Nesse sentido, o autor analisou **casos de progressão referencial multilinear e não direta**. Para o autor, mesmo **inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma anáfora indireta e o co-texto, persiste um vínculo coerente na continuidade temática** que não compromete a compreensão. Nas palavras do autor “a anáfora indireta é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local.”

A anáfora indireta (AI), geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto, trata-se de uma estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita.

Ainda em seus estudos sobre a anáfora indireta, Marcuschi (2005, p.91) ressalta que

Entre uma AI e um co-texto antecedente (uma âncora), há um vínculo coerente, embora não haja uma relação entre domínios referenciais que sequenciam estados de coisas, entidades etc. Essas cadeias quase sempre são lacunosas, exigindo conhecimentos comuns, partilhados, situativos etc. para preenchimento. Sob este aspecto, as AI podem ser tidas como uma estratégia sistemática de suprir lacunas lexicais.

Ao tratar da anáfora indireta, Marcuschi mantém a conceituação proposta por Schwarz, porém a amplia ao incluir aos casos de anáforas indiretas as ocorrências com expressões indefinidas e pronominais. Essa estratégia referencial destaca-se por possibilitar dois processos fundamentais para a progressão textual: a introdução de novos referentes e a retomada aos mesmos domínios de referência. Com a introdução de novos referentes ocorre a ativação que permite ampliar o modelo textual por meio de um novo nódulo informacional.

As anáforas indiretas, conforme Marcuschi (2005, p. 60), apresentam como características:

- a. a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada e presença de uma âncora;
- b. a ausência da relação de co-referência entre a âncora e a *AI* (existindo apenas uma relação conceitual);
- c. a interpretação da *AI* ocorre por meio da construção de um novo referente e não como reativação de referentes prévios por parte do receptor;
- d. as ocorrências da *AI* se dão normalmente por elementos não pronominais, sendo menos comum sua realização pronominal.

Também ao se debruçar sobre o fenômeno da anáfora, Apothéloz (2003, p. 53) afirma que há casos em que a interpretação do fenômeno anafórico depende sintaticamente de um antecedente presente no co-texto, contudo, há ocorrências em que a interpretação anafórica baseia-se em fatores contextuais e pragmáticos.

O autor, ao problematizar a noção de antecedente, critica a posição segundo a qual formas nominais se refiram apenas a um segmento textual antecedente e assegura que tal formulação somente se aplica a expressões metalinguísticas ou metadiscursivas. Segundo Apothéloz (2003, p. 57), “*as formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo*”.

Outro questionamento feito pelo autor é sobre a necessidade do antecedente para se estabelecer relação de interpretação ou correferência. Ele salienta que o antecedente não é fundamental para o funcionamento das formas de retomada e pondera que a noção de antecedente torna-se problemática se tomada como única forma de ser relacionada ao elemento de retomada. Entretanto, o antecedente nem sempre é um segmento textual delimitável, podendo ser identificado por meio dos atributos que são referenciados a ele.

Ainda de acordo com Apothéloz (2003), as expressões anafóricas ocorrem de acordo com as propriedades específicas em situações de uso e, portanto, conforme variadas condições. Por esse motivo, apresentam-se tipos de anáforas classificadas como: *fiel e infiel; anáfora por nomeação, anáfora por silepse e anáfora associativa*.

A *anáfora fiel* caracteriza-se pela retomada de um SN definido ou demonstrativo que contenha como núcleo o mesmo nome por meio do qual foi introduzido. Esse tipo de ocorrência pode ser considerado anáfora com correferência. (*uma casa... a/esta casa...*- APOTHÉLOZ, 2003, p. 71).

Por sua vez, a *anáfora infiel* distingue-se por apresentar uma expressão nominal ou nuclear diferente na retomada daquele da forma introduzida, o elemento anaforizado. Assim, pode apresentar sinônimos, hiperônimos, hipônimos etc. (*uma casa...a habitação.*- APOTHÉLOZ, 2003, p. 71).

Quanto à *anáfora por nomeação*, refere-se à operação de transformar o sintagma nominal em referente por meio da denominação do processo introduzido por uma proposição anterior. Além disso, a *anáfora por nomeação* também pode retomar o conteúdo proposicional ou o ato de fala, assim como também pode ser construída a partir de conteúdos implícitos.

Já a *anáfora por silepse*¹ ocorre por meio das retomadas anafóricas pronominais com modificações em relação ao gênero e ao número gramatical. Um exemplo de anáfora desse tipo é encontrado no seguinte enunciado:

Uma mulher infiel, se assim for conhecida pela pessoa interessada, é apenas infiel. Se ele a crê fiel, ela é pérfida.

No exemplo, o referente “a pessoa interessada” introduzido pelo artigo definido feminino é retomado pelo pronome masculino “ele”, sugerindo, dessa forma, que a pessoa interessada é do sexo masculino. Portanto, frequentemente, a silepse é uma concordância realizada de acordo com o sentido e não de acordo com a gramática.

No caso das *anáforas associativas* (cf.: APOTHÉLOZ, 2003), esse tipo ocorre quando os sintagmas nominais definidos apresentam simultaneamente duas características:

- 1) dependência interpretativa de um referente anteriormente introduzido ou designado;

¹ De acordo com Apothéloz (2003, p. 73), na retórica clássica considera-se silepse “quando se toma uma mesma palavra toda vez em dois sentidos diferentes”.

2) ausência de correferência com a expressão que designou anteriormente esse referente.

Esse recurso referencial apresenta características prototípicas. Por meio do co-texto precedente, ativa-se uma âncora para que a expressão em anáfora associativa seja apresentada como conhecida pelo interlocutor. A identificação desse referente novo depende do processo inferencial. Assim, determinadas unidades ou estruturas fornecem elementos relevantes para a interpretação desse referente novo. Essas unidades ou estruturas, geralmente, mantêm uma relação semântica meronímica ou de ingrediência.

Também, ao pesquisar a anáfora indireta, Koch (2006a), alinhada aos estudos de Schwarz (2000), Marcuschi (2005) e Apotheloz (2003), afirma que existem diferentes tipos de anáforas indiretas, baseadas nas distintas operações cognitivas e representações de conhecimentos ativados para sua interpretação, não apenas a relação associativa. Nesse sentido, alguns tipos de anáforas indiretas requerem para sua interpretação:

1. inferências que ativam conhecimentos de mundo na memória de longo termo, importantes para desambiguar, precisar ou complementar;
2. inferências que possibilitam a construção de informações, ou seja, a formação dinâmica e dependente de contexto (“situada”) de representações mentais, com vistas à construção do modelo de mundo textual.

A complexidade dessas anáforas constata-se também pelos diferentes tipos, casos mistos e limítrofes, pois podem funcionar como âncoras cuja complexidade sintática, semântica e conceitual caracteriza-se pela variedade. A interpretação de tais anáforas depende de conhecimentos semânticos, conceituais e inferenciais.

1.5 Referenciação e inferenciação

Como vimos em tópico anterior, a referenciação é uma atividade discursiva por meio da qual se dá explícita ou implicitamente a construção de objetos de discurso. Nesse contexto, destaca-se a produção de inferências.

Marcuschi afirma que é impossível não inferir quando se quer produzir significações, ou seja, toda significação está ligada a processos inferenciais. Pode-se dizer que *o resultado do processo de inferenciação se dá como um ato de explicitação*. Assim, o sentido resultante seria a explicitação de inferências discursivamente produzidas, o que sugere que o conhecimento pode ser tido como uma construção sociodiscursiva. Isto daria conta da instabilidade linguística e conceitual, de modo que a estabilidade linguística seria produzida discursivamente.

A realização de inferências durante a leitura e a compreensão do texto depende da mobilização de conhecimentos de mundo, de saberes diversos e da sua reconstrução no interior de um evento comunicativo.

Como atividade que envolve elaborações semânticas, pragmáticas, lógicas, culturais e depende de uma série de fatores linguísticos e extralinguísticos, a leitura é um processo complexo que não se limita à decodificação de um código ou decifração de um sentido literal. Trata-se de uma atividade em que o leitor pode apostar suas predições, recuar para confirmar ou corrigi-las, saltar trechos ou capítulos, enfim, realizar movimentos prospectivos e retrospectivos, de forma plurilinear para produzir sentido.

Marcuschi (1999) propõe a noção de contexto cognitivo como o conjunto de referências sócio – psíquico – culturais do indivíduo, a partir do qual ocorre a organização e elaboração das percepções para o processamento cognitivo e também das informações que contribuem para a compreensão textual.

Ainda afirma o autor que é complexo saber como obtemos uma resposta por meio do processo inferencial, assim como também é complexo explicitar as razões pelas quais chegamos a determinadas conclusões e conseguimos combinar, transformar ou construir elementos significantes em novas informações proposicionais, principalmente quando levamos em conta que existem textos que apresentam problemas em sua constituição, tais

como ambiguidade, pronominalizações desnecessárias que dificultam a recuperação de referentes.

Pensar a leitura como uma atividade que exige do leitor a produção de inferências, dentre outras operações, implica considerar o texto

“uma unidade linguística numa ocorrência comunicativa. Ele não é simplesmente uma soma de sentenças coesas e coerentes, pois estes não são fatores sempre necessários ou suficientes. O texto é uma espécie de estímulo intermediário entre autor e o leitor, ambos com conhecimentos de mundo e sistemas de referência próprios. Resultado de estratégias e operações que controlam e regulam unidades morfológicas, lexicais, sintáticas e sentidos numa ocorrência comunicativa, o texto submete –se a estabilizadores internos e externos para formar uma unidade de sentido.” (Marcuschi, 1999, p.99)

Nessa concepção, o texto é o próprio lugar de interação em que os sujeitos constroem, dialogicamente, os sentidos. Assim, autor e leitor (co) significam o texto, pois o sentido é construído nessa interação, não é algo preexistente.

O texto comporta uma gama de implícitos que exigem do leitor proficiente, em primeira instância, compreender as intenções do autor, baseado no *input* linguístico. Para essa estratégia, ele deve ativar seu mundo de referência, composto por seus conhecimentos, crenças e atitudes, além de situar-se acerca do contexto sociocognitivo dos participantes da interação. As expressões linguísticas presentes em um texto, por exemplo, podem ter forças ilocucionais que não apresentam sentido dicionarizado e, por isso, exigirem para sua compreensão o sentido a partir do contexto de enunciação.

Nesse sentido, Marcuschi (1999) salienta que isso pode se tornar um problema para o produtor do texto, pois ele deve idealizar os conhecimentos que o leitor possui, assim como organizar suas intenções e informações relevantes primando pela clareza e pelo fácil acesso a elas como forma de evitar mal entendidos.

Em linhas gerais, a noção de inferência pode ser entendida como uma operação cognitiva que possibilita ao leitor construir sentido partindo da informação textual, mas estabelecendo relações que ultrapassem o condicionamento linguístico e sejam fundamentadas

no contexto cognitivo, formado pelos conhecimentos do indivíduo, seus valores, crenças; o contexto em que o texto é lido e os conhecimentos referentes às leis do discurso.

Ainda salienta Marcuschi que a compreensão do texto não deve ser considerada um simples processamento arbitrário, na medida em que os aspectos inferenciais vistos, por exemplo, permitem que o leitor compreenda os implícitos e as intenções subjacentes, baseados não apenas em sua subjetividade ou aspectos idiossincráticos, mas baseado no uso de estratégias que visam à compreensão do texto.

Essa concepção, que supera a noção de texto entendida como captação de uma representação mental, ou como decodificação de mensagem, ou como a que se fixa na imanência do fato linguístico, põe em evidência o texto entendido como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas cognitivas e sociais”. (Beaugrande, 1997, p.10)

1.6 Referenciação e hipertextualidade

Alguns importantes aspectos acerca do hipertexto como suporte linguístico – semiótico cuja função é promover interações virtuais desterritorializadas podem contribuir para compreendermos as relações hipertextuais e referenciais que subjazem às produções escritas presentes no manual didático de História.

Além disso, a criação de um espaço de referenciação, que integre em rede, recursivamente, todos os espaços de referenciação, numa instância enunciativa, possibilita que se considere todo texto como um hipertexto.

O princípio de hipertextualidade é constitutivo de produções escritas como a bíblia, a enciclopédia, o dicionário, a lista telefônica, textos acadêmicos, etc, se considerarmos as possibilidades de uma leitura não – linear e não sequencial dessas produções.

Considerando esses aspectos, Koch (2006a, p. 61) afirma que “*pelo menos do ponto de vista da recepção, todo texto é um hipertexto.*” A autora usa o exemplo dos textos acadêmicos, que apresentam inúmeras referências, citações, notas de rodapé ou de final de capítulo. Nesses textos, as referências, citações e notas funcionam como *links* que levam o leitor a outros textos, ampliando a informatividade e as possibilidades de novas leituras.

Outro exemplo citado pela autora é o gênero reportagem, pois apresenta – se, geralmente, complementado por boxes, gráficos, tabelas, fotos e ilustrações. Esses múltiplos recursos combinados formam uma multissemiose e contribuem conjuntamente para a construção do sentido.

Koch (2006a, p. 62) ainda acrescenta outros importantes exemplos:

*No caso da notícia jornalística, mormente em se tratando de fato de grande relevância nacional ou internacional, o noticiário propriamente dito e complementado por editoriais, matérias opinativas e outras que, conforme mostra Van Dijk (1985), apresentam informações de background, historiam o fato, falam das perspectivas – otimistas ou pessimistas – que a partir dele se abrem, apresentam uma rápida biografia dos personagens envolvidos, reações verbais de figuras importantes e/ou especialistas/analistas diante do fato etc. Novamente, o leitor que quiser ter uma visão completa do que realmente está acontecendo terá de incorporar num só modelo de situação todas essas informações, opiniões e atitudes, para, então, construir a sua interpretação do fato. O mesmo vale para **livros didáticos**, revistas de divulgação científica e, em graus diversos, para muitos outros gêneros textuais, aí incluídos os já muito citados dicionários e enciclopédias. (Grifo nosso)*

Em nossa pesquisa, temos por objetivo analisar a referenciação em manual didático. Alinhada aos estudos sociocognitivos acerca da linguagem, consideramos o texto uma atividade interativa cuja construção de sentido é essencialmente processual. O *corpus* da pesquisa será apresentado no capítulo a seguir e será analisado, levando-se em conta a plurilinearidade na composição textual, as pistas co – textuais, a relação entre os textos e a criação de um espaço de referenciação instituído no processo discursivo.

CAPÍTULO 2 - O *corpus* da pesquisa

2.1 – Seleção do *corpus*

Tendo em vista o objetivo de analisar o processo referencial na composição de uma unidade de ensino, selecionamos um *corpus* composto por um conjunto de textos extraídos da unidade 1 do volume destinado à 5ª série / 6º ano do manual didático *Encontros com a História*, de autoria de Vanise Ribeiro e Carla Anastásia, publicado pela Editora Positivo, no ano de 2006.

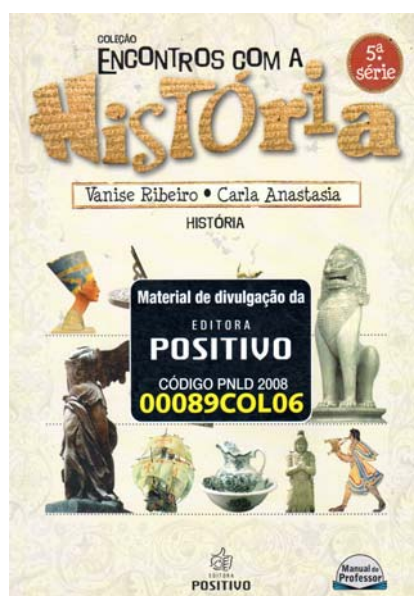


Figura 1 – Capa da coleção 1, Volume 1, destinado à 5ª série do Ensino Fundamental .

A escolha da coleção foi norteadada pela avaliação do material publicada no **Guia de Livros Didáticos (GLD)** em 2008². Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC)³, o GLD integra o **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** que se iniciou em 1929 e se

² A escolha dos livros didáticos foi feita pelos professores da rede pública em 2008. A duração de uso dos livros é de três anos, por isso, durante 2009 e 2010, não haverá escolha dos livros de História para as séries finais, apenas reposição dos livros já escolhidos, segundo a Secretaria de Educação de São Paulo.

³ Informações de acordo com o site <http://portal.mec.gov.br/index.php>, acesso em: 24 nov. 2009.

tornou o mais antigo programa de distribuição de obras didáticas destinado ao ensino fundamental público e alfabetização infantil.

Para compor a lista de livros indicados pelo GLD, a Secretaria de Educação Básica do MEC solicita a universidades públicas de reconhecido nome a análise das obras. Essas instituições formam equipes de pareceristas que contam com docentes de educação básica (com qualificação mínima de mestrado), pesquisadores e professores universitários com experiência acadêmica, didática e pedagógica.

A avaliação possui critérios específicos para cada área de conhecimento e critérios comuns de exclusão como:

- ✓ correção de conceitos, informações e procedimentos propostos como objetos de ensino e aprendizagem;
- ✓ coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção;
- ✓ adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção;
- ✓ observância das características e finalidades específicas do manual do professor;
- ✓ respeito a preceitos legais e jurídicos, bem como a princípios éticos necessários à construção da cidadania.

Particularmente na área de História, desde 2008, as coleções para as séries finais do Ensino Fundamental são agrupadas em quatro blocos: *História Temática*, *História Integrada*, *História Intercalada* e *História Convencional*. No quadro a seguir, apresentamos a descrição dos blocos:

<p>1) História Temática</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de coleção organizada por temas. Conforme mencionado, os PCN de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º ano) indicam o tratamento dos conteúdos por eixos temáticos e recomendam para as duas primeiras séries desta etapa <i>História das relações sociais, da cultura e do trabalho</i>; e para as duas últimas <i>Histórias das representações e das relações de poder</i>. No entanto, esses eixos temáticos constituem um parâmetro, uma indicação. Nesse sentido, os autores podem optar por outros eixos temáticos que possibilitem a reflexão sobre qualquer momento histórico, durante toda a obra.
<p>2) História Integrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma organização que relaciona concomitantemente História do Brasil, História da América e História Geral, podendo considerar o critério cronológico do estabelecimento das sociedades ou não. No entanto, leva-se em conta para a integração destas histórias relações contextualizadas entre os assuntos tratados, assim como a simultaneidade no tempo e espaço.
<p>3) História Intercalada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se do conjunto de obras que ordena a História do Brasil e da América, junto com a História Geral em ordem cronológica crescente. Conforme a sequência temporal dos acontecimentos, os assuntos são alternados nos espaços em que ocorreram, sem estabelecer relações entre os diferentes conteúdos.
<p>4) História Convencional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma divisão de conteúdos históricos que se consolidou pela prática: 5ª série (ou 6º. Ano), História do Brasil, Colônia e Império; 6ª série (7º Ano), primeira república até a redemocratização; 7ª série (ou 8º Ano), inicia -se na História Geral, incluindo a Pré-História, Antiguidade e História Medieval; 8ª série (9º ano), aborda-se História Moderna e História Contemporânea.

Ainda, no GLD, são explicados os procedimentos para a distribuição das coleções nos blocos e os critérios de avaliação. Em relação à organização das coleções em blocos, como a área de História (diferentemente das demais disciplinas curriculares) não apresenta conteúdos históricos pontuais para a realização dos programas escolares, ampliaram-se as formas de seleção dos conhecimentos históricos e da montagem da estrutura das obras didáticas. Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História apresentam orientações acerca dos procedimentos pedagógicos, sem relacionar a conteúdos obrigatórios. Por isso, os critérios para a formação dos blocos baseiam-se:

- ✓ na forma de exposição dos assuntos ao longo dos quatro volumes;
- ✓ nos elementos considerados relevantes para a organização da obra.

2.1.2 A coleção didática “Encontros com a História”

Segundo análise e resenha apresentadas no GLD, a coleção “Encontros com a História” situa-se no bloco *Historia Intercalada* e objetiva demonstrar que a história resulta do trabalho dos historiadores e modifica-se, portanto, de acordo com seu tempo de produção. Na coleção, a história não é vista como um produto pronto razão pela qual seus autores preocupam-se em propiciar o desenvolvimento da consciência histórica.

As principais qualidades da coleção estão na incorporação de renovações historiográficas (com indicação de bibliografia atualizada), no uso da iconografia como fonte histórica e em propostas de atividades diversificadas que apresentam exercícios com imagens, entrevistas, pesquisas e debates, dramatizações, confecção de maquetes, dentre outras. Além disso, a coleção inova ao trabalhar questões ligadas à cidadania e a temáticas sociais, propondo aos alunos pesquisa e discussões. Essas atividades favorecem a interação dos alunos e a execução de atividades interdisciplinares.

Em relação ao conteúdo, exploram-se explicações históricas diversas como questões econômicas, políticas, o cotidiano relacionado à cultura em geral (literatura, crenças, teatro, superstições, festas, etc.), por meio do uso de fontes variadas. Os conceitos são devidamente apresentados e os autores trabalham o conhecimento histórico como produto da construção humana e como produção historiográfica.

Considerando essas qualidades, a coleção “Encontros com a História” visa à formação de cidadãos capazes de analisar sua realidade de forma crítica, compreender os significados da contemporaneidade, assim como respeitar opções linguísticas e religiosas. Nesse sentido, os temas propostos para debate relacionados ao conteúdo estudado permitem estabelecer uma significativa relação entre passado e presente.

2. 1. 3 A organização da coleção

A coleção *Encontros com a História* é composta por quatro volumes. Cada volume se estrutura em unidades e capítulos. As unidades apresentam textos introdutórios acerca dos conteúdos específicos que serão abordados nos capítulos. Em seu desenvolvimento, as unidades apresentam textos verbais e textos visuais que objetivam motivar o aluno à leitura e ao estudo desses conteúdos. Também os capítulos apresentam textos introdutórios sobre o tema a ser tratado. Pertencentes a diferentes gêneros textuais (crônica, história em quadrinhos etc), esses textos construídos em linguagem informal apresentam o tema do capítulo. Além disso, há boxes e textos diversos distribuídos ao longo do capítulo, contendo textos complementares ao estudo do tema.

As seções que estruturam os capítulos são as seguintes: **Para Saber Mais, História em Documentos, Construindo o Saber, Tema para Debate e Espaço Multimídia.**

A seção **Para Saber Mais** apresenta textos complementares que objetivam contribuir com informações adicionais ao conteúdo específico abordado na unidade. Os textos são seguidos de atividades que visam propiciar um estudo reflexivo.

A seção **História em Documentos** apresenta documentos relacionados como fonte historiográfica para estudo, análise e reflexão.

A seção **Construindo o Saber** apresenta propostas de atividades diversificadas para sistematizar e aprofundar o conteúdo abordado. Elas objetivam a compreensão do texto, indicando a releitura do texto principal por meio de um roteiro de estudo, pesquisa de vocábulos em dicionários e do uso de glossário do próprio manual, produção textual (oral e escrita) referente ao tema tratado no capítulo, atividades com questões de interpretação (contemplando a paráfrase e texto opinativo), pesquisa de campo envolvendo a realidade do aluno (seu bairro, sua cidade), análise de fonte iconográfica e, a partir dela, produção textual.

Na seção **Tema para Debate**, o tema estudado no capítulo é retomado com a finalidade de promover o debate, a troca de informações e a reflexão entre os colegas de classe.

A seção **Espaço Multimídia** apresenta indicações de livros paradidáticos e filmes, a fim de oferecer outras versões acerca do conteúdo estudado. Além disso, há indicações de

sites para cada conteúdo específico. Essas indicações de *sites* são registradas apenas no manual do professor para que ele os avalie previamente. Segundo os autores do manual didático, essa verificação prévia é recomendável porque os domínios dos *sites* são renovados anualmente.

2.1.4 A composição da unidade 1 – foco de análise

Para a nossa pesquisa, como dissemos, selecionamos o volume destinado à 5ª série/ 6º ano e, deste volume, escolhemos para análise a unidade 1 intitulada *História e Pré-História*. Essa unidade é composta por dois capítulos:

Capítulo 1 - História: sujeito, fontes e tempo (p. 8 – p. 27)

Capítulo 2 - Da origem do mundo aos homens da caverna (p. 28 – p. 43).

No capítulo 1 são abordados os seguintes tópicos:

- ✓ A História de cada um ;
- ✓ História, vastas histórias;
- ✓ Os caminhos da História;
- ✓ Entra em cena o historiador;
- ✓ As fontes: os testemunhos da História;
- ✓ Caixas da memória (subdivido em: O tempo, A contagem do tempo histórico; A divisão da História)

O texto de abertura do capítulo 1 é a crônica “O guardião da memória” que, por meio do narrador – personagem, relaciona os conceitos históricos que serão estudados no capítulo ao dia – a – dia do aluno.

O guardião da memória

Às vezes a gente sai por aí, pára, toma um sorvete e fica olhando o movimento. Depois vai embora, caminhando com um gosto gelado entre as bochechas. A rua é a mesma de sempre, cheia de gente, carros, prédios e muito barulho.

De repente a gente vê uma casa. Bonita, muito bonita, mas antiga; isso a gente pode notar só de olhar para ela. E quando a gente olha para os lados, vê que só tem prédio. Todos altos, cheios de vidros e modernos. São bonitos também.

Mas aquela casa está fechada, por certo não mora mais ninguém ali. Ah, mas um dia deve ter morado, dá até para imaginar três meninos brincando na varanda de chão vermelho, onde provavelmente tinha um banquinho, desses que balançam, e até uma samambaia bem bonita, caindo do alto da parede.

A gente fica curioso, quer saber que casa é aquela, há quanto tempo está ali, quem morava nela. Aí é hora de o historiador entrar em cena. Como um detetive, ele vai seguir as pistas para saber o que aconteceu e assim reconstruir a história daquela casa.

Para isso, existem os lugares e as pessoas que podem ajudá-lo. O Arquivo Público de uma cidade é o lugar onde estão guardados documentos, jornais e outras coisas. Lá é possível se saber quem era o dono da casa antiga, quando ela foi construída. Dá até para saber se antes dela existia alguma coisa no lugar. Visitando museus, a gente pode descobrir também como as pessoas viviam naquela época. Nos museus estão muitos objetos que as pessoas usavam, muita coisa que naquela época era moda.

Pode até ser que o historiador descubra que aquela casa tem um mistério, um mistério enterrado no porão. Aí ele chama um amigo, um arqueólogo. É ele quem vai desenterrar tudo. Com muito cuidado porque coisa antiga quebra fácil. E ele fica lá quebrando a cabeça, juntando pedaços de ossos, de vasilhas, de tudo que for encontrado. Com isso, ele vai escrevendo uma história sobre aquele lugar e as pessoas que viveram ali.

Pode ser que a casa seja mesmo muito antiga, com mais de duzentos, quem sabe trezentos anos. Pode até ter sido de gente muito importante ou de pessoas como eu e você, importantes também. Mas é bom que o historiador descubra logo, pois muita gente passa por ali para tomar sorvete. E qualquer dia desses, no lugar da casa, haverá um monte de tijolos empilhados e uma placa anunciando mais um prédio moderno. Muito bonito provavelmente.

(Casamayor, Belo Horizonte: jul. 95, mimeo)

O capítulo trata dos principais elementos da disciplina – sujeito, fonte e tempo. Em relação ao conceito de sujeito, ele é construído a partir da história do próprio aluno, do exame da sua realidade e do cotidiano. Para isso, utilizam-se fontes escritas que possibilitam a reflexão, com o objetivo de que o aluno construa conceitos relacionando-os a sua vida e compreenda que todos os seres humanos fazem história, inclusive ele. O conceito de sujeito histórico é abordado no tópico “História de cada um” e “História, vastas histórias”.

O tópico “Os caminhos da História” discute a utilização da palavra história e seus significados: de origem grega, origina-se de histor- e significa testemunho. Com o tempo, a palavra passou a ser entendida como narrativa e, mais tarde, manteve o significado de narrativa, mas com uma finalidade didática - ensinar e criar modelos de comportamento para

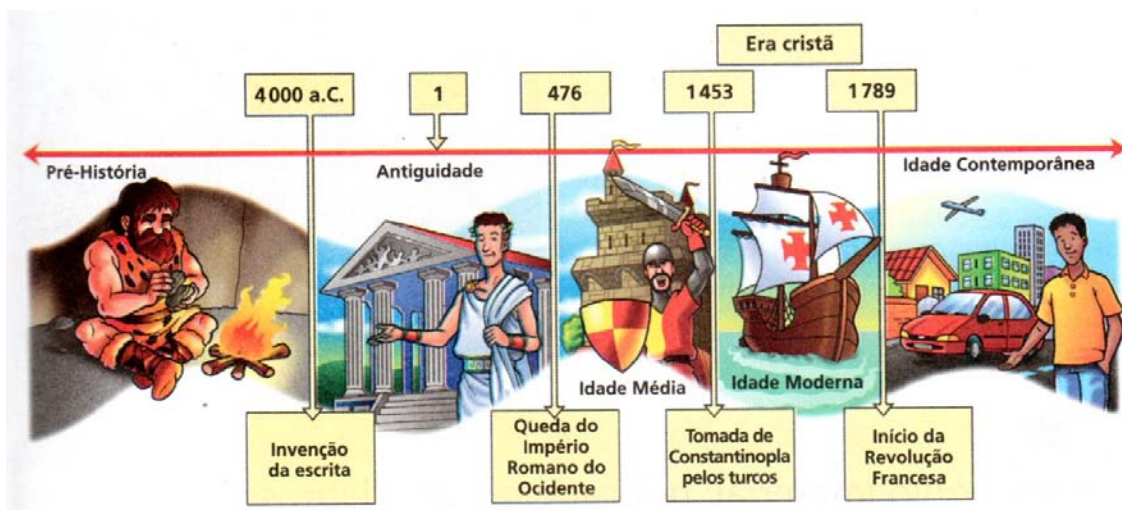
os seres humanos. No século XIX, a história passou a estabelecer as bases científicas para o estudo dos fatos e descobrir leis que os explicassem (sempre acompanhados de documentação). No século XX, transformou – se em “possibilidades interpretativas do passado”.

No tópico “Entra em cena o historiador”, é discutido o trabalho do historiador e a sua função. Também se discute o que são acontecimentos históricos e a constatação de que a História não apresenta verdades, mas se baseia nas versões dos fatos. Esses fatos são apresentados conforme a visão do historiador, de sua posição ideológica, e da pesquisa que ele faz aos documentos que utiliza.

No tópico “As fontes: os testemunhos da História”, as fontes são consideradas registros da presença do ser humano em momentos passados. Como manifestações da ação do homem, tudo aquilo que é feito pelo ser humano são fontes históricas.

O tópico “Caixas da memória” apresenta, metaforicamente, o museu como caixas que contém importantes guardados históricos e o arquivo público como uma caixa de guardar memórias, ambos considerados de extrema importância para a História e para o historiador.

O tópico “O tempo” salienta a historicidade que pode ser explicitada na forma de marcar o tempo histórico e distingue tempo cronológico, tempo geológico e tempo histórico. O modo de medir e dividir o tempo de acordo com a crença, a cultura e os costumes de cada povo, com exemplificação dos calendários cristão, judeu, romano antigo e asteca, é estudado em “A contagem do tempo histórico”. Por fim, em “A divisão da História” estuda-se a linha do tempo da pré – história à Idade Contemporânea, conforme ilustra o gráfico.



O capítulo 2 intitulado “Da Origem do Mundo aos Homens da Caverna” é formado pelos seguintes tópicos:

“A origem humana (Dos Australopitecus aos humanos”);

“A Pré – História ou História dos povos pré – letrados (O Período Paleolítico, O Período Neolítico, A Idade dos Metais”)

O capítulo apresenta como texto de abertura uma história em quadrinhos do personagem Piteco, criado por Mauricio de Sousa.



Rona! Chico Bento, n. 319, p. 18-9. © Mauricio de Sousa Produções Ltda.”

A escolha do texto certamente está relacionada a **Piteco**, um personagem que vive na idade da pedra e cujo nome completo é [Pithecanthropus erectus](#) da Silva. Está, assim, sugerida para o leitor a relação entre o texto abertura com o tema a ser abordado na unidade, a saber: a pré – história e os primeiros hominídeos (os *Australopitecus*).

O tópico “A origem humana” aborda a criação do universo por meio da Teoria do Big – Bang e a origem da espécie humana no planeta, baseada na visão criacionista (de viés religioso) e da visão evolucionista (de viés científico). Em seu desenvolvimento, o capítulo trata de estudos realizados por pesquisadores acerca da origem do ser humano e das descobertas sobre os *Australopithecus*, os primeiros hominídeos que viveram no nosso planeta, especificamente no subtópico “Dos *Australopithecus* aos humanos”.

O tópico “A Pré – História ou História dos povos pré – letrados” aborda o surgimento do termo pré – história e sua inadequação, já que, atualmente, se considera que mesmo sem saber escrever os humanos também tem história. Em seu desenvolvimento, o tópico apresenta os três períodos da divisão da História dos povos pré - letrados: o período Paleolítico ou Período da Pedra Lascada, o período Neolítico ou Período da Pedra Polida e a Idade dos Metais.

No “Período Paleolítico”, o homem procurava tudo o que era necessário para sustentar a vida, dependia da natureza (não conhecia a agricultura, nem a domesticação de animais), vivia em bandos e buscava abrigo nas cavernas, daí a denominação “homem das cavernas”. No “Período Neolítico”, o homem aprendeu a domesticar animais e a praticar a agricultura, bem como a polir a pedra para a fabricação de instrumentos. Por isso, esse período é conhecido como período da Pedra Polida. Na “Idade dos Metais”, além da descoberta da técnica para fabricação de diversos utensílios com metais, surgiram as primeiras cidades.

Com base na descrição, podemos dizer que os capítulos que compõem a unidade I revelam a preocupação dos autores da coleção de realizar um trabalho que motive o aluno a estudar a História, por meio da discussão de temas bem selecionados e desenvolvidos em linguagem envolvente e de modo a promover a interrelação entre o verbal e o visual.

Para a abordagem dos temas, os capítulos apresentam em sua constituição: textos dos autores da coleção, textos de outros autores (crônica, tira em quadrinhos, artigo, etc.) e textos visuais. Além disso, há propostas de atividades que objetivam propiciar ao aluno:

- i. construir o conceito de sujeito, de fonte histórica e de tempo;
- ii. refletir sobre a variedade de fontes históricas e a importância da preservação do patrimônio histórico;
- iii. posicionar-se criticamente diante das temáticas propostas;

- iv. distinguir história e estória;
- v. interpretar diversas fontes históricas por meio da análise de textos verbais e não – verbais;
- vi. direcionar a atividade de pesquisa do aluno ao dicionário e ao glossário presente no final de cada unidade;
- vii. relacionar o conceito de sujeito histórico aos acontecimentos de sua vida por meio da pesquisa de campo;
- viii. recontar história utilizando outro gênero textual;
- ix. produzir textos com base na análise e interpretação de fontes históricas verbais e iconográficas;
- x. relacionar texto verbal e não – verbal para elaboração de argumentos;
- xi. interpretar gêneros diversos que apresentem intertextualidade temática;
- xii. sistematizar o conteúdo estudado por meio da releitura e seleção de informações específicas;
- xiii. analisar problema envolvendo conceitos históricos;
- xiv. discutir temáticas atuais com base no conteúdo estudado.

De modo geral, quanto aos capítulos 1 e 2 que compõem a Unidade I do volume destinado à 5^a série da coleção *Encontros com a História*, apresentamos, no quadro a seguir, temáticas, objetivos didáticos gerais e gêneros textuais selecionados para a abordagem dos temas.

Unidade temática	Objetivos gerais	Alguns gêneros selecionados
História e Pré – História	<ul style="list-style-type: none"> • Construir conceitos sobre sujeito histórico, fontes e tempo; • Apresentar teorias acerca da origem humana e a adequação do termo pré – história; • Valorizar o patrimônio cultural de um povo e a identidade nacional por meio da preservação de fontes históricas. 	<p>Crônica</p> <p>Tira em quadrinhos</p> <p>Mito</p> <p>Pintura</p> <p>Artigo</p> <p>Texto expositivo</p>

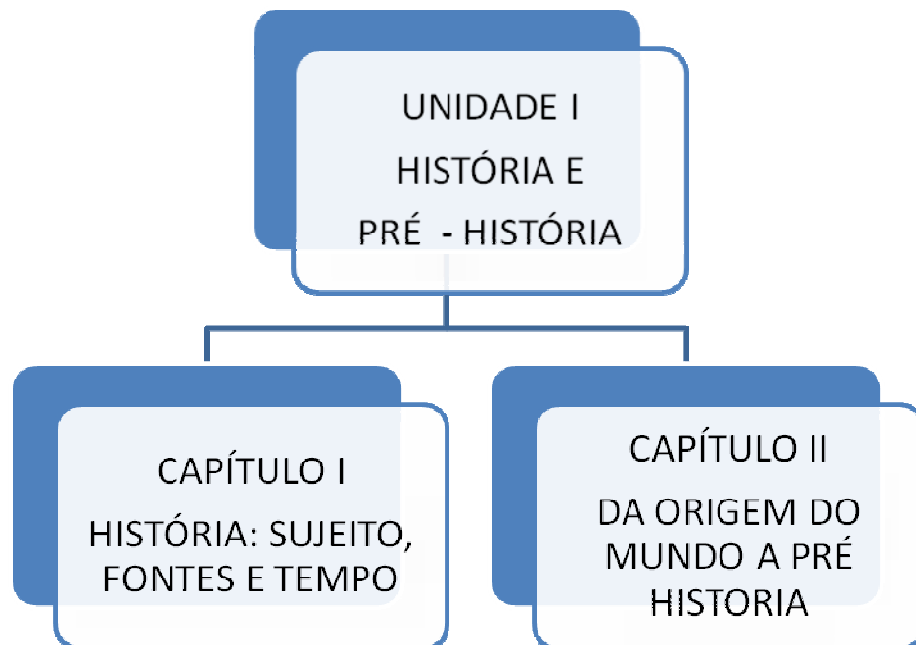
Em seus objetivos gerais, a unidade propõe práticas de leitura, produção de textos (orais, escritos e multimodais), debates reflexivos, atividades de interpretação e pesquisa, direcionando o aluno à:

- i. realizar leitura e interpretação de gêneros textuais diversos;
- ii. realizar a leitura de textos multissemióticos e textos que pertencem às artes da imagem (pinturas, fotografias, esculturas, etc) ;
- iii. discutir e posicionar-se diante de determinadas temáticas relacionadas ao conteúdo estudado.

Os gêneros textuais postos em diálogo nessa unidade apresentam intertextualidade temática e visam complementar o conteúdo abordado no texto principal ou básico. Diferenciados em sua composição, conteúdo e estilo, os gêneros que entram na construção da unidade em destaque nesta pesquisa são crônica, tira em quadrinhos, mito, artigo, além de

outras práticas comunicativas produzidas em linguagem visual (fotografia, pintura, escultura, etc).

Esquemáticamente, representamos a seguir a organização da unidade I em relação a seus capítulos e respectivos temas:



CAPÍTULO 3 - ANÁLISE

Neste capítulo, é nosso objetivo analisar o fenômeno da referenciação na produção de uma unidade extraída de manual didático. Como afirmamos no capítulo 2, foi selecionada para análise a unidade 1 da coleção “Encontros com a História” (volume da 5ª série/ 6º ano). A pergunta que norteia a nossa pesquisa é: Como se constitui a referenciação na composição de uma unidade, especialmente, no plano da seleção e organização dos tópicos de estudo? A fim de responder a questão, faremos, em separado, a análise dos dois capítulos que compõem a unidade apenas por uma razão didática.

3.1 Sobre as relações referenciais entre os textos constitutivos da unidade I - capítulo 1

A unidade I apresenta como título “História e Pré – História” e como subtítulo a pergunta: “Você sabe o que é um historiador?” Esses elementos contextuais remetem, inicialmente, o leitor aos textos verbais e visuais contidos nas duas primeiras páginas da unidade.



© iStock Photos

unidade 1

História e Pré-História

Você sabe o que é um historiador?



Carta de Mestre João,
médico da esquadra de Pedro
Alvares Cabral, 1455

Stock Photos/Corbis/Werner Forman



Papiro funerário egípcio

O historiador é o profissional que estuda o passado por meio do exame de vários tipos de testemunhos deixados pelas pessoas que viveram antes dele – testemunhos escritos, orais, desenhados, pintados, esculpidos, objetos que essas pessoas usavam no seu dia-a-dia, etc.

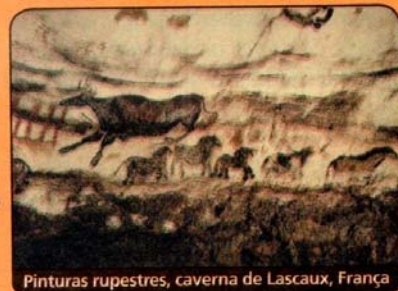
Não se pode afirmar que tudo na História seja verdade ou seja mentira. A História apresenta um conjunto de interpretações e de versões que cada historiador faz com base nos exames que ele realiza nos documentos históricos. Essa constatação não é diferente do nosso dia-a-dia. Por exemplo, se você e seus colegas, que torcem para times diferentes, forem a um jogo de futebol, terão versões diferentes para o que aconteceu no jogo. Possivelmente, o torcedor de um time vai achar que o juiz marcou faltas inexistentes em favor do time adversário. Em compensação, o torcedor do time adversário vai dizer que o juiz "roubou" para o outro time. Isto é, cada pessoa vê os acontecimentos de acordo com a sua posição no mundo. E é mais ou menos isso que acontece também com o historiador. Porém, ele não pode inventar fatos que não tenham acontecido no passado. O conhecimento histórico é baseado em métodos, em teorias, em conceitos e nos documentos que lhe dão credibilidade, como iremos estudar.

O historiador estuda a vida dos povos desde o período chamado Pré-História, isto é, o período em que a escrita ainda não existia. Muitos estudiosos, entretanto, não gostam de usar o termo Pré-História, porque fica parecendo que, na época – a dos "homens da caverna", não havia história. Preferem chamá-la de História dos povos ágrafos, ou seja, a dos povos sem escrita. Essas pessoas que viviam em cavernas, embora não tivessem escrita, deixaram importantes registros para os historiadores: as pinturas rupestres, desenhos que eles faziam nas paredes de suas cavernas, representando suas atividades mais importantes, especialmente a caça.

Eles deixaram, também, muitos vestígios da sua cultura material, isto é, dos objetos que usavam no seu dia-a-dia. Com o passar dos séculos, esses objetos acabaram ficando enterrados, escondidos. Para encontrá-los, o historiador conta com a importante participação dos arqueólogos, profissionais que pesquisam lugares onde essas pessoas viveram, escavando-os à procura destes vestígios para serem estudados.

O que vamos, então, estudar nesta unidade?

Vamos aprofundar nossos estudos sobre o conhecimento histórico: de que maneira, enquanto indivíduos, também fazemos história no nosso dia-a-dia; o papel do historiador; a importância e a variedade das fontes históricas; o patrimônio histórico e a necessidade de preservá-lo; a relação entre a História e a memória; o tempo cronológico e o tempo histórico; as épocas da História. Vamos estudar também a origem do universo e do homem; a Pré-História e suas divisões e as críticas à idéia do evolucionismo. Esses são temas bastante instigantes e, certamente, será muito interessante trocar idéias sobre eles.



Pinturas rupestres, caverna de Lascaux, França



Instrumentos de pedra da cultura pré-histórica

As imagens que compõem o conteúdo dessas duas páginas iniciais da unidade 1 trazem como legenda na página do lado esquerdo

“Carta de Mestre João, médico da esquadra de Pedro Álvares Cabral, 1455”;

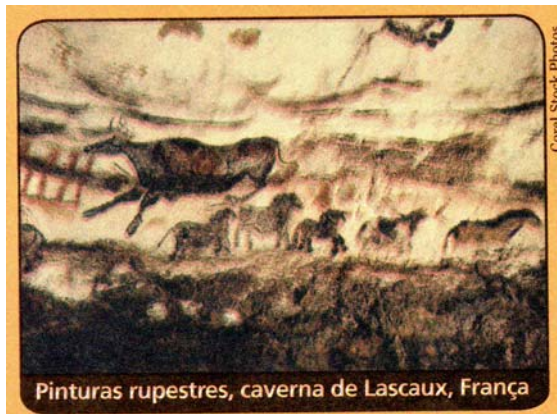


“Papiro funerário egípcio”;



e, na página à direita,

“Pinturas rupestres, caverna de Lascaux, França”;



“Instrumentos de pedra da cultura pré-histórica”.



As imagens com suas respectivas legendas dizem respeito a fontes históricas que representam o período da pré-história ou o período em que a escrita ainda não existia, bem como o período marcada pela existência da escrita. O conteúdo das imagens e das legendas está relacionado ao tema da unidade e solicita que o aluno leitor estabeleça uma rede de associação entre imagens, legendas, título, subtítulo e conteúdo do texto verbal.

Do ponto de vista da referência, as imagens e legendas, assim como alguns vocábulos em destaque no texto como, por exemplo, **registros** e a ideia de **preservação do patrimônio histórico**, respectivamente, apresentados nos trechos

O historiador estuda a vida dos povos desde o período chamado Pré-História, isto é, o período em que a escrita ainda não existia. Muitos estudiosos, entretanto, não gostam de usar o termo Pré-História, porque fica parecendo que, na época – a dos “homens da caverna”, não havia história. Preferem chamá-la de História dos povos ágrafos, ou seja, a dos povos sem escrita. Essas pessoas que viviam em cavernas, embora não tivessem escrita, deixaram importantes registros para os historiadores: as pinturas rupestres, desenhos que eles faziam nas paredes de suas cavernas,

Vamos aprofundar nossos estudos sobre o conhecimento histórico: de que maneira, enquanto indivíduos, também fazemos história no nosso dia-a-dia; o papel do historiador; a importância e a variedade das fontes históricas; o patrimônio histórico e a necessidade de preservá-lo; a relação entre a História e a memória; o tempo cronológico e o tempo histórico; as épocas da História.

são referentes introduzidos no texto ancorados nos referentes história, pré-história ativados no título da unidade. Em torno desses referentes serão organizados os capítulos 1 e 2 .

Particularmente, os referentes registros e preservação do patrimônio histórico funcionam como um “link” com o objetivo de chamar a atenção do leitor para outros textos constitutivos da unidade em um movimento prospectivo ou retrospectivo. O link registros, por exemplo, pode remeter o leitor para as imagens que se encontram na seção de abertura da unidade, para outras seções no decorrer da unidade como, por exemplo, “As fontes: os testemunhos da História” ou para o glossário ao final da unidade.

Ao longo da unidade, muitos vocábulos recebem o foco de atenção, são considerados apontadores enunciativos, conforme Koch (2006). Assim como ocorre no texto situado em contexto digital, esses “links” apontam para outro foco e conduzem o leitor para outro espaço , em um movimento de projeção ou de retrospecção. Esses links possibilitam ao leitor prosseguir a leitura em um movimento que contempla a plurilinearidade, pois possibilita vários trajetos de leitura, assim como o monitoramento do leitor para focos de conteúdo que possam complementar, reafirmar ou até mesmo contradizer determinado aspecto abordado.

O capítulo 1 se desenvolve em torno do referente “história” e de elementos que lhe são constitutivos: “sujeito”, “fontes” e “tempo”. O referente “história” fica em evidência nas seguintes seções do capítulo:

A história de cada um

História, vastas histórias

Os caminhos da História

O referente “história” é mantido em focalização por meio da estratégia de retomada, solicitando do leitor que permaneça com esse referente ativado em sua memória, à medida que avançar no estudo do capítulo.

No subtítulo da unidade, o referente “historiador” é introduzido e se mantém em evidência pela estratégia de retomada, conforme observamos no texto a seguir que apresenta uma descrição do trabalho do historiador.

Você sabe o que é um historiador?

O historiador é o profissional que estuda o passado por meio do exame de vários tipos de testemunhos deixados pelas pessoas que viveram antes dele – testemunhos escritos, orais, desenhados, pintados, esculpidos, objetos que essas pessoas usavam no seu dia-a-dia, etc.

Do texto de abertura da unidade citado anteriormente, o referente “historiador” é reapresentado e recategorizado como “o guardião da memória” no título do texto inicial do capítulo 1 e em seu desenvolvimento.

Constituído e retomado explicitamente nas seções citadas acima, o referente “historiador” é reativado no texto que serve de introdução ao capítulo 1 que traz como título “O guardião da memória”, (ver p. 33).

Ao constituir assim o referente, o autor espera que o leitor associe a expressão nominal definida à figura do historiador, aquele que trabalha com a história. Retrospectivamente, “o guardião da memória” propõe uma recategorização para o referente “historiador” introduzido no subtítulo da unidade 1.

O guardião da memória

Para que compreenda o título do texto, é preciso que o leitor relacione o referente “o guardião da memória” ao que leu sobre o trabalho do historiador com os registros históricos como fontes da memória cultural e histórica. Ao levar em conta o papel do historiador como pesquisador dessas fontes, o leitor colocará em jogo as informações que possui para estabelecer associações e inferir o sentido dessa recategorização para o termo historiador.

Do ponto de vista da organização do capítulo 1, o referente “historiador” passa a ser destaque na seção

Entra em cena o historiador

bem como na seção

O trabalho do historiador passo a passo

Ao longo do desenvolvimento do capítulo, o referente “historiador” ora fica em posição de evidência, ora sai de focalização, para mais adiante novamente ocupar papel central. Nesse movimento, há a repetição do referente “historiador” ou a sua recategorização, como mencionado em relação à expressão “o guardião da memória” e como acontece no trecho que destacamos a seguir

A gente fica curioso, quer saber que casa é aquela, há quanto tempo está ali, quem morava nela. Aí é hora de o historiador entrar em cena. Como um detetive, ele vai seguir as pistas para saber o que aconteceu e assim reconstruir a história daquela casa.

No trecho, o referente “o historiador” é novamente recategorizado por meio do uso da expressão indefinida “um detetive”, um sujeito que investiga pistas, “reconstrói a história”, recupera e preserva, portanto, guarda a memória.

Na progressão do texto, os referentes “história” e “historiador” cedem a focalização ao referente “fontes”, “monumentos”, “documentos” e “registros históricos”. No texto, isso acontece na seção intitulada

As fontes: os testemunhos da História

e se mantem em evidência nas seções

Patrimônio histórico: o que é isso?, **Caixas da memória**

Ainda nessa seção, o referente “fontes” é reativado por meio das imagens apresentadas nas páginas 13 e 14 .

A quantidade de testemunhos sobre uma realidade é muito grande. Tudo o que se diz, tudo o que é construído e fabricado é manifestação das ações do homem; portanto, um testemunho histórico.

Há algum tempo, a maioria dos historiadores só utilizava, nas suas pesquisas, documentos escritos. Recentemente, houve uma “revolução documental” – considera-se fonte para o estudo da História tudo aquilo que é feito pelo ser humano.



P. Imagens/Elizabeth Francis, Revencidas



Cord Stock Photos

Móveis, objetos de decoração e quadros são importantes testemunhos da História.



La place du marché aux Roys-Bas. Século XV. Pintura em madeira, importante fonte iconográfica

Objetos como roupas, chapéus, calçados, utensílios domésticos e de caça, pesca e guerra são fontes da cultura material. Filmes, gravações sonoras ou com imagens (programas de TV, por exemplo), ruínas de construções, pirâmides, templos, túmulos e obras de arte que auxiliem na reconstrução do passado, também são considerados como importantes fontes de pesquisa.



Acervo Icomodraohia

Cena de um casamento, década de 20 do século XX. Peças da indumentária, tais como roupas, chapéus, sapatos, também são documentos de uma época.

Stock Photos/Corbis/Arquivo Icomografico, S.A.



Sítio arqueológico em Burgos, Espanha. O sítio arqueológico é o lugar onde há vestígios de civilizações antigas e onde os arqueólogos fazem escavações para resgatarem os vestígios dos objetos da cultura material.

As imagens contribuem para a especificação do referente “fontes” à medida que apresenta o que pode servir de fonte para a História (móveis, objetos de decoração, quadros, pintura, fotografia etc).

O referente “fontes” é reativado no texto abertura da unidade especificamente em relação à passagem que menciona testemunhos escritos; testemunhos desenhados; testemunhos pintados, esculpidos; objetos que essas pessoas usavam no seu dia – a – dia, como podemos verificar no trecho a seguir:

*testemunhos
escritos, orais,
desenhados,
pintados, esculpidos,
objetos que essas
pessoas usavam no
seu dia-a-dia, etc.*

Nesse mesmo movimento, o referente “fontes” é mantido em foco e sua retomada ocorre por meio do uso da palavra “registros” e da expressão “preservação do patrimônio histórico”.

Constituído como objeto de discurso no contexto do capítulo 1, o referente “fontes” solicita do leitor que este o associe aos referentes “historia” e “historiador” colocados em foco em outros momentos do texto e compreenda a importância desse elemento para a constituição da história e do sujeito historiador. A importância das fontes como elementos que entram na constituição da história é ressaltada também na seção



especificamente na proposta de iconografia,

8. Oficina de iconografia
Observe estas imagens:

P. Imagens/Pih - Coleção particular de Cidália Evangelista de Oliveira



Escradeira inglesa, final do século XIX

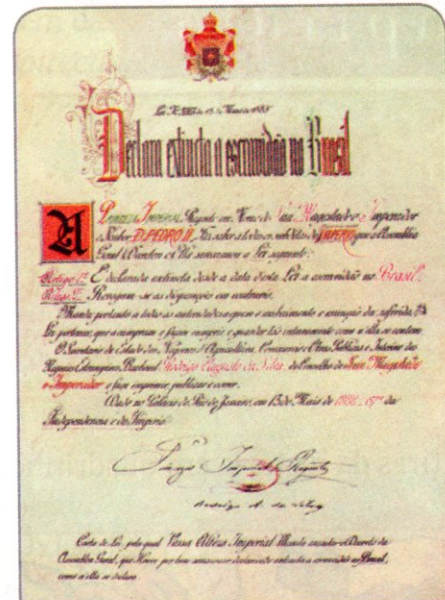


DEGAS, Edgar. *Ensaio de Balé*, 1929. 1 óleo sobre tela: color.; 54,3 x 73 cm. Museu Metropolitano de Arte, Nova Iorque.

Pulsar Imagens/Delfim Martins



Marco do descobrimento



Documento escrito pela Princesa Isabel, que declarou extinta a escravidão no Brasil.

Elas referem-se a fontes escritas, iconográficas e da cultura material. Identifique cada uma delas, escrevendo, no caderno, um pequeno texto sobre a importância de cada uma dessas fontes para a História.

Tema
para debate

bem como na seção

e

Patrimônio histórico

No Brasil, a consciência de preservação do patrimônio histórico por parte do governo é recente. Durante muito tempo, vários bens materiais do nosso patrimônio foram destruídos e os imateriais esquecidos. Discuta, com seus colegas, na sala de aula, por que é importante preservar os monumentos, as praças, as cidades históricas, as festas e as tradições de nosso povo.

em que se destaca o tema “Patrimônio histórico”.

Ainda, o capítulo 1, além de abordar sujeito e fontes, trata da questão do tempo, outro elemento importante da história. O referente “tempo” é colocado em foco nas seções

Tempo Rei

- **O tempo**, (p. 17),

- **A contagem do tempo histórico**, (p. 18)

Regras para identificação do século

, (p. 19)

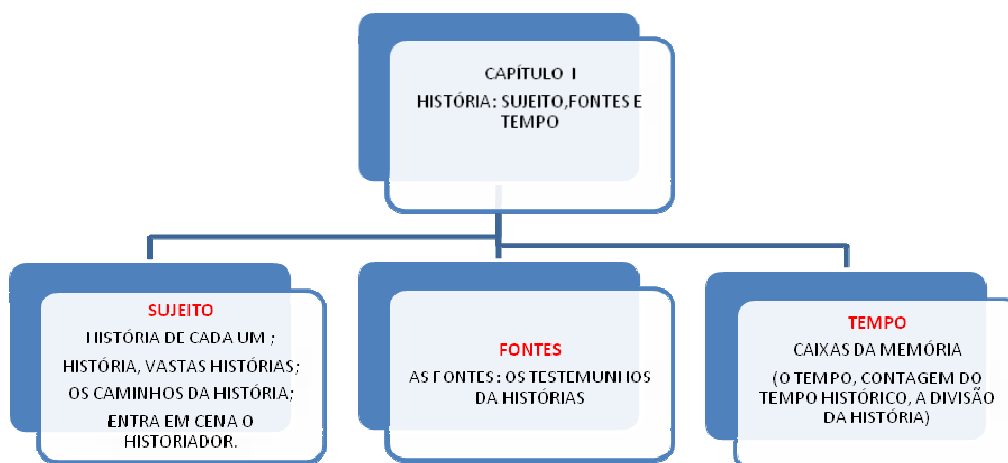
e **A divisão da História**, (p. 21). Nos títulos das seções, é solicitado do leitor que mantenha o referente o tempo em sua memória e particularmente quanto às regras para identificação do século observa-se a reativação do referente na expressão “o século” (período de cem anos), bem como na expressão a divisão da história, levando em conta que essa divisão é baseada no fator tempo.

Desse modo, o título do capítulo “História: sujeito, fontes e tempo” sintetiza o conceito de História construída pelos sujeitos, analisada e (re) construída por meio de fontes, vestígios históricos em determinado tempo e espaço.

Em seu desenvolvimento, o capítulo apresenta como referente principal “História”, introduzido na abertura da unidade, especificamente no título. A retomada do referente “História”, ao longo do capítulo de forma explícita ou implícita, não se trata de um mero acaso, mas de um processo referencial que garante a coesão e a coerência da unidade de estudo.

A estruturação do capítulo em se tratando dos tópicos desenvolvidos e anunciados no título é a seguinte:

Esquema da estruturação do capítulo 1



Os segmentos tópicos que constituem o capítulo I relacionam-se diretamente com o tema geral: a constituição da História como área de estudo. Assim, esses segmentos introduzidos são desenvolvidos e relacionados a outros tópicos, como se pode verificar no quadro acima. Os tópicos desenvolvidos que se relacionam ao sujeito histórico são: “História de cada um”, “História, vastas histórias”; “Os caminhos da história” e “Entra em cena o historiador”.

O tópico “História de cada um” retoma o referente presente no título do capítulo “sujeito”, pois trata da singularidade de cada indivíduo (suas ações, rotina, história de vida)

que fundamenta o conceito de sujeito histórico. Assim, o referente retomado “História” faz remissão ao título do capítulo, funcionando como um “link” para um novo tópico textual.

O texto, em seu início, apresenta o referente “histórias”. Nesse momento, não se refere especificamente à disciplina História como área de conhecimento, mas às histórias em geral, variadas e múltiplas (“extraordinárias, esquisitas, maravilhosas, etc). Desse modo, por meio das exemplificações ao longo do texto, é possível inferir as relações entre a “história de cada um” e a história da humanidade.

Ao mesmo tempo em que se fundamenta o conceito de sujeito histórico, o texto trata de várias histórias e apresenta esse referente como componente do conceito de História. Esses dois referentes estão em evidência no título da seção “História, vastas histórias”. A História é formada por múltiplas, vastas histórias que incluem o sujeito histórico (sua singularidade) e as sociedades, tempos e espaços diversos.

Na seção “Os caminhos da História”, observamos que o referente “história” é reativado e sem mantém em estado de focalização, porém na seção “Entra em cena o historiador”, volta à posição focal o referente “historiador” que estava em estado de ativação parcial. Notamos que o referente “historiador” é reativado para, em seguida, ser recategorizado pela expressão “um detetive”. Esse movimento de retroação e prospecção é uma das características da tessitura textual.

Na seção “As fontes: os testemunhos da História” ocorre a reativação do referente “fontes”, introduzido no título do capítulo: “História: sujeito, fontes e tempo”. A expressão nominal “os testemunhos da História” funciona como definição do referente “fontes”, uma vez que podemos fazer a seguinte leitura: as fontes são os testemunhos da História.

3.2 Sobre as relações referenciais entre os textos constitutivos da unidade I- capítulo 2

O capítulo 2 intitulado “Da origem do mundo aos homens da caverna” apresenta em seu desenvolvimento os seguintes tópicos

A origem humana

Mitos da criação

A pré - história ou história dos povos pré - letrados

Em seu início, o capítulo apresenta uma história em quadrinhos (“ver p. 35”) cujo personagem principal chama-se Piteco, um homem das cavernas que vive caçando animais (dinossauros) para sua subsistência.

A história em quadrinhos relaciona-se ao conteúdo que será abordado no capítulo. Nesse sentido, a inserção do texto na abertura do capítulo tem como propósito motivar a curiosidade sobre a vida dos homens da caverna, visto que o personagem Piteco, provavelmente, tem origem no homem *Australopithecus*, hominídeo que viveu no continente africano há mais de um milhão de anos. O surgimento dos primeiros seres humanos é abordado na parte do capítulo denominada “Dos *Australopithecus* aos humanos”.

O tópico “A origem humana” focaliza o surgimento da espécie humana. A expressão nominal apresentada como tópico tem sua introdução ancorada no texto abertura da história em quadrinhos, particularmente, na personagem Piteco, já que podemos associá-lo aos primeiros hominídeos, seres que deram origem aos humanos, os *Australopithecus*. Assim, num movimento retrospectivo, a expressão nominal “a origem humana” faz remissão à personagem da história em quadrinhos, bem como, na organização geral da unidade, encontra sua inserção justificada no título da unidade História e Pre-História, solicitando do leitor que associe as informações da unidade e produza inferências.

No desenvolvimento desse tópico, destaca-se a introdução dos referentes “pesquisadores” e “cientistas”.

Você já deve ter tido a curiosidade de saber sobre como surgiu a espécie humana no planeta em que vivemos. Essa curiosidade não é só sua. Pesquisadores e cientistas têm estudado muito para descobrir como se deu a origem do ser humano na Terra.

No trecho, a anáfora indireta constituída e colocada em foco no modelo textual tem por finalidade chamar a atenção do leitor para o fato de que a curiosidade acerca da origem humana trata-se de um tema científico.

Na progressão do texto, particularmente no trecho

Quanto mais a ciência se desenvolve, quanto mais avançados são os recursos científicos que esses pesquisadores podem utilizar, mais eles são capazes de encontrar novas possibilidades para explicar a origem humana.

entra em evidência um novo referente: “a ciência”. Esse objeto de discurso é ativado de forma ancorada, relacionada à expressão ativada no trecho anterior “pesquisadores e cientistas”. A introdução do referente “ciência” ancorada no referente “pesquisadores e cientistas” é um procedimento que ocorre também na introdução da unidade, quando o referente “historiador” tem a sua introdução ancorada em uma das palavras-chave do título da unidade: “História”.

Ainda merece destaque no desenvolvimento desse tópico o trecho

Assim, como em um quebra-cabeça, cada nova descoberta vai completando o nosso conhecimento sobre esse tema.

visto que o autor, ao fazer uso da expressão “esse tema”, promove a recategorização do referente “a origem humana” e espera que o leitor tenha esse objeto em sua memória e faça a associação devida, tendo como ponto de partida as orientações co-textualmente apresentadas.

Na constituição do tópico, não podemos nos esquecer do texto visual apresentando imagens de crânios com suas respectivas legendas.



O referente das imagens e das legendas está relacionado ao tema da unidade “a origem da espécie humana”. Nesse sentido, caberá ao leitor estabelecer associações entre os organizadores textuais (capítulo, tópico, imagem, legenda), bem como compreender a relação intertextual entre texto verbal e visual.

Assim como no capítulo I, as imagens e legendas, inclusive, alguns vocábulos em destaque no texto como, por exemplo, **arcada dentária**, **caos**, **Gênesis**, **galáxias**, **constelações e fósseis**, respectivamente, nos trechos

Esses hominídeos foram chamados *Australopithecus*, tinham o cérebro maior do que o dos macacos, a **arcada dentária** semelhante à humana e já andavam eretos, isto é, andavam sobre os pés.

A respeito do primeiro questionamento, as religiões encontram a resposta nos mitos da criação, também chamados cosmogonias, isto é, explicam a origem do cosmos, do mundo. Existem várias cosmogonias porque existem diferentes mitos de criação do mundo. Mas, apesar de apresentarem elementos diferentes, todas elas partem da idéia de um **caos** anterior, que é transformado em luz e ordem pela intervenção divina.

Podemos constatar essa afirmação no mito da criação do povo chinês, hindu, asteca e na *Bíblia*, que afirma no **Gênesis** que “no princípio, era o caos” e Deus fez a luz, criando o mundo em que vivemos.

Já a ciência explica a origem do universo de forma diferente. A explicação científica mais conhecida é a do Big-Bang (a grande explosão). Segundo essa teoria, o Universo originou-se de uma grande explosão inicial de uma bola de fogo contendo as partículas que viriam a formar nosso mundo entre 10 e 15 bilhões de anos atrás. Depois da explosão, a formação do cosmos demorou cerca de 10 milhões de anos. Primeiro surgiram as galáxias, depois as constelações e, finalmente, os planetas.

Os vestígios mais antigos de organismos vivos são fósseis de algas azuis encontrados em rochas na Groenlândia, com mais de 3,5 bilhões de anos. A partir delas, sempre com intervalos de milhões de anos, teriam surgido outros seres vivos como os peixes, os répteis, os grandes dinossauros, os insetos, as aves e os mamíferos e, por último, o ser humano.

tem sua introdução no texto ancorada no texto nos referentes “criação do mundo” e “origem do ser humano”, relacionados ao título do capítulo.

No capítulo, especificamente, os referentes “arcada dentária”, “fósseis” e “Gênesis” funcionam como um “link” que direcionam o leitor para outros textos. O link “fósseis”, por exemplo, solicita que o leitor relacione esse referente ao texto visual que ainda há pouco comentamos, ao texto de abertura da unidade ou ao texto visual acompanhado de legenda que retrata o paleontólogo Dr. Donald Johanson com os fósseis de Lucy, fóssil do *Australopitecus afarensis*



Além de sugerir a remissão a esses textos, o link possibilita um movimento prospectivo para o glossário.

■ **Fóssil/Fósseis:** Restos petrificados de seres vivos, encontrados geralmente em rochas, que permitem aos cientistas terem informações importantes sobre a formação dos seres vivos no planeta em que vivemos.

A associação sugerida no destaque dos referentes dado pelo autor, em outros momentos do texto, ocorre de forma mais explícita como, por exemplo, podemos observar no trecho:

Diferentemente do que revistas, desenhos animados e filmes apresentam, o ser humano nunca conviveu com os dinossauros. Eles desapareceram da Terra muito tempo antes de a espécie humana surgir no planeta (ver boxe, pág. 36).

No trecho, a orientação “(ver boxe, pág. 36)” funciona como um apontador enunciativo, já que tem o objetivo de conduzir a atenção do leitor para um dado foco, no caso, o texto “Dinossauros” presente no boxe da página 36. “

Em relação aos referentes “*Australopithecus*” e “humanos” presentes no subtópico “Dos *Australopithecus* aos humanos”, podemos dizer que os autores da coleção operam uma retomada e solicitam do leitor que tenham na memória os referentes introduzidos anteriormente no trecho

Essa história é sobre o Piteco, criado pelo desenhista Mauricio de Sousa. Se você prestar atenção, verá que o artista escolheu o nome Piteco pensando na palavra *Australopithecus*. Os cientistas acreditam que os primeiros hominídeos, seres que deram origem aos humanos, viveram no continente africano há mais de um milhão de anos. Esses hominídeos foram chamados *Australopithecus*, tinham o cérebro maior do que o dos macacos, a **arcada dentária** semelhante à humana e já andavam eretos, isto é, andavam sobre os pés.

O tópico “Pré – História ou História dos povos pré – letrados” relaciona-se ao título do capítulo “Da origem do mundo aos homens da caverna” devido à referência a história dos povos pré letrados, que incluem os homens da caverna que viviam no período paleolítico. As expressões nominais “a pré – história” ou “História dos povos pré letrados” são referentes reintroduzidos no texto, se considerarmos que, particularmente, “pré-história” é uma das palavras-chave do título da unidade 1.

Também chama a atenção o referente “os povos pré – letrados”, já que se trata de uma escolha feita pelos autores como a expressão mais adequada para nomear esses povos.

Ainda no desenvolvimento desse tópico, destaca-se a introdução do referente “cultura material” no trecho.

Como vimos, não é preciso o documento escrito para a pesquisa histórica. A cultura material também é fonte importante para o trabalho do historiador.

O referente “cultura material” está relacionado ao conteúdo destacado no box

Os arqueólogos têm os mesmos objetivos que os historiadores, só que seus documentos e o meio de conhecerem o passado são bastante diferentes. Não utilizam textos escritos, mas os objetos produzidos pelos homens, os vestígios de suas casas, os restos de sua alimentação, seus instrumentos de trabalho, suas armas, seus enfeites e pinturas. São esses objetos, que os arqueólogos chamam de cultura material, o único meio de sabermos alguma coisa da vida daqueles povos que não conheciam a escrita.

GUARINELLO, N. L. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994. p. 4.

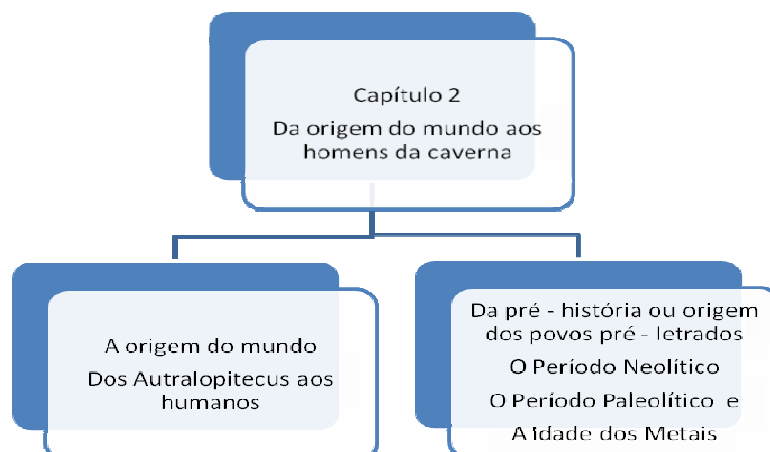
bem como ao texto visual que apresenta instrumentos de pedra utilizados pelos homens das cavernas, configurando alguns dos objetos que os arqueólogos podem utilizar para estudar a história dos povos que não conheciam a escrita.



Os referentes “Período Paleolítico”, “Período Neolítico” e “A Idade dos Metais” são introduzidos no texto de forma ancorada, porque dizem respeito a períodos da história dos povos pré – letrados.

De modo geral, a escolha dos referentes, sua introdução de modo (não) ancorado e retomada está relacionada ao título do capítulo “Da origem do mundo aos homens da caverna” e aos tópicos desenvolvidos. Em sua organização geral, o capítulo está assim estruturado:

Esquema da estruturação do capítulo 2



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi nosso objetivo analisar o fenômeno da referenciação em manual didático da área de História. Para tanto, fundamentamos o trabalho em estudos sobre a referenciação entendida como uma prática linguística e cognitiva dos sujeitos, social e culturalmente ancorada, que resulta na construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo, segundo defendem Mondada e Dubois (2003).

Além da noção de referenciação, destacamos as noções de categorização e recategorização, atividades construídas num processo dinâmico por sujeitos em interação, bem como as estratégias de introdução, retomada e desfocalização de referentes, levando em conta que os referentes podem ser introduzidos de forma ancorada ou não ancorada ou ainda de forma explícita ou implícita em um movimento que foge à linearidade do texto.

Em relação à não linearidade do texto, assumimos como ponto de partida que, assim como ocorre na produção de uma enciclopédia, um dicionário ou lista telefônica, a produção do manual didático também pressupõe o princípio da hipertextualidade, na medida em que, nos textos que compõem as unidades de estudo, há palavras e expressões que funcionam como links, criando uma rede discursiva e direcionando o leitor a diversos textos na unidade (presentes nos boxes, nos textos visuais, nas seções de estudo) que se complementam e possibilitam um grau maior de compreensão sobre o tema abordado.

Dentre esses elementos que funcionam como links, destacamos os referentes ou objetos de discursos principalmente constituídos nas seções, capítulos, tópicos e subtópicos da unidade de estudo, visto que propiciam ao leitor saltar de um texto a outro, estabelecer associações entre textos, produzir inferências e construir a coerência no percurso de estudo da unidade.

De modo geral, a análise realizada demonstrou que a organização e coerência da unidade didática no tocante a elementos, tais como capítulos, tópicos, textos complementares, imagens ou legendas depende do processo referencial. Em outras palavras, podemos dizer que os objetos de discurso construídos na unidade didática contribuem para que o leitor estabeleça uma rede de associações e produza inferências e sentido, à medida que avançar no estudo da unidade. Dito ainda de outra forma, os elementos referenciais contribuem para a organização

macroestrutural da unidade de estudo do manual didático, levando em conta que o produtor do texto introduz, ativa, reativa e desfocaliza referentes, numa solicitação para que o leitor acompanhe esses movimentos que ocorrem recursivamente e apontam para a plurilinearidade do texto.

Também merece destaque como resultado da análise a atividade de recategorização no desenvolvimento da unidade. O processo de categorização e recategorização dos objetos de discurso, principalmente quando observada a escolha do núcleo das expressões nominais, imprime ao texto uma dada orientação argumentativa, revelando ao leitor a avaliação do autor em relação ao que diz.

Além disso, observamos que a unidade de estudo apresenta uma variedade de gêneros textuais (crônicas, história em quadrinhos, legendas, gráficos, tabelas etc). Os gêneros escolhidos atendem ao objetivo da unidade e aos propósitos do enunciador/ produtor do texto. Assim sendo, os referentes constituídos nos gêneros textuais que compõem a unidade de estudo convidam o leitor a integrar e relacionar gêneros textuais diferentes em sua composição, conteúdo e estilo, mas relacionados ao tema da unidade. Dessa forma, a variedade de gêneros textuais na unidade é enriquecedora, na medida em que propicia associações e possibilita a reflexão.

Salientamos que a prática da leitura não é uma tarefa apenas importante para a área de Língua Portuguesa e que, nesse sentido, devemos pensar em trabalhos didáticos interdisciplinares, pois observamos que o material analisado vincula as práticas de leitura ao estudo da história, visando à formação do leitor proficiente.

A leitura é uma fonte importante de conhecimento sobre o mundo, a humanidade e as sociedades de épocas distintas e o estudo da História possibilita a leitura do real, com base em procedimentos que orientam e “legitimam” a produção do conhecimento histórico. Logo, a prática da leitura pode contribuir para a construção da autonomia e resultar na formação de cidadãos aptos para perceber, atuar na realidade social e participar da sociedade de uma forma transformadora (*cf.* SEFFNER, 2006).

Por fim, não foi nossa intenção analisar pormenorizadamente como ocorre o processo referencial na unidade de estudo proposta em manual didático. Destacando a complexidade do processo, com a nossa pesquisa pretendemos chamamos a atenção para a importância, no processo de leitura e compreensão, dos objetos de discurso constituídos na relação entre textos, com propósito didático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, Denis. *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.) *Referenciação*, São Paulo: Contexto, 2003, p. 53 - 84.

BEAUGRANDE, R. de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1997.

BENTES, Anna Christina. *Gênero e ensino: algumas reflexões sobre a produção de materiais didáticos para a educação de jovens e adultos*. In: KARWOSKI, Acir Mário; Gaydeczka, Beatriz & Brito, Karim S. (orgs.). *Gêneros Textuais – Reflexões e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

BENTES, Anna C. *Linguística Textual*. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (orgs.) *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, São Paulo. Pontes Editora, 1989.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 2003.

BUNZEN, Clécio dos S. *Dinâmicas discursivas na aula de Português: os usos do livro didático e projeto didático autoral*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2009.

CAVALCANTE, Mônica M. *Anáfora e Dêixis: quando as retas se encontram*. In KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

FELTES, Heloísa P. M. *Produções de estudos transdisciplinares*. EDUCS, 2006.

DIONISIO, Angela Paiva. *Gêneros multimodais e multiletramento*. In: KARWOSKI, Acir Mário; Gaydeczka, Beatriz & Brito, Karim S. (orgs.). *Gêneros Textuais – Reflexões e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008, p. 119 - 132.

ELIAS, Vanda M. *Hipertexto, leitura e sentido*. In: Calidoscópio. Unisinos. Volume. 3, n.1, Jan./abr. 2005, p.13 – 19.

FRANCIS, Gil. *Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, 191 – 228.

KARWOSKI, Acir Mário; Gaydeczka, Beatriz & Brito, Karim S. (orgs.) *Gêneros Textuais – Reflexões e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. *A Inter- Ação pela Linguagem*. 4ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

_____. *Argumentação e linguagem*. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Referenciação e orientação argumentativa* In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Morato, Maria Edwiges & Bentes, Anna Christina. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

_____. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Ed. Cortez, 2006a.

_____. *Introdução à Língua Textual*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006b.

_____. ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

MARCUSHI, Luiz A. A Leitura como processo inferencial num universo cultural – cognitivo. In: BARZOTTO, Valdir. H. (org.) *Estado de Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999, p. 95 - 123.

_____. *Produção Textual, Análise de Gêneros e compreensão*. SP: Ed. Parábola, 2008.

_____. *Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido*. In: FELTES, Heloísa P. M. (org.) *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo:

Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educus, 2003, p. 239-261.

_____. *Anáfora Indireta: O Barco Textual E Suas Âncoras*. E In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53 -101.

MILNER, Jean – Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.) *Referenciação*, São Paulo: Contexto, 2003, p. 84 – 130.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Daniele. *Construção dos objetos do discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.) *Referenciação*, São Paulo: Contexto, 2003, 17 - 52.

NASCIMENTO, Milton do e OLIVEIRA, Marco Antonio. *Texto e Hipertexto: referência, rede no processamento discursivo*. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria José e OLIVEIRA, Roberta Pires de. (orgs.). *Sentido e Significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Editora Contexto. 2004, p. 285 - 299.

NEVES, Iara C. B. , SOUZA, Jusamara Vieira, SHÄFFER, Paulo C. G.e KLUSENER, Renita (orgs.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 7ª edição.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RIBEIRO, Vanise & ANASTASIA, Carla. *Encontros com a História*. 5ª a 8ª séries.Curitiba: Ed. Positivo, 2006, 6 - 43.

SALOMÃO, Margarida Maria. *Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência*. In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151- 168.

SEFFNER, Fernando. *Leitura e escrita na história*. In: NEVES, Iara C. B. , SOUZA, Jusamara Vieira, SHÄFFER, Paulo C. G.e KLUSENER, Renita (orgs.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 7ª edição.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 107 - 120.

XAVIER, Antonio Carlos. *Processos de Referenciação no Hipertexto*. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, volume 41, Jul./Dez.2001, p. 165 – 176..

_____. *Hipertexto e Intertextualidade*. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, volume 44, Jan./Jun.2003, p. 283-290.

ZAMPONI, Graziela. *Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência*. In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 169 - 195.

ANEXO



u n i d a d e 1

História e Pré-História

Você sabe o que é um historiador?

O historiador é o profissional que estuda o passado por meio do exame de vários tipos de testemunhos deixados pelas pessoas que viveram antes dele – testemunhos escritos, orais, desenhados, pintados, esculpidos, objetos que essas pessoas usavam no seu dia-a-dia, etc.



Carta de Mestre João, médico da esquadra de Pedro Álvares Cabral, 1455

Stock Photos/Corbis/Werner Forman



Papiro funerário egípcio

N

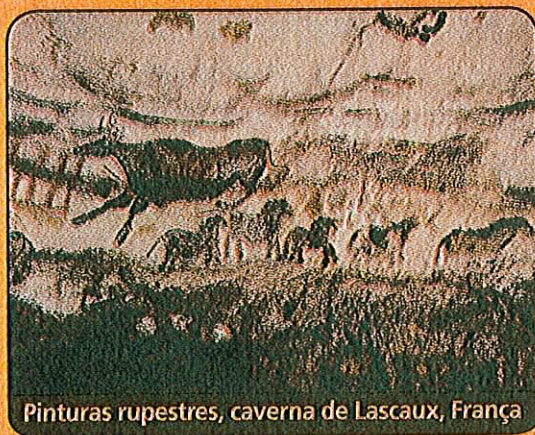
ão se pode afirmar que tudo na História seja verdade ou seja mentira. A História apresenta um conjunto de interpretações e de versões que cada historiador faz com base nos exames que ele realiza nos documentos históricos. Essa constatação não é diferente do nosso dia-a-dia. Por exemplo, se você e seus colegas, que torcem para times diferentes, forem a um jogo de futebol, terão versões diferentes para o que aconteceu no jogo. Possivelmente, o torcedor de um time vai achar que o juiz marcou faltas inexistentes em favor do time adversário. Em compensação, o torcedor do time adversário vai dizer que o juiz "roubou" para o outro time. Isto é, cada pessoa vê os acontecimentos de acordo com a sua posição no mundo. E é mais ou menos isso que acontece também com o historiador. Porém, ele não pode inventar fatos que não tenham acontecido no passado. O conhecimento histórico é baseado em métodos, em teorias, em conceitos e nos documentos que lhe dão credibilidade, como iremos estudar.

O historiador estuda a vida dos povos desde o período chamado Pré-História, isto é, o período em que a escrita ainda não existia. Muitos estudiosos, entretanto, não gostam de usar o termo Pré-História, porque fica parecendo que, na época – a dos "homens da caverna", não havia história. Preferem chamá-la de História dos povos ágrafos, ou seja, a dos povos sem escrita. Essas pessoas que viviam em cavernas, embora não tivessem escrita, deixaram importantes registros para os historiadores: as pinturas rupestres, desenhos que eles faziam nas paredes de suas cavernas, representando suas atividades mais importantes, especialmente a caça.

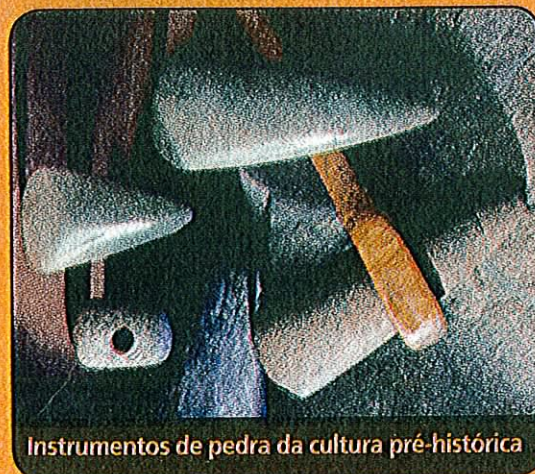
Eles deixaram, também, muitos vestígios da sua cultura material, isto é, dos objetos que usavam no seu dia-a-dia. Com o passar dos séculos, esses objetos acabaram ficando enterrados, escondidos. Para encontrá-los, o historiador conta com a importante participação dos arqueólogos, profissionais que pesquisam lugares onde essas pessoas viveram, escavando-os à procura destes vestígios para serem estudados.

O que vamos, então, estudar nesta unidade?

Vamos aprofundar nossos estudos sobre o conhecimento histórico: de que maneira, enquanto indivíduos, também fazemos história no nosso dia-a-dia; o papel do historiador; a importância e a variedade das fontes históricas; o patrimônio histórico e a necessidade de preservá-lo; a relação entre a História e a memória; o tempo cronológico e o tempo histórico; as épocas da História. Vamos estudar também a origem do universo e do homem; a Pré-História e suas divisões e as críticas à idéia do evolucionismo. Esses são temas bastante instigantes e, certamente, será muito interessante trocar idéias sobre eles.



Pinturas rupestres, caverna de Lascaux, França



Instrumentos de pedra da cultura pré-histórica

HISTÓRIA: SUJEITO, FONTES E TEMPO

O guardião da memória

Às vezes a gente sai por aí, pára, toma um sorvete e fica olhando o movimento. Depois vai embora, caminhando com um gosto gelado entre as bochechas. A rua é a mesma de sempre, cheia de gente, carros, prédios e muito barulho.

De repente a gente vê uma casa. Bonita, muito bonita, mas antiga; isso a gente pode notar só de olhar para ela. E quando a gente olha para os lados, vê que só tem prédio. Todos altos, cheios de vidros e modernos. São bonitos também.

Mas aquela casa está fechada, por certo não mora mais ninguém ali. Ah, mas um dia deve ter morado, dá até para imaginar três meninos brincando na varanda de chão vermelho, onde provavelmente tinha um banquinho, desses que balançam, e até uma samambaia bem bonita, caindo do alto da parede.

A gente fica curioso, quer saber que casa é aquela, há quanto tempo está ali, quem morava nela. Aí é hora de o historiador entrar em cena. Como um detetive, ele vai seguir as pistas para saber o que aconteceu e assim reconstruir a história daquela casa.

Para isso, existem os lugares e as pessoas que podem ajudá-lo. O Arquivo Público de uma cidade é o lugar onde estão guardados documentos, jornais e outras coisas. Lá é possível se saber quem era o dono da casa antiga, quando ela foi construída. Dá até para saber se antes dela existia alguma coisa no lugar. Visitando museus, a gente pode descobrir também como as pessoas viviam naquela época. Nos museus estão muitos objetos que as pessoas usavam, muita coisa que naquela época era moda.

Pode até ser que o historiador descubra que aquela casa tem um mistério, um mistério enterrado no porão. Aí ele chama um amigo, um arqueólogo. É ele quem vai desenterrar tudo. Com muito cuidado porque coisa antiga quebra fácil. E ele fica lá quebrando a cabeça, juntando pedaços de ossos, de vasilhas, de tudo que for encontrado. Com isso, ele vai escrevendo uma história sobre aquele lugar e as pessoas que viveram ali.

Pode ser que a casa seja mesmo muito antiga, com mais de duzentos, quem sabe trezentos anos. Pode até ter sido de gente muito importante ou de pessoas como eu e você, importantes também. Mas é bom que o historiador descubra logo, pois muita gente passa por ali para tomar sorvete. E qualquer dia desses, no lugar da casa, haverá um monte de tijolos empilhados e uma placa anunciando mais um prédio moderno. Muito bonito provavelmente.

(Casamayor, Belo Horizonte: jul. 95, mimeo)

Essa crônica não é interessante? Ela faz com que a gente fique com vontade de saber mais sobre História, não é? Então, vamos aprender um pouco sobre essa disciplina tão fascinante!

A história de cada um

Extraordinárias, esquisitas, maravilhosas, impressionantes ou engraçadas, as histórias exercem um fascínio sobre nós, porque **abordam** também um pouco da nossa história individual. Quando alguém nos pergunta “Quem é você?” e respondemos “Eu sou fulano ou fulana de tal, tenho tantos anos e moro na cidade tal”, estamos contando um pouco da nossa história. Todos nós somos sujeitos históricos! Todos nós fazemos parte da História.

Entretanto, contar a nossa história não é só isso. É também nos situarmos no tempo e no espaço históricos. Lembrar dos primeiros grupos sociais, das primeiras comunidades, da formação da sociedade, dos nossos antepassados. O seu sobrenome, por exemplo, vem dos seus pais, avós, bisavós e tataravós. O seu rosto tem traços comuns com os deles, vocês se parecem no modo de falar, de andar e conservam as mesmas tradições.

Você vai crescendo, conhecendo muitas pessoas e se relacionando com elas. Erra, acerta, escolhe, tem idéias, emoções, desejos e sentimentos, aprende e evolui. Na escola, aprende a ler, escrever, interpretar, contar, fazer amizades, entre tantas outras coisas interessantes. Tem alegrias, tristezas, dificuldades e sonhos. Enfim, tem uma história.

História, vastas histórias

Como você pode observar, sua história vai além do seu nome, da sua idade e do lugar em que mora. Começou bem antes do seu nascimento, continua até agora e nós poderíamos passar muito tempo falando a respeito dela. Todas as pessoas têm uma história, assim como você também tem a sua. E não são só as pessoas que têm histórias. Tudo tem uma história: a música que ouvimos, a roupa que vestimos, os alimentos que comemos, os seres humanos, as cidades, os países, o mundo.

A palavra “história” tem vários significados: tanto pode ser o estudo de um acontecimento, como de um processo político, ou mesmo a história da vida de uma pessoa.

História é basicamente uma experiência humana; um constante construir, desconstruir e reconstruir. Por isso, acreditamos que a História é uma **área de conhecimento** que está em permanente construção.

Os seres humanos sempre fizeram registros históricos. Nossos indígenas, por exemplo, já registravam o cotidiano por meio da confecção de utensílios (machadinhas de pedra, enfeites de penas de pássaros, objetos de cerâmica) ou pinturas em cavernas, dez mil anos atrás.

Objetos de cerâmica fabricados pelos indígenas brasileiros dos grupos karajá e marajoara.



kino.com.br/Carlos Terrana

Artesanato indígena, cerâmica karajá



Studio IRosa Gaudiano

Cerâmica marajoara



Studio IRosa Gaudiano

Cerâmica karajá

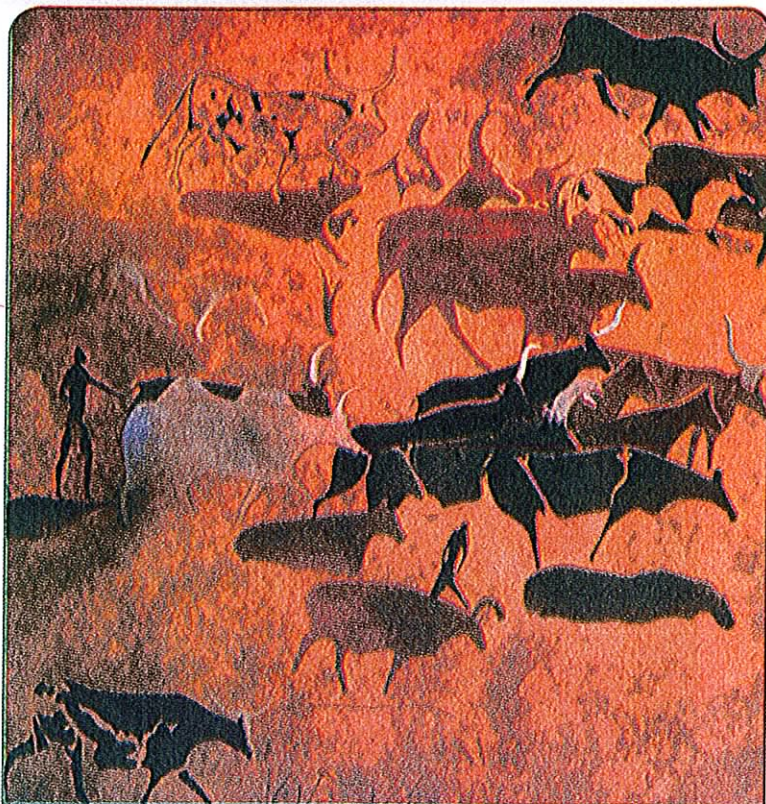
A partir de sua organização em grupos, as pessoas sentiram necessidade de colher informações sobre o passado e registrá-las, de alguma forma, fosse oralmente, nas conversas com os amigos e parentes, ou em desenhos feitos nas grutas e cavernas em que viviam.

Nós podemos conhecer os costumes dos humanos primitivos, os objetos que usavam e os animais que caçavam, por meio do estudo desses desenhos e das descobertas feitas pelos arqueólogos, cientistas que, como estudamos, pesquisam o passado dos seres humanos e dos grupos sociais por meio dos registros materiais.

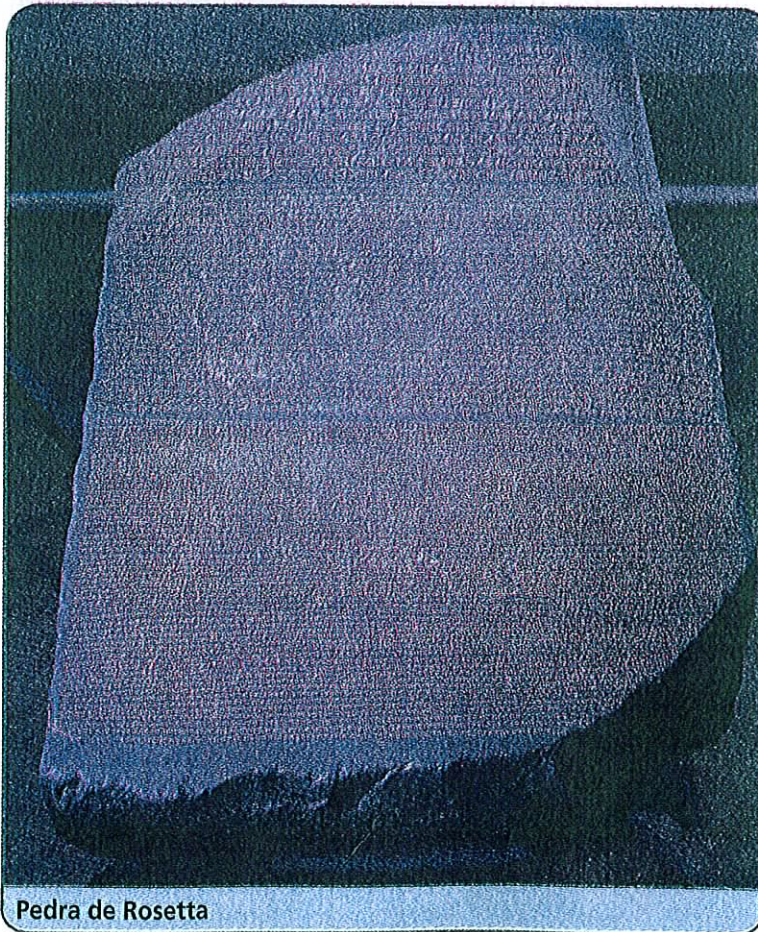
É interessante saber que a escrita se originou exatamente desses desenhos e pinturas. Os povos egípcios, por exemplo, foram um dos primeiros a registrar sua história por meio da escrita. Porém, eles não faziam esses registros com letras, como nós fazemos, mas com desenhos e figuras, com representações gráficas.

Essas representações gráficas dos egípcios são chamadas hieróglifos, dos quais, durante muito tempo, os arqueólogos tentaram decifrar o significado.

Em 1799, soldados das tropas de Napoleão descobriram no Egito uma pedra com inscrições – a Pedra Rosetta – que foi decifrada por J. F. Champollion. O trabalho de Champollion possibilitou aos estudiosos conhecerem muito sobre os segredos da civilização egípcia.



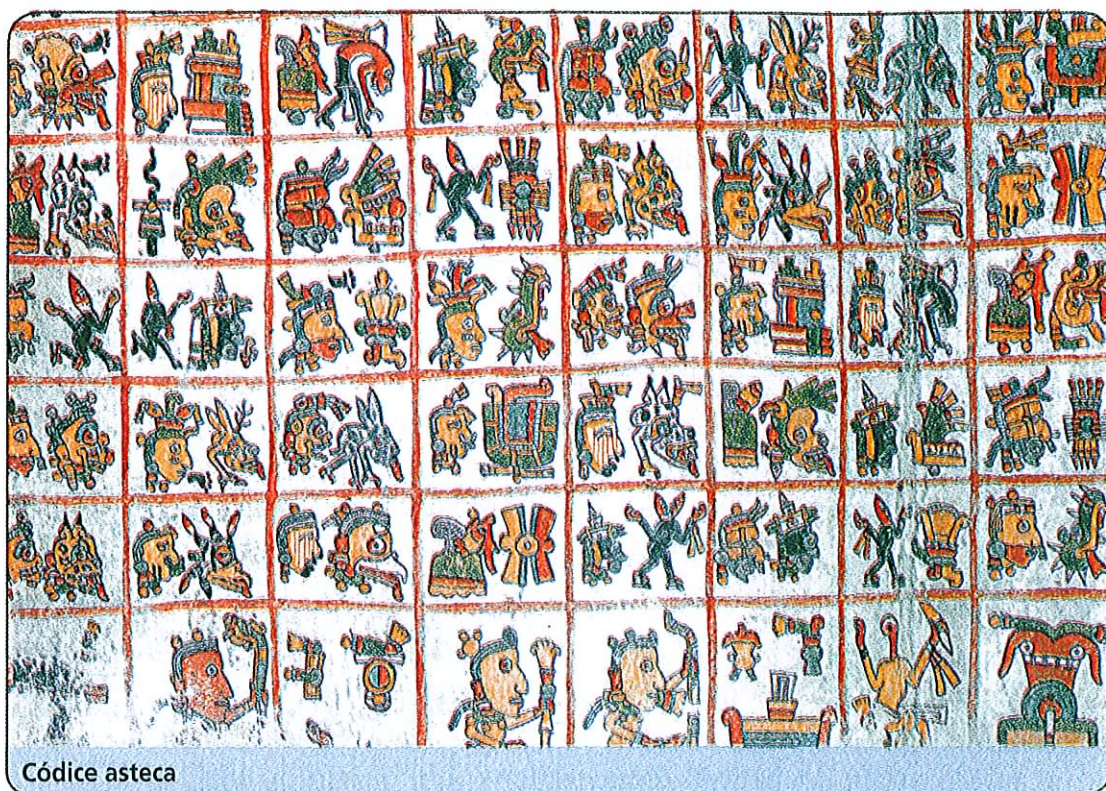
Pastores conduzindo gado. Pintura rupestre, Saara, África. Essas pinturas podem até ter sido apenas uma espécie de prática mágica do homem primitivo para caçar e viver melhor, mas retratam, de alguma forma, seu modo de vida, seus desejos e sua história.



Pedra de Rosetta

Stock Photos/Corbis/Arquivo Iconográfico, S.A.

Na América Pré-Colombiana, os astecas também usaram uma escrita cheia de símbolos. Com ela, escreveram livros – chamados códices – que até hoje estão disponíveis nos arquivos para aqueles que se interessarem pelo estudo da sua civilização.



Códice asteca

Stock Photos/Corbis/Werner Forman

Os caminhos da História

Encontramos a utilização da palavra história, pela primeira vez, na Grécia Antiga. Ela origina-se de *histor*, palavra grega que significa *testemunho*. Depois, a História foi identificada como narração, isto é, o historiador seria um **memorialista** escrevendo, no presente, sobre os acontecimentos do passado. Mais tarde, ela continuou sendo entendida como narrativa, mas ganhou uma finalidade didática – ensinar e criar modelos de comportamento para os seres humanos. Esse jeito de se fazer História, apesar das alterações sofridas na metade da Idade Moderna, prosseguiu desde a Antiguidade até o século XX.

A partir do século XVIII, havia uma história interessada em explicar acontecimentos realmente significativos e em relacionar os fatos entre si. No século XIX, a forma de pensar e escrever a História passou por grandes transformações. Os historiadores tentavam estabelecer bases científicas para o estudo dos fatos e descobrir leis que os explicassem, sempre acompanhados por farta documentação.

A partir do século XX, os historiadores, para explicar o desenvolvimento da História, passaram a valorizar ainda mais as relações econômicas entre pessoas, grupos e povos. Assim, ela deixou de ser apenas uma narrativa para se transformar em “possibilidades interpretativas do passado”. Cabe, portanto, ao historiador interpretar as sociedades humanas do passado e não apenas narrar fatos, datas e personalidades.

Os historiadores atuais, mesmo defendendo a idéia de que são os próprios seres humanos que fazem a sua história, compreendem que nem sempre ela se desenvolve segundo a vontade de todos, nem mesmo da maioria das pessoas.

A idéia de que a evolução histórica acontece por meio do conflito – da luta entre classes sociais, entre ricos e pobres, dominantes e dominados – também exerce grande influência sobre os estudos da História.

Em nossos tempos, os aspectos sociais e culturais ganharam maior destaque nos estudos históricos, especialmente a chamada “história da cultura” que examina os diferentes aspectos do dia-a-dia dos grupos humanos: saúde, família, educação, sexualidade, moradia, moda, indumentária, hábitos alimentares, festas, rituais religiosos, etc.

Entra em cena o historiador

O trabalho do historiador é bastante instigante, pois lida com temas e assuntos relacionados a acontecimentos que, em sua grande maioria, ocorreram muito tempo antes do nascimento dele e sua função é interpretar esses acontecimentos históricos.

Com muito bom humor, afirmamos que entre o historiador e o seu objeto de pesquisa há um “eterno caso de amor”. Um não vive sem o outro. Sem os acontecimentos, o historiador não poderia produzir conhecimento; sem o historiador, os acontecimentos não teriam vida.

Dizemos que acontecimentos históricos são os eventos, as opiniões, os pensamentos e os movimentos sociais que produziram efeitos e geraram mudanças, tendo ou não, por isso, importância em algum momento do passado, na vida de um grupo ou de um povo. Os acontecimentos são “produtos” sociais “fabricados” por seres humanos que sonharam, pensaram e agiram. Cabe ao historiador analisar esses “produtos sociais” e construir sua interpretação do momento histórico que estiver pesquisando.

No entanto, é impossível que um historiador seja capaz de avaliar, discutir, compreender e explicar todos os acontecimentos, sentimentos e pensamentos que contribuíram para que determinado evento acontecesse.

Assim, ele escolhe, de acordo com a finalidade de sua pesquisa, os aspectos que irá estudar, as fontes que irá analisar, as opiniões que pretende discutir, os sentimentos que julga mais importantes.

Como um detetive, o historiador analisa um acontecimento com base nas fontes históricas, aceita ou recusa interpretações já existentes, colhe depoimentos e chega a uma conclusão.

Nenhum evento histórico tem pureza total. O registro dos acontecimentos reflete sempre, de um modo ou de outro, o pensamento, a opinião – e até os interesses – daquele que fez anotações sobre o que viu, ouviu ou viveu.

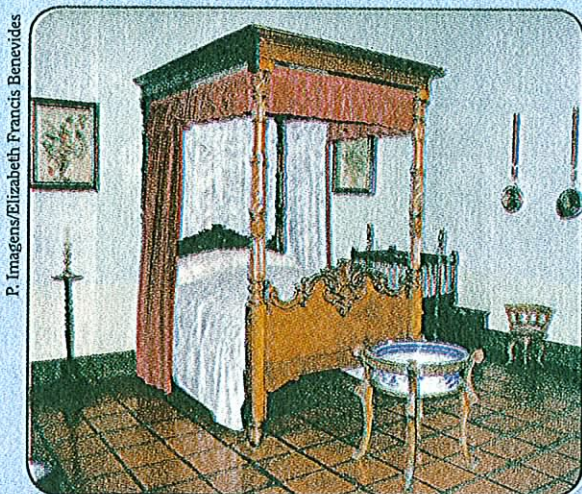
Para compreender e explicar os acontecimentos, o historiador estará sempre interpretando-os ou reinterpretando-os, tomando como ponto de partida sua forma de ver a sociedade e a própria História. Quando, por exemplo, lemos uma obra histórica, é como se estivéssemos ouvindo a voz do historiador que a escreveu.

As fontes: os testemunhos da História

O historiador capta os acontecimentos por meio do exame das fontes históricas, em que vai encontrar os registros, os vestígios, as marcas da presença do ser humano em momentos passados. Há um dito popular que afirma: “Sem documentos não há história”. Isso demonstra que, para conhecer uma realidade, é preciso conhecer os testemunhos dessa mesma realidade.

A quantidade de testemunhos sobre uma realidade é muito grande. Tudo o que se diz, tudo o que é construído e fabricado é manifestação das ações do homem; portanto, um testemunho histórico.

Há algum tempo, a maioria dos historiadores só utilizava, nas suas pesquisas, documentos escritos. Recentemente, houve uma “revolução documental” – considera-se fonte para o estudo da História tudo aquilo que é feito pelo ser humano.



P. Imagens/Elizabeth Francis Benevides



Corel Stock Photos

Móveis, objetos de decoração e quadros são importantes testemunhos da História.



La place du marché aux Roys-Bas. Século XV. Pintura em madeira, importante fonte iconográfica

Objetos como roupas, chapéus, calçados, utensílios domésticos e de caça, pesca e guerra são fontes da cultura material. Filmes, gravações sonoras ou com imagens (programas de TV, por exemplo), ruínas de construções, pirâmides, templos, túmulos e obras de arte que auxiliem na reconstrução do passado, também são considerados como importantes fontes de pesquisa.

Dentro desse enfoque, as fontes são muito variadas. Há as fontes escritas: livros, jornais, revistas, letras de música, relatórios, inscrições em monumentos, memoriais, contratos públicos e particulares, cartas, leis, discursos, escritos oficiais; há ainda as chamadas fontes **iconográficas**, como fotografias, pinturas, estátuas, desenhos. Como podemos perceber, tudo tem uma história.

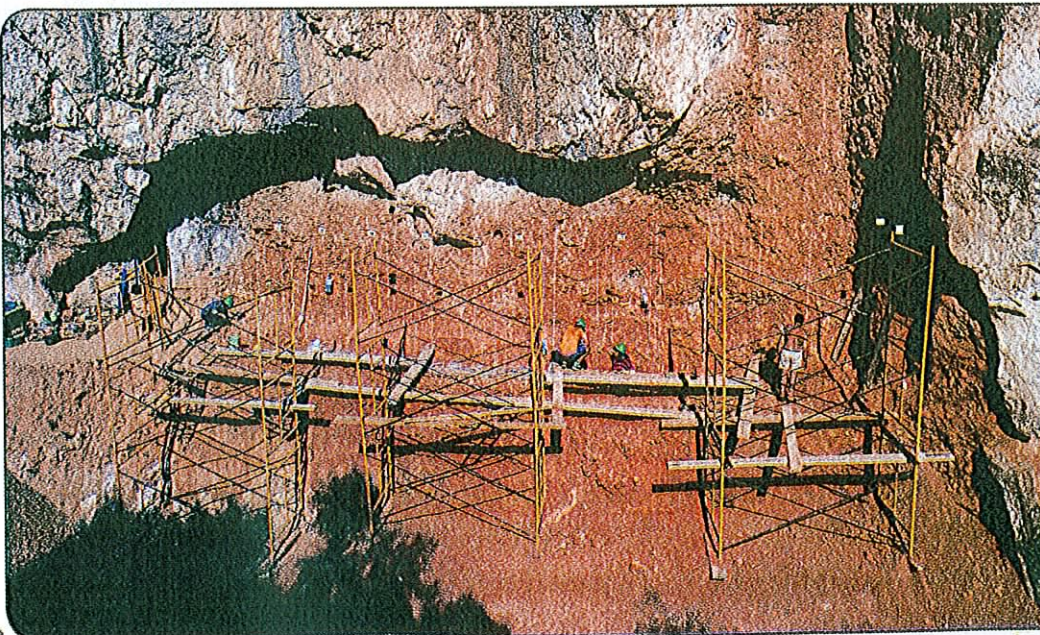


Acervo Iconographia

Cena de um casamento, década de 20 do século XX. Peças da indumentária, tais como roupas, chapéus, sapatos, também são documentos de uma época.

Os utensílios usados pelos homens ao longo dos tempos, fontes da cultura material, – cerâmicas, panelas, armas, instrumentos para a agricultura e muitos outros – podem fornecer pistas preciosas sobre o passado. Assim, os arqueólogos buscam, nas suas escavações, encontrar esses utensílios. Os lugares onde são encontrados indícios materiais de uma sociedade do passado são chamados sítios arqueológicos (ver boxe 1, pág. 22).

Stock Photos/Corbis/Archivo Iconografico, S.A.



Sítio arqueológico em Burgos, Espanha. O sítio arqueológico é o lugar onde há vestígios de civilizações antigas e onde os arqueólogos fazem escavações para resgatarem os vestígios dos objetos da cultura material.

Há, ainda, as fontes orais: entrevistas, relatos, casos contados por antepassados que viveram o tempo em estudo, **lendas, mitos e fábulas** que nos permitem compreender como as pessoas pensavam, com o que sonhavam e em que acreditavam.

Por meio do exame das fontes, o historiador irá esclarecer dúvidas, apontar novos caminhos e identificar perguntas que outros, antes dele, não tinham conseguido fazer ou não souberam responder. O trabalho com várias fontes para um mesmo estudo é enriquecedor, pois a compreensão de uma realidade não pode ser feita com base em um único documento isolado.

É proveitoso não se esquecer de que o documento é, além de um elemento de pesquisa histórica, uma expressão de sujeitos da História, isto é, foi produzido por alguém que pertenceu ao tempo estudado e nele atuou. Desse modo, além de fornecerem dados, os documentos também mostram as ações de outros sujeitos da História, dos indivíduos envolvidos naquele determinado processo histórico.

O trabalho do historiador segue um método. Ele precisa cumprir uma série de etapas e ser muito cuidadoso, para obter resultados confiáveis.

Primeiro é preciso fazer o levantamento das fontes, depois selecioná-las e, só então, estudá-las com cuidado. É preciso utilizar técnicas e métodos de trabalho adequados a cada pesquisa, a cada tema. A seqüência de perguntas que o historiador levanta a respeito dos documentos esclarece as relações que buscamos e levam à procura de novas fontes.

O trabalho do historiador passo a passo

A seqüência de perguntas que o historiador segue no seu trabalho é mais ou menos a seguinte:

1. Qual é o documento com que vai trabalhar?
2. O que esse documento nos diz?
3. Como o diz?
4. Quem o fez?
5. Quando o fez?
6. Em nome de quem o fez?
7. Com que propósito o fez?
8. Qual é a relação do documento, no momento de sua produção, com a realidade mais ampla à qual o historiador quer chegar?

As técnicas, fichas, entrevistas, perguntas, **catalogação** de dados, etc. dão segurança para realizar cientificamente o trabalho do historiador. Os métodos são orientações seguidas por ele nas etapas da sua pesquisa, da sua investigação.

É necessário destacar que um documento não é a cópia fiel da realidade investigada, ao contrário, representa partes, momentos singulares e situações peculiares dessa realidade. É sempre bom lembrar que a realidade deve ser examinada tendo como ponto de partida o alcance do nosso olhar sobre ela.

Patrimônio histórico: o que é isso?

Você leu a crônica *O guardião da memória*. Será que é correto derrubar as construções antigas que contam nossa história para construir prédios modernos em seu lugar? Essas construções, assim como os monumentos, o meio ambiente, as festas, a cultura oral de um determinado povo são considerados patrimônio histórico desse povo.

O patrimônio histórico-cultural de um povo são todos aqueles bens materiais e imateriais que ele possui e que são importantes para a sua cultura e história. O patrimônio histórico é

o lugar em que se faz a memória nacional. Desse modo, a conservação dele é dever de todos, pois, assim, preservamos as características de uma sociedade e garantimos a sobrevivência de sua identidade cultural.

Preservar significa livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar e defender. Tudo isso é preservar. Sabemos que essa atitude tem muitas implicações e é uma tarefa que uma só pessoa não é capaz de fazer. Desse modo, é dever de toda a sociedade preservar os seus bens.

Pulsar Imagens/Delfim Martins - 1991



O Museu Imperial, que fica em Petrópolis, no Rio de Janeiro, mostra ao público a cultura brasileira do século XIX.

Caixas da memória

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, registra a palavra *museu* como originária do grego *mouseion* e significa “templo das musas”. Já o termo *museu* tem origem no latim e refere-se a qualquer estabelecimento permanente criado para conservar, estudar, valorizar e divulgar, pelas mais diversas maneiras, coleções de interesse artístico, histórico e científico, expondo-as para o deleite e a educação do público. Resumindo, é como se ele fosse uma caixa que contém importantes guardados históricos que vão auxiliar o ser humano na compreensão da sua história. Assim, as exposições dos museus preservam o patrimônio histórico de uma dada cultura.

Existem também museus que estão ligados ao patrimônio natural de um país; eles guardam coleções de espécies minerais, vegetais e animais.

Já para a palavra *arquivo*, o dicionário *Aurélio* dá vários significados. O primeiro diz que ele é o conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos, entre outros, produzidos e recebidos de modo oficial por uma entidade (ou pelos funcionários dela), que ficarão sob a responsabilidade dessa entidade ou de seus funcionários.

Pode ser, também, o lugar onde se guardam documentos, ou ainda, um móvel, na maioria das vezes de metal, destinado a guardar documentos. Arquivo, portanto, tem função semelhante à do museu e é como se fosse uma caixa de guardar memórias.

O Arquivo Público, por exemplo, guarda materiais e documentos de entidades ou instituições públicas e privadas para conservação, consulta e divulgação.

Os arquivos e museus são de extrema importância para a História e o historiador. Desde a Idade Média, há uma preocupação dos governos e autoridades em conservar alguns documentos em lugares que ofereçam segurança.

Tempo Rei

O deus Crono

Cronológico vem do grego *Chrono-logikós*, que por sua vez vem de *Chrónos*, que significa tempo. Conta a mitologia grega que no início era o Caos, o espaço imenso e tenebroso. Depois apareceu Géia (a Terra) e Eros (o amor). De Géia nasceu Urano (o céu). Géia se uniu ao seu filho Urano e a primeira geração divina surgiu: seis machos e seis fêmeas. Os filhos foram chamados de Titãs: Oceano, Ceos, Crio, Hiperião, Jápeto e Crono.

Eram seres monstruosos e, à medida que nasciam, o pai os trancava nas profundezas da terra. Géia armou uma vingança contra Urano. Tirou do próprio seio o aço e fabricou, com auxílio dos filhos, a quem se atribui a invenção das artes e da magia, uma foice de lâmina afiada e os levou a agir contra o pai. Todos hesitaram, apavorados. O único que enfrentou Urano foi Crono,

o caçula, que castrou o pai, reduziu-o à impotência, libertou os irmãos e se tornou o novo chefe da dinastia.

Crono se casou com a sua irmã Réia e teve três filhos: Hades, Posêidon e Zeus; e três filhas: Héstiã, Deméter e Hera. Um dia um oráculo (aquele que detém o conhecimento do futuro e da sabedoria) fez a Crono uma previsão de que um dos seus filhos iria destroná-lo. Assim, Crono devorava os filhos, mal nasciam. Zeus, o mais novo, escapou com a ajuda da mãe e obrigou o pai a vomitar os irmãos devorados anteriormente.

Zeus expulsou Crono do céu e o aprisionou nos confins do mundo, que ficam sob o mar. A partir daí, tornou-se o chefe de uma nova geração de deuses, a dos Olímpicos, e até hoje é conhecido como o deus dos deuses.

• O tempo

Cada pessoa tem uma maneira própria de perceber e viver o tempo, dependendo do seu estado de espírito e da época em que vive. Se estamos felizes, o tempo passa como se voasse e se estamos tristes parece que as horas e os dias não passam. Entretanto, isso é uma ilusão, pois independentemente de nossa vontade, o tempo segue seu curso infinito. Como já dizia o poeta Cazuzza, “o tempo não pára”.

É costume das pessoas mais velhas afirmarem que o tempo é um santo remédio, que ele resolve todos os nossos problemas e aflições. De fato, quando estamos vivendo uma situação muito ruim, parece que nosso sofrimento não terá fim. Mas, com o passar do tempo, as feridas vão cicatrizando, as lembranças ficam mais distantes, surgem novas situações, conhecemos novas pessoas, surgem novos problemas, alegrias e sonhos. E assim a vida segue.

Este tipo de tempo a que estamos nos referindo é o **tempo cronológico**, que medimos pelo relógio e pelos calendários (ver boxe 2, pág. 23).

Existem ainda outros tipos de tempo: o **tempo geológico**, que se refere às mudanças ocorridas na crosta terrestre, e o **tempo histórico**, que está relacionado às mudanças nas sociedades humanas. O tempo histórico tem como agentes os grupos humanos, os quais provocam as mudanças sociais, ao mesmo tempo em que são modificados por elas.

O tempo histórico revela e esclarece o processo pelo qual passou ou passa a realidade em estudo. Nos anos 60, por exemplo, em quase todo o Ocidente, a juventude viveu um período agitado, com mudanças, movimentos políticos e contestação aos governos. O *rock*, os *hippies*, os jovens revolucionários e, no Brasil, o Tropicalismo (Capinam, Caetano Veloso, Torquato Neto, Gal Costa, Gilberto Gil, etc.) e a Jovem Guarda (Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléia, Wanderley Cardoso, entre outros) foram experiências sociais e musicais que deram à década de 60 uma história peculiar, diferente dos anos 50 e dos anos 70.

Isso é o tempo histórico: traçamos um limite no tempo para estudar os seus acontecimentos característicos, levando em conta que, naquele momento escolhido, muitos seres humanos viveram, sonharam, trabalharam e agiram sobre a natureza e sobre as outras pessoas, de um jeito específico.

A História não é prisioneira do tempo cronológico. Às vezes, o historiador é obrigado a ir e voltar no tempo. Ele volta para compreender as origens de uma determinada situação estudada e segue adiante ao explicar os seus resultados.

• A contagem do tempo histórico

O modo de medir e dividir o tempo varia de acordo com a crença, a cultura e os costumes de cada povo. Os cristãos datam a história da humanidade a partir do nascimento de Jesus Cristo. Esse tipo de calendário é utilizado por quase todos os povos do mundo, incluindo o Brasil.

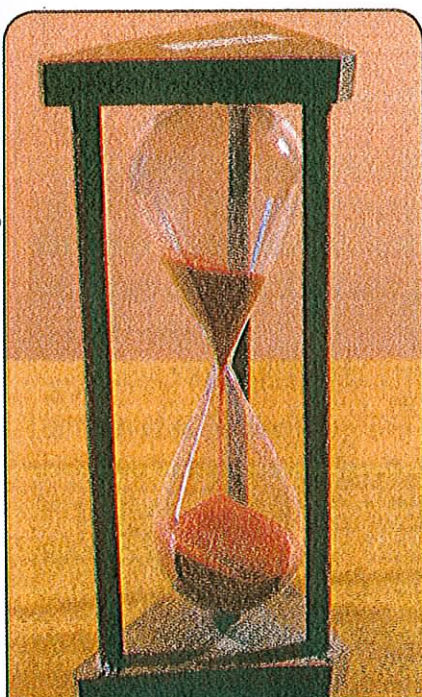
O ano de 2008, em nosso calendário, representa a soma dos anos que se passaram desde o nascimento de Jesus e não todo o tempo que transcorreu desde que o ser humano apareceu na Terra, há cerca de quatro milhões de anos.



Relógio de sol, um instrumento de marcar o tempo na Antiguidade, mas que ainda pode ser visto em alguns lugares do Brasil.

Corel Stock Photos

P. Imagens/Vimeo-Moacir Francisco



A ampulheta usa a areia para medir um determinado intervalo de tempo, que é o período que a areia leva para passar de um vaso a outro.

O ponto de partida de cada povo ao escrever ou contar a sua história é um acontecimento que considera importante. Os judeus, que aguardam um Messias salvador, contam o tempo a partir da saída deles do Egito, guiados por Moisés, há mais de 5 700 anos. Na Grécia Antiga, o tempo era contado a partir da Primeira Olimpíada, realizada há quase 2 800 anos.

Já os romanos antigos iniciaram sua contagem tomando como ponto de partida a fundação da cidade de Roma, há cerca de 2 740 anos. Os árabes, por sua vez, começaram a sua contagem do tempo a partir do ano em que o profeta Maomé, nas suas pregações, foi obrigado a sair da cidade de Meca e se refugiar em Medina – momento esse que, no Ocidente, corresponde ao ano de 622 d.C.

Regras para identificação do século

Para identificar o século a que pertence uma data qualquer, basta eliminar a unidade e a dezena do ano em foco e somar 1 ao restante do número.

Exemplos:

Ano 1755 = 1755 = (17 + 1) = 18 = século XVIII

Ano 55 a.C. = 55 a.C. = (0 + 1) = 1 = século I a.C.

Ano 230 = 230 = (2 + 1) = 3 = século III

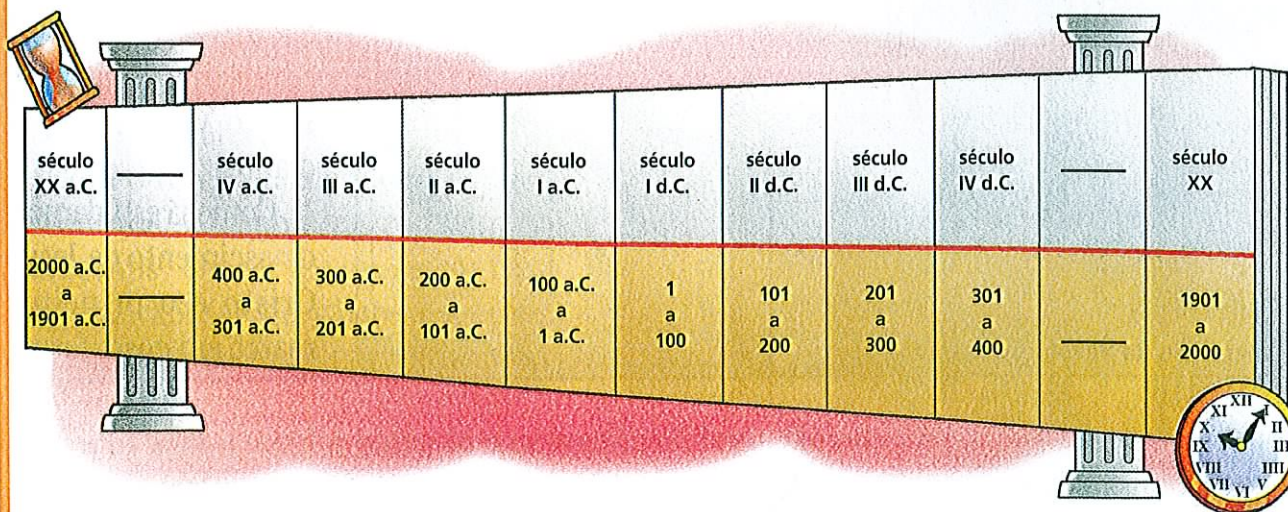
Mas, preste atenção, essa regrinha não vale para as datas que terminam em dois zeros, como o ano de 2000, por exemplo. Nesse caso, o século corresponde aos dois primeiros algarismos, ou seja, trata-se do século 20, ou século XX. Isso ocorre justamente porque 2000 é o último ano do século XX. No dia 1º de janeiro do ano 2001, começou o século XXI e também o terceiro milênio (os milênios correspondem a 1 000 anos).

Já para saber quais anos pertencem a um determinado século, é preciso subtrair o numeral 1.

Veja o exemplo:

Século XXI = 21 – 1 = 20

Portanto, todos os anos começados por 20 pertencem ao século XXI, com exceção de 2000, como estudamos anteriormente.

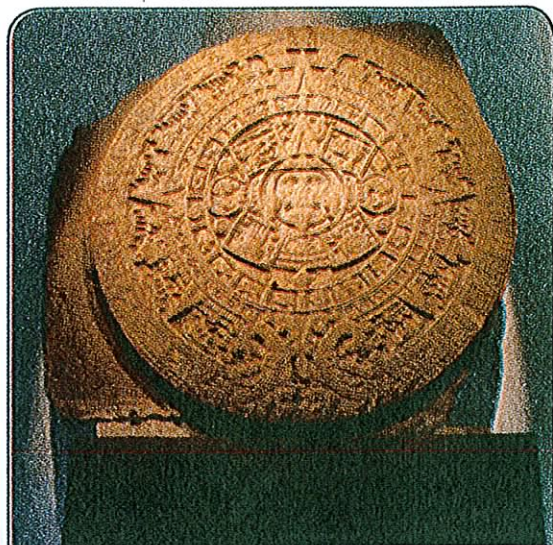


Os astecas tinham três diferentes calendários. O primeiro deles referia-se à contagem dos dias, com um ciclo de 260 dias com 20 meses e semanas de 13 dias. O segundo calendário, chamado solar ou dos camponeses, tinha 365 dias e era dividido em 18 meses. Finalmente, o terceiro, chamado o ano de **Vênus**, tinha 584 dias. Esse último calendário estava ligado à mudança da posição de Vênus no céu.

A cada 104 anos, os três calendários dos astecas terminavam juntos e eles acreditavam que, nessa data, o mundo iria acabar.

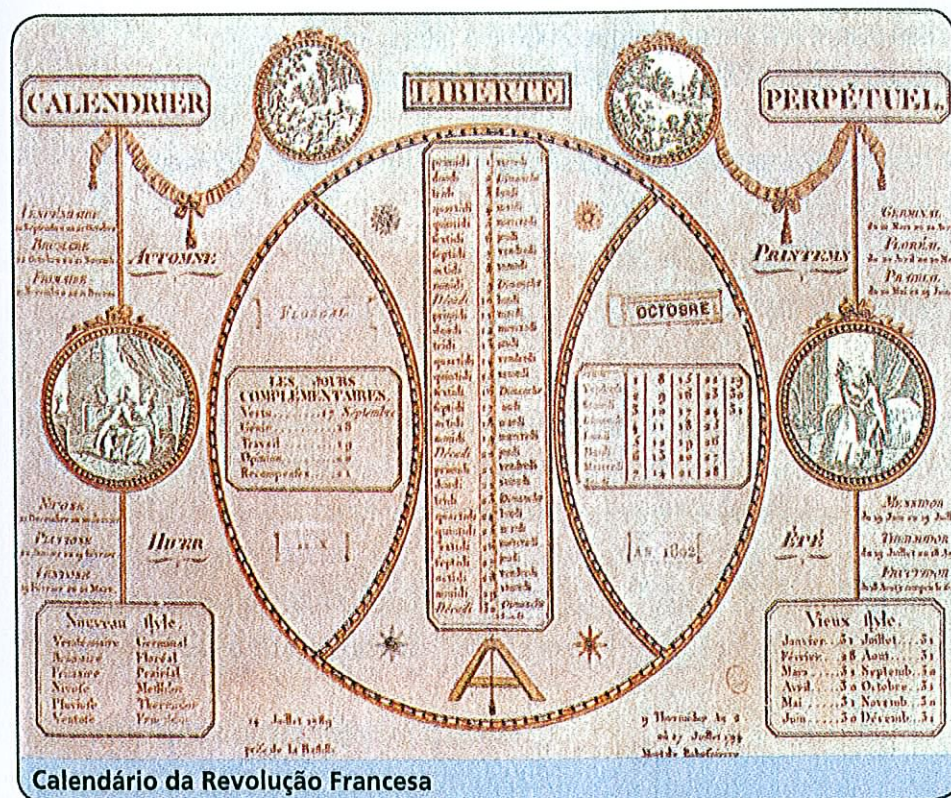
Assim como os astecas, os maias e os incas também tinham seus calendários que, não só marcavam, como hoje, os 365 dias, mas estavam também ligados a mitos e lendas desses povos, prevendo acontecimentos extraordinários.

Os franceses, em 1793, depois de uma revolução, passaram a contar o tempo de novo, como se estivessem no Ano I e a História começasse a partir dali. Eles deram até outros nomes aos meses. Algum tempo depois, com as mudanças políticas que enfrentaram, voltaram a usar o calendário anterior, o mesmo que usamos no Brasil.



Stock Photos/Corbis/Danny Lehman

O calendário solar dos astecas era também chamado Pedra do Sol. Foi esculpido em um bloco de pedra com 3,6 metros de diâmetro e 24 toneladas de peso!



Calendário da Revolução Francesa

Ao estudar História, trabalhamos com períodos bem longos. Desse modo, temos de usar o século como principal medida de tempo em nossos estudos. Cada século tem 100 anos e é representado normalmente por algarismos romanos: século XV, século XII, século XX e assim por diante.

Como já estudamos, o nascimento de Jesus Cristo é o principal marco em nossa forma de registrar o tempo.

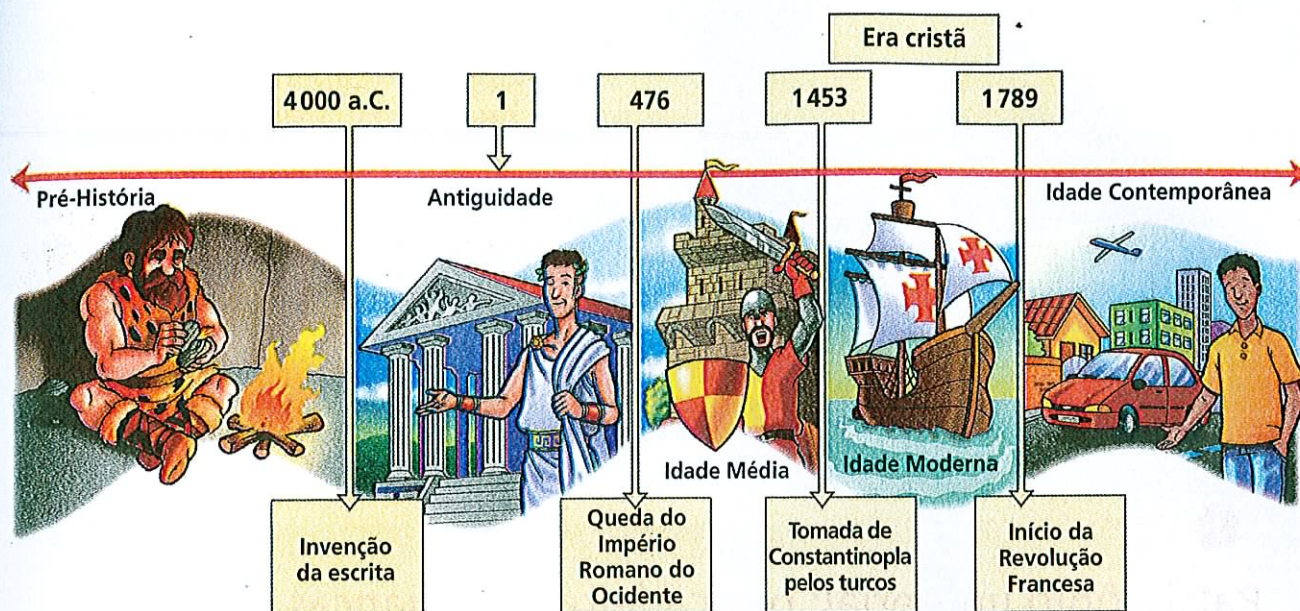
Todos os anos e séculos antes do nascimento de Jesus são escritos com as letras a.C. e, dessa maneira, então, 127 a.C., por exemplo, é igual a 127 anos antes do nascimento de Cristo.

Os anos e séculos que vieram após o nascimento de Jesus Cristo não são escritos com as letras d.C., bastando apenas escrever, por exemplo, no ano 127.

• A divisão da História

Os historiadores estabelecem, para facilitar o estudo, uma divisão da História em quatro grandes períodos, com base no calendário gregoriano (calendário ocidental, que tem como marco o nascimento de Jesus Cristo, utilizado em grande parte do mundo).

Observe esta linha do tempo:



A Idade Antiga começou aproximadamente em 4 000 anos a.C., quando surgiram as primeiras civilizações, indo até o ano de 476 (século V), com o fim do Império Romano do Ocidente. A Idade Média, iniciada em 476, teria durado provavelmente até 1453 (século XV). Nesse ano, o fim da Idade Média foi marcado por dois acontecimentos importantes: a queda de Constantinopla nas mãos dos turcos otomanos e o fim da Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra.

Com o fim da Idade Média, começou o que se denomina os "tempos modernos" ou **sociedade do Antigo Regime**, apesar de vários aspectos da cultura e do imaginário medieval permanecerem ao longo desses novos tempos. Assim, a passagem de um período histórico para outro não significa somente rupturas, mas também permanências do período anterior.



A tomada de Constantinopla pelos turcos. 1453. Miniatura francesa (detalhe). Biblioteca Nacional de Paris.

A Idade Moderna durou de 1453 a 1789. (século XVIII). A Revolução Francesa foi o fato que trouxe grandes mudanças na História da Europa e das Américas. Já a chamada Idade Contemporânea vem de 1789 até os dias atuais.

Esse jeito de dividir a História é polêmico. Alguns historiadores o contestam porque ele não leva em conta a transição de um período para outro, além de questionarem a escolha de certos acontecimentos e marcos históricos. Esses historiadores argumentam que nada na História acontece de repente. Tudo depende das ações humanas e do tempo.

As grandes navegações foram o marco inicial dos tempos modernos.



BOXE

1

Patrimônio imaterial: brincadeiras de crianças

O patrimônio imaterial de um povo é tão importante quanto o material. Você sabia que brincadeiras das crianças brasileiras do passado fazem parte de nosso patrimônio imaterial? E que elas têm várias origens? Leia o trecho da matéria a seguir:

A partir do século XIX, passaram a desembarcar no Brasil novas referências de cantigas e rodas infantis que chegavam junto a imigrantes de diferentes nacionalidades. Dessa maneira, ampliava-se a diversidade lingüística nas canções, que já vinha agregando em suas letras palavras como dindinho, dengo, iaiá, moleque, vindas da África, ou arapuca, pereba, pipoca, originárias do tupi.

A pesar do [escritor modernista] Mário de Andrade nos assegurar que a roda infantil brasileira, como texto e tipo melódico, permanece firmemente européia e particularmente portuguesa, é possível encontrar influência francesa em versos como "eu sou pobre, pobre, pobre de marre deci" (Je suis pauvre, pauvre, pauvre...) ou influência italiana na versão adaptada Capelinha de Melão, que originalmente era a Capelinha de Milão.

O nosso esconde-esconde é o escondoirelo espanhol, ou cache-cache francês. O jogo popular das cinco pedrinhas, cinco-marias, ou bole-bole, como é mais conhecido no Brasil, veio de Portugal com o nome de bato, pedras, chocos, jogas, telhos, bodelhas ou chinhas, este último como também é conhecido na Espanha. Os romanos brincavam de sum sub luna, que o castelhano chama sonsoluna e o ibero-americano frio y caliente, tradução para o quente e frio tradicional do Brasil.

A brincadeira de amarelinha é outro exemplo desta mistura lingüística. Até que se prove o contrário, uma interpretação possível é que o nome amarelinha tenha vindo de uma corruptela do nome deste jogo em francês: marelle, que significa pedrinha, jogada nos desenhos feitos no chão.

Assim, em uma mistura de cores e saberes, o repertório cultural infantil permanece com um espelho vivo de cada cultura, garante representações do simbolismo humano e aproxima povos diversos que se reconhecem em gestos simples, como no lançar de um pião.

MEIRELLES, Renata. Pipa, pião e chicote. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 1, n. 4, out. 2005. p. 29.

BOXE

2

Os relógios: o tempo europeu

Os relógios são introduzidos primeiro nos edifícios públicos. Em 1344, em Pádua, 1345, em Bugres, 1354, em Florença e Gênova, e em 1370, em Comar, York, Basileia e Paris. Ao todo somam 33 entre 1344 e 1370. O Estado instituiu o relógio como parte de um monumento oficial, delegando ao poder público o domínio do tempo. Olhando freqüentemente para o relógio, o cidadão deveria encontrar formas eficientes para organizar o seu cotidiano e definir padrões de **urbanidade** no convívio com o outro [...] A presença de artesãos especializados representa a busca de um controle maior do tempo. O processo de centralização do poder encontra um símbolo capaz de fascinar a todos pela lógica e perfeição do funcionamento de suas engrenagens.

Ganhar ou perder tempo são expressões de uma sociedade em que o tempo não tende

obrigatoriamente para Deus. Representam sociedades industriais nas quais o tempo corresponde ao dinheiro. Nem sempre foi assim; na Idade Média ninguém se preocupava em medir matematicamente o tempo, porque a Deus cabia o controle do destino de todo ser humano. Ninguém precisava ter pressa, pois não faria nada além do que Deus havia determinado. O sino da Igreja, invariavelmente, anunciava a repetição de um dia igual ao outro. Trabalhando muito ou pouco, o servo continuaria a ser servo e o senhor, senhor. O ritmo imprimido à vida pela Igreja, pelo som de seu sino, era de tal forma referencial que uma cidade revoltada poderia receber de castigo o confisco do sino. Ela era punida, e os habitantes sofriam a ausência do som.

SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e colonização*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 27-8.



Para saber
MAIS

Texto 1

Estória?

... Gosto de ficar brincando com as palavras, descobrir seus significados concretos. De vez em quando, implico com uma ou outra. Aliás, tenho uma implicância quase desesperada com a palavra estória. Não sei de onde Guimarães Rosa, este maravilhoso inventor, tirou essa idéia. Como em inglês há *history* para ciência e *story* para caso – esta coisa tão brasileira – ele deve ter partido deste princípio para inventar esta palavra infeliz e inadequada. Agora vê: logo sua idéia menos feliz foi a que fez mais sucesso. O que apareceu de boboca escrevendo estória para se referir a seus maus contos não estava no gibi. E, quando estava, era uma tristeza.

Nunca tinha visto esta palavra escrita, antes dos textos dele. Em nenhum lugar do Brasil, nosso caboclo se refere à história abrindo em e o começo da palavra. Aí, fui aos dicionários para ver se a haviam registrado. Registraram. O Aurélio teve a dignidade de nem dar o significado da palavra; foi logo dizendo que seu uso não era recomendável. O Michaelis falou que estória era caso. Ponto. Já o Houaiss, que é mais metido a sabidão, lascou lá uma porção de informações duvidosas. Primeiro, disse que estória vinha do francês *estoire* ou *estorie* (não achei em nenhum dos meus dicionários de francês) e informou que a palavra apareceu escrita, pela primeira vez entre nós, em 1912 (não sei onde). E tira a paternidade dela do domínio de Guimarães Rosa, dizendo que quem a pôs primeiro em letras de forma foi Monteiro Lobato. Na boca do conde de Sabugosa (quer dizer, o Houaiss promoveu o viscondezinho) [...]

ZIRALDO. *Palavras, palavras, palavras.... Estado de Minas*, 19 nov. 2004. p. 6. Caderno Cultura.

Estudo do texto

1. Na sua opinião, por que o autor não gosta da palavra estória?
2. Segundo o autor, qual o significado da palavra estória?
3. Você acha que as palavras estória e história têm o mesmo significado? Justifique a sua resposta.

Texto 2

Calendários

De uma maneira geral, podemos dizer que um Calendário consiste em um conjunto de unidades de tempo (dias, meses, estações, ano, ...), organizadas com o propósito de medir e registrar eventos ao longo de "grandes períodos".

Existem indícios que mesmo em eras pré-históricas, alguns homens já se preocupavam em marcar o tempo. Na Europa, há 20.000 anos, caçadores escavavam pequenos orifícios e riscavam traços em pedaços de ossos e madeira, possivelmente contando os dias entre fases da Lua.

Há 5.000 anos, os Sumérios tinham um Calendário bem parecido com o nosso, com um ano dividido em 12 meses de 30 dias, o dia em 12 períodos e cada um desses períodos em 30 partes.

Há 4.000 anos, na Babilônia, havia um calendário com um ano de 12 meses lunares que se alternavam em 29 e 30 dias, num total de 354 dias.

Os egípcios inicialmente fizeram um calendário baseado nos ciclos lunares, mas depois notaram que quando o Sol se aproximava da "Estrela do Cão" (Sírius), estava próximo do Nilo inundar. Notaram que isso acontecia em ciclos de 365 dias. Com base nesse conhecimento eles fizeram um Calendário com um ano de 365 dias, possivelmente inaugurado em 4.236 a.C. Essa é a primeira data registrada na história.

Quando Cabral chegou por aqui, encontrou os nossos índios medindo o tempo pelos ciclos lunares. O francês Paulmier de Gonneville na sua viagem ao Brasil em 1503-1504 teria levado no seu retorno à França, o filho do chefe dos Carijós, com a promessa de trazê-lo de volta no prazo de 20 Luas.

O Sol, a Lua e os seus ciclos sempre chamaram a atenção do homem. Como não perceber o "nascer... pôr... nascer..." do Sol? Como não perceber a mudança cíclica na forma como vemos a Lua no céu? Prestando atenção, não é difícil perceber a mudança também cíclica do posicionamento da trajetória diária que o Sol faz no céu; ou mesmo a sua aproximação também cíclica às estrelas de fundo.

Em geral os Calendários se baseiam nos ciclos do Sol e/ou da Lua, que são os objetos celestes que mais chamam a atenção do homem. Existem algumas exceções como o Calendário dos Maias (2.000 a 1.500 a.C.) que além da Lua e do Sol, baseava-se também no planeta Vênus. Imagine-se cidadão de uma sociedade primitiva.

O movimento do Sol no céu, "gerando" o claro/escuro, se impõe, sendo impossível não ser percebido. Temos aí o "dia".

As fases da Lua e o seu movimento em relação às estrelas também seriam percebidos com facilidade, bastando para isso um mínimo de lembrança do passado. (Lembre-se que fora das grandes cidades atuais você vê e veria a Lua com frequência). Temos aí o conceito do "mês".

As sombras de árvores, pedras, etc., talvez tenham sido os primeiros sinalizadores, para um observador mais atento, indicando que o caminho diário do Sol no céu também muda em ciclos. Esses ciclos também poderiam ter sido observados, pela primeira vez, através do movimento do Sol em relação às estrelas. Temos aí o “ano”. Seria muito simples (e quem sabe, definitivo!) fazer um Calendário se os ciclos que determinam o ano (translação da Terra em torno do Sol) e o mês lunar (translação da Lua em torno da Terra) compreendessem um número inteiro de dias (rotação da Terra em torno de seu próprio eixo) e fossem perfeitamente comensuráveis entre si. Pra complicar mais as coisas, a duração desses ciclos oscila constantemente em torno de uma média que também varia ao longo dos séculos.

LAS CASAS, Renato. *Calendários*. UFMG – Observatório Astronômico Frei Rosário. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufmgbr/pas39.htm>> Acesso em: 26 fev. 2002.

Estudo do texto

1. Com base na leitura do texto, explique o que significa o termo *calendário*.
2. Na maioria das vezes, em que se baseiam os calendários? Qual é a exceção citada no texto?
3. Os egípcios alteraram seu calendário e registraram a primeira data conhecida da História. Descreva o processo de alteração do calendário egípcio.
4. Como se pode definir o dia, o mês e o ano segundo as explicações do texto?



História em documentos



DEBRET, Jean-Baptiste. *Lavadeiras no rio*. Século XIX. 1 óleo sobre tela: color.

Interpretação do documento

- Observe com atenção essa imagem e descreva, no caderno, a situação que ela retrata e o tempo que essa fonte historiográfica registra.



Construindo o saber

1. Compreensão do texto

Leia o texto atentamente, seguindo este roteiro:

- Anote no seu caderno as palavras que você não conhece.
- Utilizando o dicionário e o glossário, pesquise e anote o significado de cada uma delas.
- Releia o texto, substituindo as palavras desconhecidas pelos seus significados.

2. Que tal fazer uma linha do tempo de sua história? Para iniciá-la, escolha um acontecimento de sua vida que você considera importante (seu nascimento, início de sua vida escolar ou outro fato que você queira destacar).

3. Em grupo, façam uma leitura comentada da crônica que abre este capítulo – “O guardião da memória”. Depois, construam um outro final para a história, com base no que vocês estudaram sobre a importância da preservação do patrimônio histórico de um povo. Apresentem para a turma o resultado do trabalho que vocês realizaram.

4. Leia a seguinte afirmação de Ferreira Gullar e responda no seu caderno:

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

- O que é a História para Ferreira Gullar?
- Você concorda com a opinião dele? Justifique sua resposta.

5. Pesquisa

Faça uma pesquisa sobre a história do bairro onde você mora (como ele era no passado e como é atualmente). Depois, monte um painel com fotografias (antigas e atuais) e depoimentos de moradores do bairro (antigos e recentes). Afixe-o no mural da sala.

6. Observe os bens que constituem o patrimônio histórico de sua cidade, observe seu estado de conservação e escreva algumas sugestões para sua preservação.

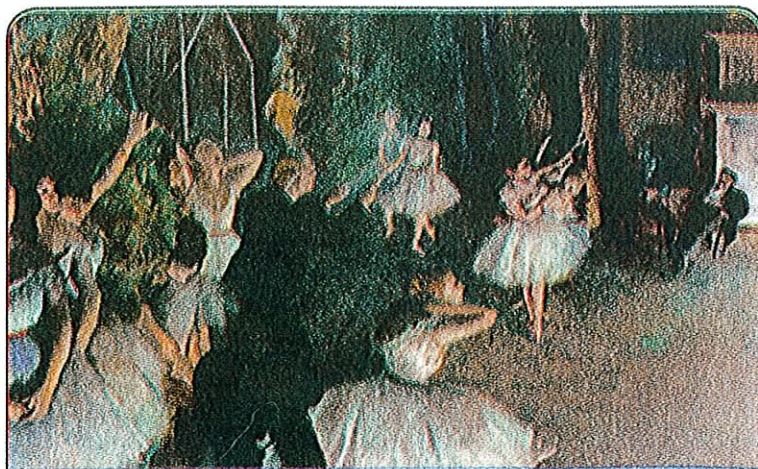
7. Releia o texto “O deus Crono” (boxe, pág. 17) e recontе esta história em forma de quadrinhos.

8. Oficina de iconografia

Observe estas imagens:

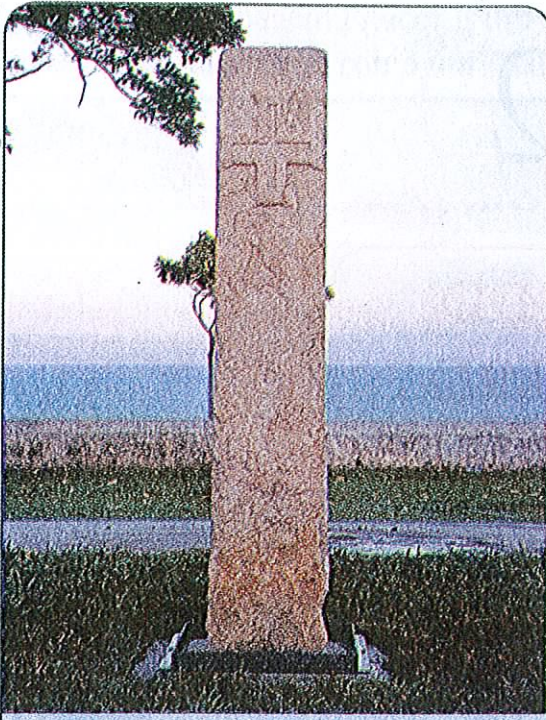


Escarradeira inglesa, final do século XIX



DEGAS, Edgar. *Ensaio de Balé*, 1929. 1 óleo sobre tela: color; 54,3 x 73 cm. Museu Metropolitano de Arte, Nova Iorque.

Pulsar Imagens/Delfim Martins

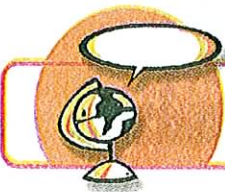


Marco do descobrimento



Documento escrito pela Princesa Isabel, que declarou extinta a escravidão no Brasil.

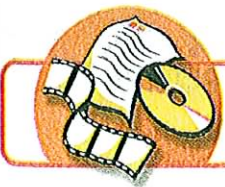
Elas referem-se a fontes escritas, iconográficas e da cultura material. Identifique cada uma delas, escrevendo, no caderno, um pequeno texto sobre a importância de cada uma dessas fontes para a História.



Tema para debate

Patrimônio histórico

No Brasil, a consciência de preservação do patrimônio histórico por parte do governo é recente. Durante muito tempo, vários bens materiais do nosso patrimônio foram destruídos e os imateriais esquecidos. Discuta, com seus colegas, na sala de aula, por que é importante preservar os monumentos, as praças, as cidades históricas, as festas e as tradições de nosso povo.



Espaço multimídia

Indicação de livros paradidáticos

Ver no Manual do Professor indicação de sites sobre o assunto.

- *Tempo e História*. Maria Inês Turazzi; Carmem Tereza Gabriel. São Paulo: Editora Moderna.
- *O frio pode ser quente?* Jandira Mansur. São Paulo: Editora Ática.
- *Apontamentos*. Bartolomeu Campos Queirós. Belo Horizonte: Editora Formato.

DA ORIGEM DO MUNDO AOS HOMENS DA CAVERNA

Leia as tiras da história em quadrinhos.

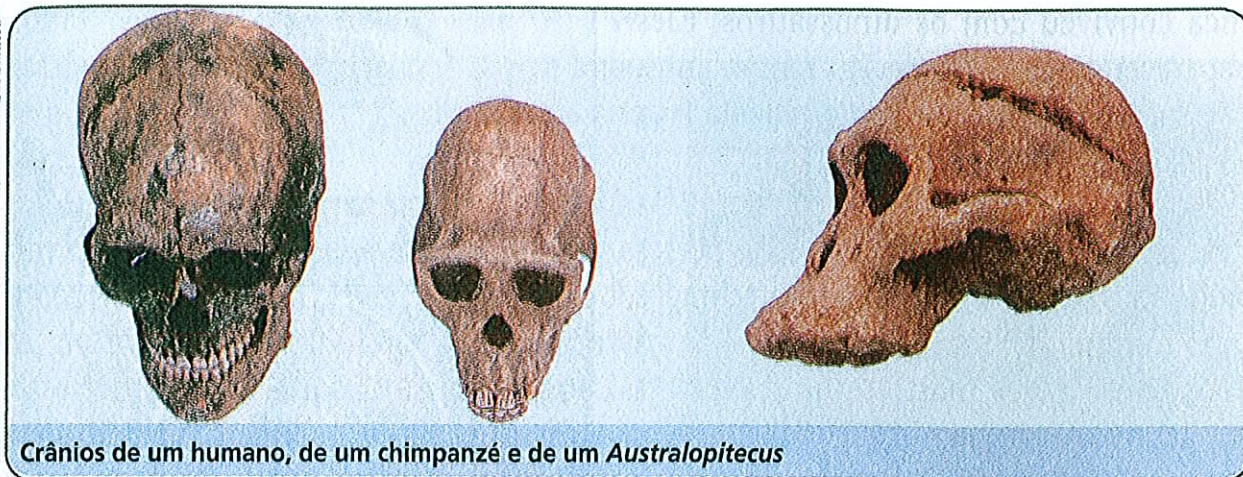


Ronal Chico Bento, n. 319, p. 18-9. "© Mauricio de Sousa Produções Ltda."

Essa história é sobre o Piteco, criado pelo desenhista Mauricio de Sousa. Se você prestar atenção, verá que o artista escolheu o nome Piteco pensando na palavra *Australopitecus*. Os cientistas acreditam que os primeiros hominídeos, seres que deram origem aos humanos, viveram no continente africano há mais de um milhão de anos. Esses hominídeos foram chamados *Australopitecus*, tinham o cérebro maior do que o dos macacos, a arcada dentária semelhante à humana e já andavam eretos, isto é, andavam sobre os pés.

Então, quem é o personagem Piteco? É um homem das cavernas. Mas será que o Piteco se parece e se comporta mesmo como um *Australopithecus*?

Stock Photos/Corbis/DK Limited



Crânios de um humano, de um chimpanzé e de um *Australopithecus*

A origem humana

Você já deve ter tido a curiosidade de saber sobre como surgiu a espécie humana no planeta em que vivemos. Essa curiosidade não é só sua. Pesquisadores e cientistas têm estudado muito para descobrir como se deu a origem do ser humano na Terra.

Quanto mais a ciência se desenvolve, quanto mais avançados são os recursos científicos que esses pesquisadores podem utilizar, mais eles são capazes de encontrar novas possibilidades para explicar a origem humana. Assim, como em um quebra-cabeça, cada nova descoberta vai completando o nosso conhecimento sobre esse tema.

Porém, cada povo possui uma versão diferente sobre a criação do mundo e a origem de todas as coisas que nele existem. Os seres humanos sempre procuraram respostas para perguntas fundamentais: Quando, como e onde nasceu o Universo? De onde viemos?

A respeito do primeiro questionamento, as religiões encontram a resposta nos mitos da criação, também chamados cosmogonias, isto é, explicam a origem do cosmos, do mundo. Existem várias cosmogonias porque existem diferentes mitos de criação do mundo. Mas, apesar de apresentarem elementos diferentes, todas elas partem da idéia de um **caos** anterior, que é transformado em luz e ordem pela intervenção divina.

Podemos constatar essa afirmação no mito da criação do povo chinês, hindu, asteca e na *Bíblia*, que afirma no **Gênesis** que “no princípio, era o caos” e Deus fez a luz, criando o mundo em que vivemos.

Já a ciência explica a origem do universo de forma diferente. A explicação científica mais conhecida é a do Big-Bang (a grande explosão). Segundo essa teoria, o Universo originou-se de uma grande explosão inicial de uma bola de fogo contendo as partículas que viriam a formar nosso mundo entre 10 e 15 bilhões de anos atrás. Depois da explosão, a formação do cosmos demorou cerca de 10 milhões de anos. Primeiro surgiram as **galáxias**, depois as **constelações** e, finalmente, os planetas.

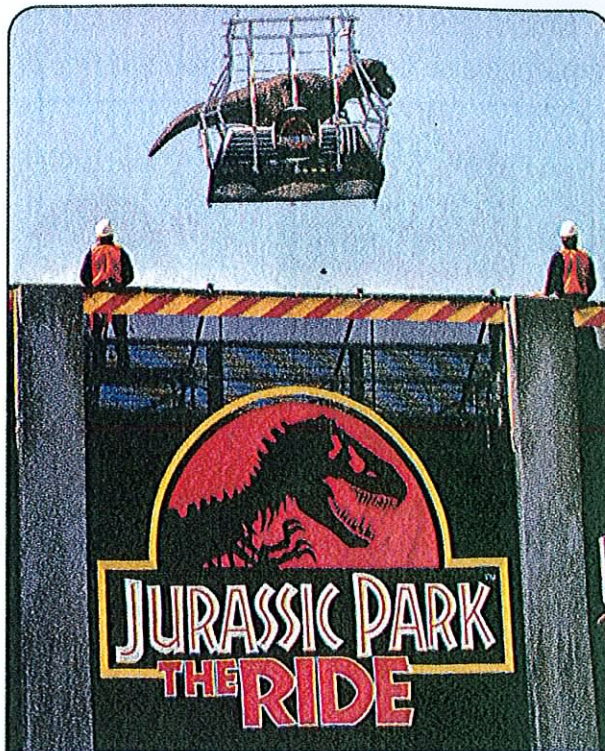
Os vestígios mais antigos de organismos vivos são **fósseis** de algas azuis encontrados em rochas na Groenlândia, com mais de 3,5 bilhões de anos. A partir delas, sempre com intervalos de milhões de anos, teriam surgido outros seres vivos como os peixes, os répteis, os grandes dinossauros, os insetos, as aves e os mamíferos e, por último, o ser humano.

Diferentemente do que revistas, desenhos animados e filmes apresentam, o ser humano nunca conviveu com os dinossauros. Eles desapareceram da Terra muito tempo antes de a espécie humana surgir no planeta (ver boxe, pág. 36).

Segundo pesquisas realizadas por cientistas chineses, os fósseis mais antigos de peixes encontrados situam a origem dos vertebrados há, no mínimo, 530 milhões de anos! Esses fósseis encontrados mostram que os peixes deste período não tinham esqueleto ósseo, não possuíam dentes, somente cartilagens. Ossos, escamas e dentes só apareceram 30 milhões de anos mais tarde.

Quanto mais a tecnologia de pesquisa se desenvolve, mais descobertas, como essa dos chineses, são possíveis e, passo a passo, vamos conhecendo como o nosso planeta e os seres vivos que nele habitaram (e habitam) se formaram.

Quanto ao outro questionamento – De onde viemos? – também encontramos diferentes versões de respostas. Para tentar descobrir o mistério da origem do homem, cada povo da Terra construiu suas próprias explicações de acordo com sua cultura e crença religiosa.



Reuters/Eriko Sugita

A convivência de homens e dinossauros no filme Jurassic Park só foi possível porque, na ficção, os cientistas teriam recriado os dinossauros a partir de traços de DNA encontrados nos fósseis.

Mitos da criação

Mito indígena

No começo só havia Mavutsinim. Ninguém vivia com ele. Não tinha mulher. Não tinha filho, nenhum parente ele tinha. Era só.

Um dia ele fez uma concha virar mulher e casou com ela. Quando o filho nasceu, perguntou para a esposa:

- É homem ou mulher?
- É homem.
- Vou levar ele comigo.

E foi embora. A mãe do menino chorou e voltou para a aldeia dela, a lagoa, onde virou concha outra vez.

– Nós – dizem os índios – somos netos do filho de Mavutsinim.

(Mito dos índios do Xingu)

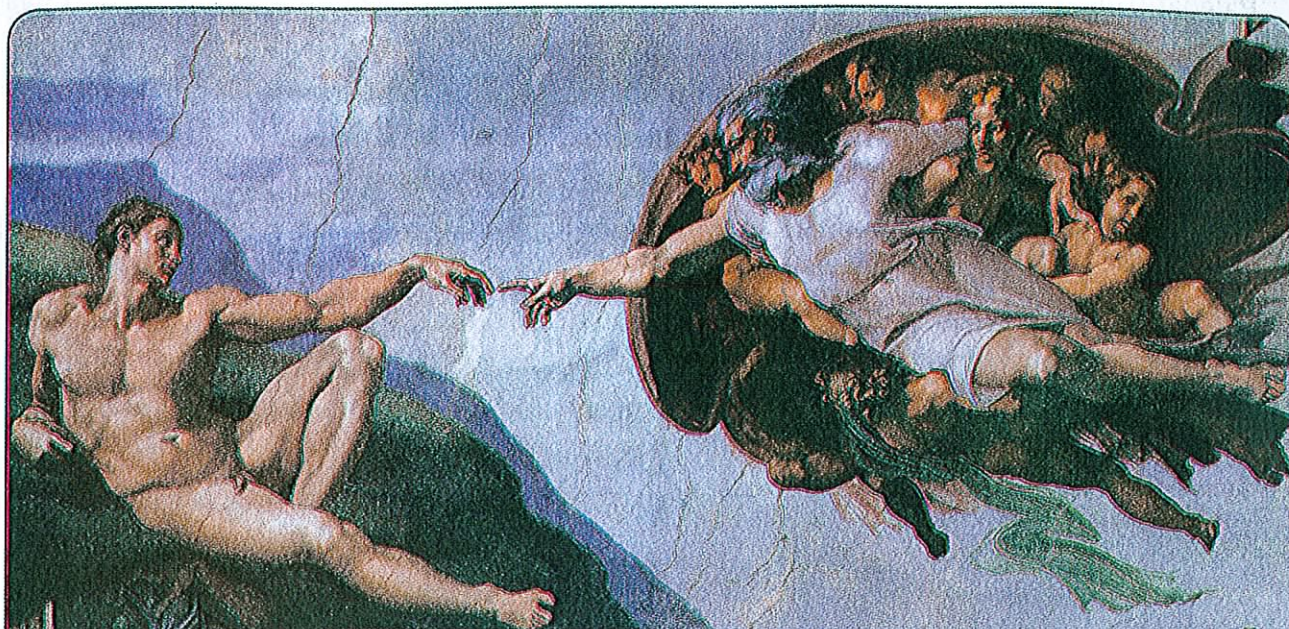
Mito chinês

A primeira forma de vida foi P'an-gu. Ele estava dentro de um grande ovo cósmico, que possuía todos os elementos do universo totalmente misturados entre si. P'an-gu mudava de tamanho – sempre para maior – nove vezes ao dia e, enquanto crescia, terminou por separar a Terra (*yin*) do Céu (*yang*), que estavam dentro do ovo.

Da mesma forma também separou todos os opostos de natureza masculina e feminina, o seco e o molhado, a luz e a escuridão. Enquanto crescia, também criou os primeiros humanos.

Depois de 18 mil anos, o ovo quebrou-se e P'an-gu morreu no esforço da criação. Dos seus olhos nasceram o Sol e a Lua, do seu suor surgiram a chuva e o orvalho, de sua voz fez-se o trovão e de seu corpo criaram-se todas as feições naturais da terra.

De maneira geral, as religiões atribuem a criação dos seres humanos aos deuses que os modelaram com argila, areia ou madeira. De acordo com o cristianismo, os homens foram criados por Deus à sua imagem e semelhança.



Pintura feita por Michelangelo, no teto da Capela Sistina, no Palácio do Vaticano, em 1510, que representa a criação do homem por Deus, à sua imagem e semelhança.

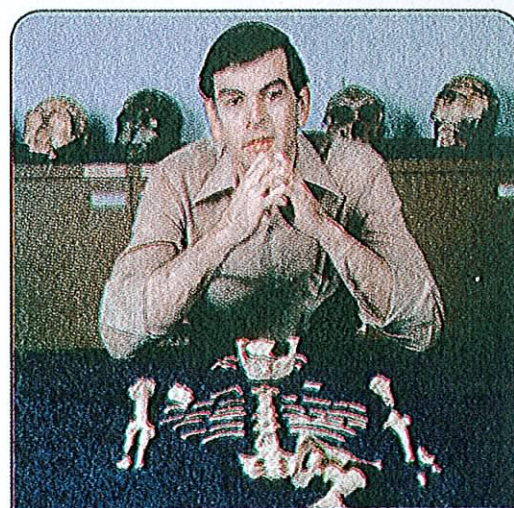
No século XIX, o criacionismo passou a ser criticado pelos cientistas ocidentais que, por meio de pesquisas arqueológicas, passaram a defender a teoria evolucionista, segundo a qual o ser humano é o resultado de um lento processo de evolução.

• Dos *Australopitecus* aos humanos

O conhecimento que temos hoje sobre a origem do ser humano na Terra é resultado do trabalho de cientistas de diversas especialidades, entre eles os paleontólogos, arqueólogos e antropólogos.

Até pouco tempo atrás, os estudiosos não acreditavam que várias espécies de hominídeos existissem ao mesmo tempo no nosso planeta. Porém, em uma escavação na África, os estudiosos descobriram quatro tipos de hominídeos que viviam juntos. Entretanto, fora o fato de serem bípedes e usarem ferramentas toscas, esses hominídeos em nada se pareciam com o homem moderno.

Os *Australopitecus*, cujo termo deu origem ao nome do personagem da tira de abertura deste capítulo, os primeiros hominídeos que viveram no nosso planeta, teriam desaparecido há aproximadamente um milhão de anos. Na década de 70 do século XX, um cientista americano localizou restos de um esqueleto feminino ao qual foi dado o nome de Lucy. Segundo esse cientista, ela deve ter sido um dos últimos *Australopitecus*. Porém, novas descobertas já questionam o fato de Lucy ser a “avó da humanidade”.



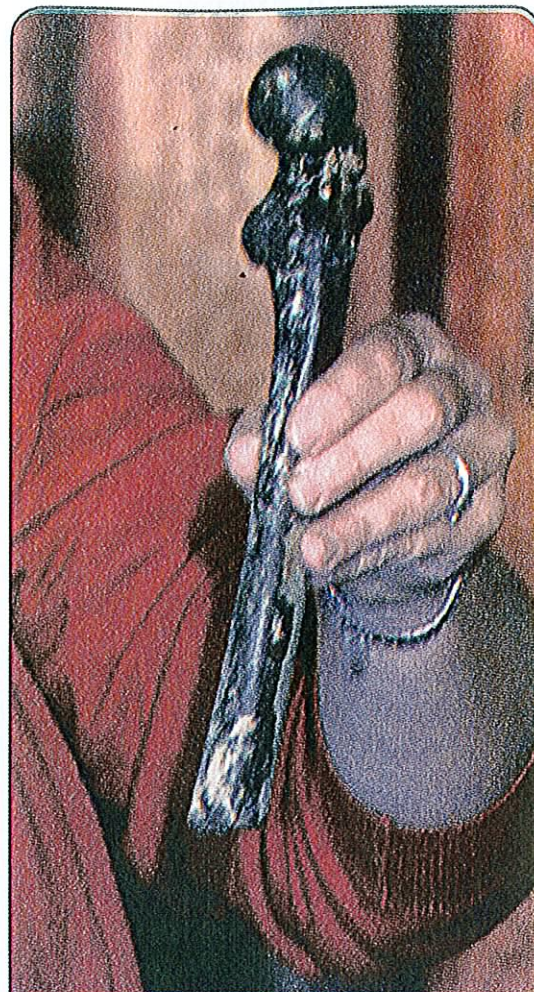
Restos de Lucy, encontrados pelo paleontólogo Dr. Donald Johanson. O esqueleto de Lucy foi o primeiro *Australopitecus afarensis* encontrado praticamente completo.

Stock Photos/Corbis/Morton Beebe

Como você já deve ter percebido, as descobertas sobre a origem e a evolução da espécie humana vão aumentando com as novas pesquisas.

Paleoantropólogos do Museu de História Natural da França descobriram os restos de um ancestral humano que viveu no Quênia, na África, há 6 milhões de anos. Os cientistas afirmaram que encontraram 12 ossos e dentes desse hominídeo no final de 2000. Essa descoberta é fantástica, porque, se comprovada, esse seria o nosso mais antigo ancestral descoberto. Ele seria 1,5 milhões de anos mais velho do que o *Australopithecus ramidus*, o mais antigo hominídeo conhecido até hoje e com quase o dobro da idade de Lucy, uma *Australopithecus afarensis*, de 3,2 milhões de anos, chamada de a “avó da humanidade”.

Segundo os pesquisadores, os restos do hominídeo encontrado sugerem que ela já andava sobre duas pernas e possuía uma anatomia muito mais parecida com a do ser humano moderno, se comparado a Lucy. Caso esses pesquisadores tenham razão, a família de hominídeos à qual pertencem Lucy e o *Australopithecus ramidus* perderá a condição de ancestral do ser humano moderno, para ser considerada uma linhagem diversa que teria se extinguido.



Reuters/Antony Njugna

Pesquisadora mostra um dos ossos encontrados, que teria pertencido ao *Australopithecus ramidus*, o mais antigo hominídeo até hoje conhecido, e com quase o dobro da idade de Lucy.

A Pré-História ou História dos povos pré-letrados

O termo Pré-História foi criado em 1851 e pretendia designar o período de vida da espécie humana anterior à invenção da escrita. A História seria estudada, portanto, a partir do momento em que surgiram os primeiros documentos escritos. Essa idéia é hoje muito criticada, afinal, os humanos que não sabiam escrever também têm história. Eles viviam, comiam, faziam objetos, se comunicavam. Como vimos, não é preciso o documento escrito para a pesquisa histórica. A cultura material também é fonte importante para o trabalho do historiador.

Os arqueólogos têm os mesmos objetivos que os historiadores, só que seus documentos e o meio de conhecerem o passado são bastante diferentes. Não utilizam textos escritos, mas os objetos produzidos pelos homens, os vestígios de suas casas, os restos de sua alimentação, seus instrumentos de trabalho, suas armas, seus enfeites e pinturas. São esses objetos, que os arqueólogos chamam de cultura material, o único meio de sabermos alguma coisa da vida daqueles povos que não conheciam a escrita.

GUARINELLO, N. L. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994. p. 4.

Pelos desenhos deixados nas cavernas – chamadas pinturas **rupestres** – o historiador pode obter indícios do que aqueles homens faziam, como eles pensavam, enfim, como eles viam o seu mundo. Pelos vestígios de utensílios, de ferramentas, o historiador pode saber como essas pessoas comiam, de que forma caçavam os animais, se faziam fogueiras, etc. Por isso, muitos estudiosos, hoje em dia, preferem chamar a Pré-História de História dos povos pré-letrados ou povos ágrafos, isto é, História dos povos que não sabiam escrever.

Stock Photos/Corbis/Archivo Iconográfico, S.A.

Stock Photos/Corbis/Richard T. Nowitz



Instrumentos de pedra utilizados pelos homens das cavernas

A História dos povos pré-letrados é usualmente dividida em três períodos:

- Paleolítico ou Período da Pedra Lascada, que se estendeu da origem do homem até mais ou menos 10 000 a.C., isto é, por cerca de três milhões de anos.
- Neolítico ou Período da Pedra Polida, que teve início em mais ou menos 10 000 a.C e se prolongou até mais ou menos 5 000 a.C.
- Idade dos Metais iniciada em mais ou menos 5 000 a.C. e encerrada por volta de 4 000 a.C. Essa fase é muitas vezes inserida no período final do Neolítico.

Muitos estudiosos chamam o final do Paleolítico de Mesolítico, porque ele apresenta tanto características culturais do Paleolítico quanto do Neolítico.

• O Período Paleolítico

A sociedade paleolítica caracterizou-se pela busca de subsistência (ou seja, o homem procurava tudo o que era necessário para sustentar a vida) por meio da caça, da pesca, da coleta de frutos, sementes e raízes, e da confecção e utilização de objetos de pedra lascada, ossos e dentes de animais. Por isso, o Período Paleolítico é também chamado de Idade da Pedra Lascada.

Nessa sociedade, o ser humano dependia principalmente da natureza para sobreviver, uma vez que a agricultura e a domesticação de animais eram desconhecidas. Por isso, as pessoas tinham vida nômade, isto é, deslocavam-se constantemente em busca de alimentos, sem habitações fixas.

Os homens e as mulheres dessas sociedades viviam em bandos, dividindo o espaço e as tarefas. Para se protegerem do frio, da chuva e dos animais ferozes, buscavam abrigo nas cavernas ou **reentrâncias** de rochas, daí a denominação “homens das cavernas”. Alguns estudiosos acreditam que eles tenham também construído tendas de pele ou cabanas. Uma conquista fundamental do homem paleolítico ocorreu há cerca de 500 mil anos: o uso do fogo. É possível que, a princípio, o fogo tenha sido obtido pela queda de raios. Mas, com o tempo, eles aprenderam a obter o fogo por meio do atrito de pedra ou de pedaços de madeira. Sem dúvida, o fogo foi muito útil para essas pessoas: protegia contra o frio; aquecia os alimentos e ajudava a espantar os animais.

As marcas da presença humana do Período Paleolítico podem ser vistas até hoje em pinturas rupestres encontradas em cavernas como as de Altamira (Espanha), de Lascaux (França) e do município de São Raimundo Nonato, no Piauí (Brasil), entre vários outros lugares, nas quais esses seres humanos desenhavam cenas de seu cotidiano. Além dessas pinturas, eles produziam algumas peças de artesanato bastante **rudimentares**. Vestiam-se de peles e couros de animais que conseguiam **abater** com suas armas rudimentares.

Stock Photos/Corbis/Arquivo Iconográfico, S.A.



Objeto de artesanato do Período Paleolítico

• O Período Neolítico

Você leu que durante o Período Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada os seres humanos sobreviveram da caça, da pesca e da coleta de frutos da natureza. Porém, isso mudou muito no Período Neolítico. As transformações foram tantas que ficaram conhecidas como “revolução neolítica”.

E o que mudou tanto? Foi durante o Período Neolítico que os humanos aprenderam a domesticar os animais e a praticar a agricultura, isto é, a cultivar os alimentos. Além disso, nesse período, eles passaram a dominar a técnica de polir a pedra para a fabricação de instrumentos. Por isso, esse período é conhecido também como Idade da Pedra Polida.

Essas transformações mudaram a forma de viver desses grupos humanos. Eles já não precisavam mais mudar-se constantemente para encontrar comida e foram se tornando

sedentários, isto é, ficavam um longo tempo em um mesmo lugar esperando a hora de colher os vegetais que haviam plantado. Enquanto esperavam, dedicavam-se a outras atividades como a construção de casas, o trabalho com o barro e a argila, a fabricação de cestos e de tecidos e também de ferramentas.



Desenhos de artesanato fabricado pelos chamados "homens de Santarém" que habitavam a região do Rio Tapajós, no Pará.

• **A Idade dos Metais**

A Idade dos Metais iniciou-se com a descoberta da técnica para a fabricação de diversos utensílios com metais. O cobre foi o primeiro metal usado pelo ser humano que, mais tarde, aprendeu a misturá-lo ao estanho para, assim, obter o bronze, que era mais resistente. Mais tarde, aprendeu-se a lidar com o ferro.

Durante esse período, as pequenas aldeias de agricultores transformaram-se em núcleos urbanos, submetidas à autoridade política de um chefe. As primeiras cidades nasceram no Oriente Médio. Biblos, no atual Líbano, é considerada a cidade mais antiga do mundo. Há quase 7 000 anos, surgiu uma das primeiras cidades – Çatal Hüyük, no centro-sul da Turquia.



Ferramentas de bronze utilizadas pelos homens da Idade dos Metais para minerar.

Essa cidade foi habitada por mais de 700 anos e lá eram cultivados trigo, cevada, ervilha. Os estudos indicam que provavelmente seus habitantes produziam também um tipo especial de cerveja. Apesar da caça ser uma atividade importante, os seus moradores também criavam

ovelhas e gado para alimentação e vestimentas. Além disso, em Çatal Hüyük, o artesanato e a fabricação de jóias eram bem desenvolvidos.

Com o desenvolvimento das cidades, as relações entre as pessoas foram se alterando. Os indivíduos passaram a fazer trabalhos especializados como, por exemplo, os artesãos, comerciantes, escribas e muitos outros. Além disso, foi necessário o aparecimento de uma liderança política que controlasse a obediência dos moradores das cidades às normas estabelecidas, para que houvesse uma boa convivência entre eles e também que protegesse seus habitantes contra ameaças externas.

BOXE

1

Dinossauros

Com certeza você já assistiu Jurassic Park, filme que apresenta os dinossauros como animais devoradores de homens. Talvez conheça a família de Dino da Silva Sauro, desenho animado em que o pai, entristecido, escuta o tempo todo Baby gritar "Não é a mamãe!!!!". Certamente já viu Dino, o animal de estimação de Fred Flinstone, que gosta de mostrar o seu afeto derrubando o dono, com estardalhaço e enormes lambidas, toda vez que ele chega do trabalho.

Os dinossauros sempre atraíram a curiosidade e causaram fascínio nas pessoas. Talvez porque, apesar do intenso trabalho dos paleontólogos, ainda faltam muitas informações sobre eles: como viviam, como se comportavam, como foram extintos. Sabe-se, contudo, que esses animais tiveram o maior sucesso na história do nosso planeta já que viveram durante quase 150 milhões de anos.

No início de 2006, foi realizada uma exposição em São Paulo sobre os dinossauros denominada "Dinos na Oca". A exposição apresentou cerca de 400 réplicas de dinossauros, pequenas e enormes, vindas de todas as partes do mundo, inclusive do Brasil.

No subsolo da Oca foi construída uma espécie de sítio arqueológico com diversos esqueletos de dinossauros. A enorme Jobaria, com quase 22 metros, apesar de assustar pelo seu tamanho, era um inofensivo animal herbívoro. Sobre as cabeças dos visitantes da exposição, sobrevoam pterossauros.

A exposição, além de apresentar as réplicas dos dinossauros, apresenta aos visitantes muitas outras informações. Talvez uma das mais interessantes seja sobre o Tiranossauro

rex, o mais temido deles. Segundo consta, esse animal não era assim tão terrível. Tinha braços pequenos, o que dificultava manipular a presa, e pequenos eram também os seus olhos, que o impediam de ser um grande predador, já que predadores precisam de olhos grandes. De acordo com as informações obtidas na exposição, o Tiranossauro rex era um mero comedor de carniça.

Também o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo montou uma exposição permanente sobre os dinossauros. A exposição se chama "A evolução do vôo". E você mais do que depressa perguntaria: e o que tem os dinossauros a ver com isso?

Saiba que foi de um grupo específico de dinossauros – os terópodos – que as aves se originaram. Os terópodos eram dinossauros que voavam. Um exemplo é o velociraptor, personagem terrível do filme Jurassic Park. Na exposição do Museu, há uma réplica do titanossauro, com seu longo pescoço. É interessante saber que os dinossauros não conseguiam esticar o pescoço, como as girafas fazem. Para se alimentar, eles tinham de levantar as patas traseiras e ficar "de pé", pois possuíam pescoços duros.

Há várias teorias para explicar a extinção desses animais fascinantes. Alguns acreditam que a espécie foi extinta em razão do choque de um asteróide com nosso planeta, na região de Yucatán, no México, há 65 milhões de anos. Outros cientistas acreditam que as mudanças provocadas pelo choque do asteróide foram importantes, mas não o fator decisivo para o desaparecimento dos dinossauros. Segundo eles, após quase

160 milhões de anos dominando o planeta, eles teriam adquirido hábitos e portes desproporcionais ao seu habitat. A falta de alimentos teria matado os herbívoros e, em consequência, também os carnívoros foram extintos.

Apesar das várias teorias para explicar a extinção dos dinossauros, os cientistas ainda não chegaram a conclusões definitivas. A causa da extinção desses animais continua sendo um mistério tão grande quanto a vida deles na Terra.



Para saber mais

Texto 1

Leia o texto e observe com atenção as duas imagens.

A imaginação na Pré-História

A primeira imagem é parte de uma extensa pintura rupestre da Toca do Estevo III, situada no Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. A segunda é uma pintura rupestre de Boa Vista, em Prainha, município do estado do Pará.

Os homens da pré-história registravam, por meio dessas pinturas, cenas reais e imaginárias de suas vidas.

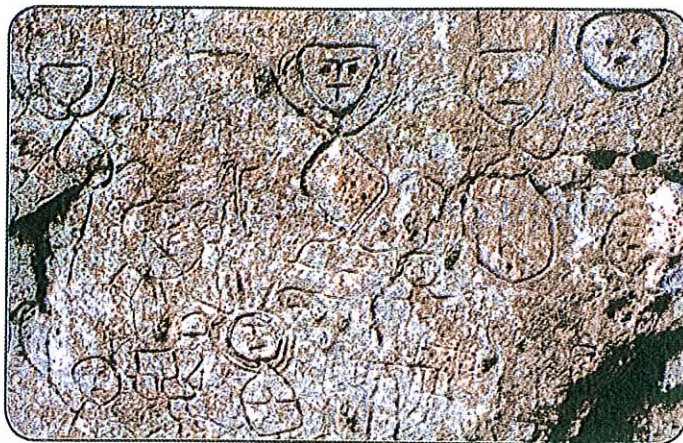
A caça, como pode se observar na primeira imagem, além de ser decisiva para a sobrevivência desses homens, mexia também com sua imaginação.

Senão, como explicar o tamanho do animal se comparado com o tamanho dos caçadores? É verdade que não sabemos o final da história. A caçada – real ou imaginada – apresenta um animal que resiste aos seus caçadores, levantando as patas e ameaçando-os. Seriam os instrumentos rudimentares que esses homens usavam que os faziam temer os animais? Ou, talvez, estivessem exagerando no tamanho do animal para mostrar a força e a capacidade dos caçadores?



A segunda pintura retrata uma série de rostos com expressões diferenciadas, bastante enigmáticas. O que os homens da Pré-História estariam querendo registrar com essa pintura? Talvez suas emoções? Quem sabe a ausência dos corpos indicasse a fraqueza desses homens frente às ameaças constantes?

Texto da Autora



Acervo do Museu Goeldi/Edithe Pereira

Estudo do texto

1. Na sua opinião, as imagens estão bem analisadas pelo texto? Justifique a sua resposta. Talvez, você tenha uma outra explicação para as duas pinturas rupestres. Apresente-a e discuta com seus colegas.
2. Como você descreveria as cenas representadas nas imagens?
3. Após a leitura do texto, qual é a sua conclusão sobre a arte rupestre encontrada nas cavernas do Brasil?

Texto 2

A Idade da Pedra

Nossos antepassados, os primeiros homens e mulheres que povoaram a Terra, refugiavam-se nas cavernas para se proteger do frio.

Fazer fogo exigia um grande esforço. E, para conservar as brasas, os homens serviam-se, naquela época, de uma espécie de fogão muito rústico, construído com pedras achatadas.

Os homens pré-históricos descobriram que, rachando pedras de sílex, com golpes bem calculados, saltavam umas lascas que podiam ser utilizadas como facas ou pontas de lanças. Ao mesmo tempo, aprenderam a construir suas primeiras armas com ossos de animais.

E assim, como quase todos os utensílios que os arqueólogos descobriram em suas escavações eram de pedra, esse Período da Pré-História passou a se chamar Idade da Pedra.

Caçar animais o bastante para que toda a tribo se alimentasse era uma tarefa perigosa. Os homens pré-históricos decoravam as paredes de suas cavernas com pinturas de animais para ter sorte quando fossem caçar.

As cores eram obtidas triturando-se minerais e misturando-os com substâncias de secagem rápida. Depois, o feiticeiro da tribo começava a dançar diante das pinturas, sendo imitado pelos outros. Eles acreditavam que, com essa dança, seria mais fácil caçar os bisões, os porcos-do-mato e os cervos.

RIUS, Maria et al. *Da Pré-História ao Egito*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 2.

Estudo do texto

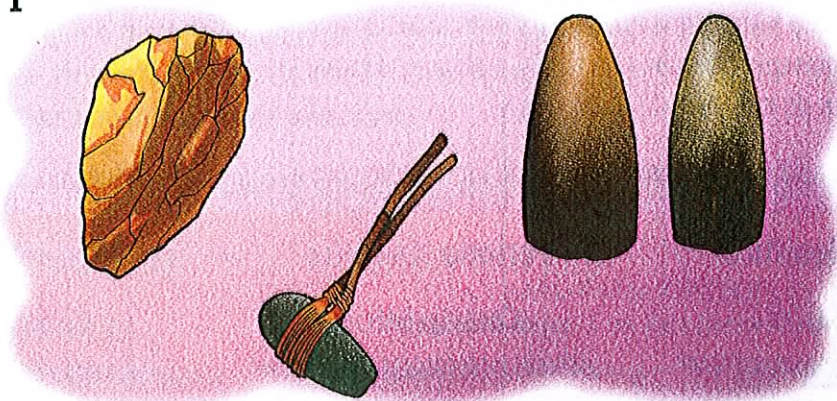
1. Por que a Pré-História foi chamada de Idade da Pedra?
2. Quais eram os utensílios utilizados por esses homens das cavernas?
3. Por que e como os homens da Idade da Pedra desenhavam nas paredes das cavernas?



História em documentos

Observe estes três conjuntos de artefatos dos Períodos Paleolítico, Neolítico e da Idade dos Metais e escreva, em seu caderno, a que período pertence cada um dos conjuntos.

Conjunto 1



Conjunto 2



Conjunto 3





Construindo o saber

1. Leia o texto atentamente, seguindo o roteiro abaixo:
 - a) Anote no seu caderno as palavras desconhecidas.
 - b) Utilizando o dicionário e o glossário, pesquise e anote o significado das palavras.
 - c) Releia o texto, substituindo as palavras desconhecidas pelos seus significados.
2. Releia com atenção o texto *Mitos da criação* (pág. 30). Com base no que você leu, desenhe uma história em quadrinhos que apresente um mito da criação. Coloque sua imaginação para funcionar e crie uma bela história que conte a origem do mundo e dos seres vivos.
3. Copie o modelo abaixo em seu caderno e monte um quadro com as informações que você obteve neste capítulo.

Período Paleolítico	Período Neolítico	Idade dos Metais
Características	Características	Características
////////////////////	////////////////////	////////////////////

4. Você leu as tiras da história em quadrinhos do Piteco. Você viu também a imagem de um crânio de *Australopithecus* e já possui informações sobre esse homínido. Estudou também sobre como os seres humanos viviam no Período Paleolítico, Neolítico e na Idade dos Metais. Na sua opinião, o Piteco é um verdadeiro *Australopithecus*? Discuta com seus colegas sobre esse assunto na sala de aula.
5. Vamos brincar de arqueólogo?



Em 2007, o casal de arqueólogos Antig Dade e Cassa Velaria foi contratado pelo governo brasileiro para pesquisar cavernas em uma região do estado de Minas Gerais.

Antig e Cassa deveriam fazer escavações e procurar saber como era a vida dos homens e mulheres que moravam naquelas cavernas. Após as escavações, deveriam entregar ao governo um relatório apresentando suas conclusões.

Os arqueólogos trabalharam arduamente durante alguns meses e foram premiados com preciosas descobertas. Eis a lista dos achados de Antig Dade e Cassa Velaria:

- 1) Pedras achatadas e restos de madeira queimada e empilhada.
- 2) Pinturas nas paredes das cavernas representando homens correndo atrás de animais.
- 3) Ossos afiados de animais.
- 4) Pó de pedrinhas trituradas.

Volte ao texto 2 e às respostas que você deu ao estudo desse texto. Eles poderão lhe ajudar nesse exercício.

Que informações Antig e Cassa devem colocar no seu relatório:

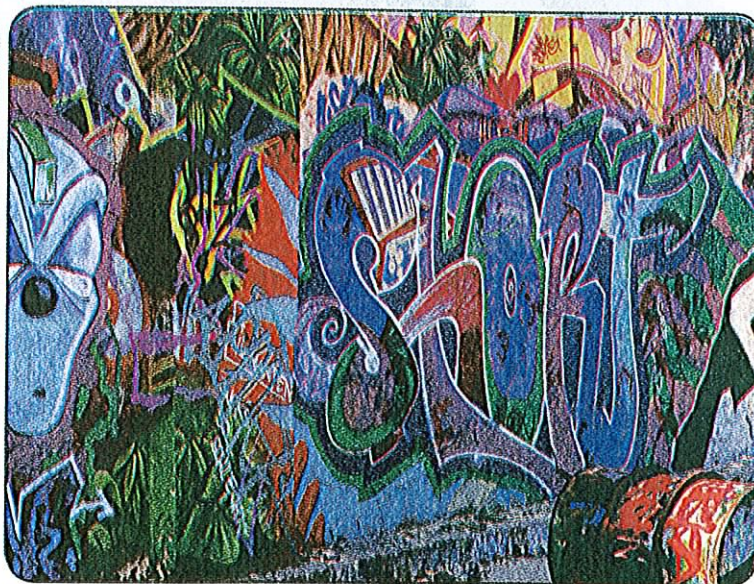
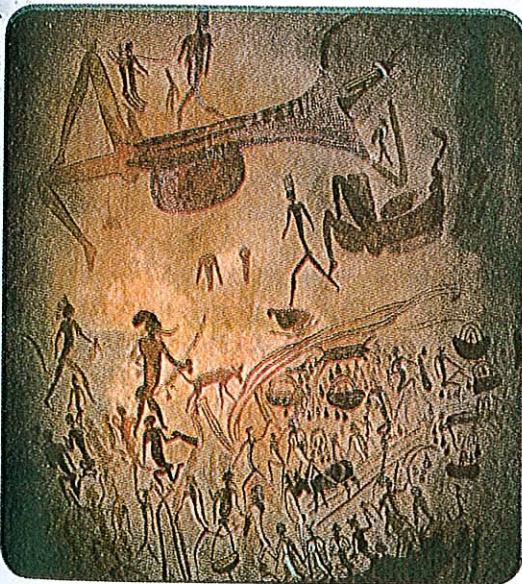
- a) sobre os utensílios utilizados pelos homens das cavernas?
- b) sobre as suas crenças?
- c) sobre a confecção de suas armas?
- d) sobre como faziam as pinturas nas paredes das cavernas?

Anote as suas conclusões no caderno.

PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Histórias, imagens & textos*. 2. ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2004. v. 3, p. 16.

6. Oficina de iconografia

Observe estas imagens:



Esses desenhos foram produzidos em tempos muito diferentes. O primeiro é uma pintura rupestre, registro artístico feito nas paredes das cavernas pelos seres humanos mais antigos do planeta – os chamados “homens das cavernas”. O segundo é um grafite, feito por grafiteiros em nossos dias, em algum muro ou parede de alguma cidade. Essa segunda imagem também é um registro artístico.

- a) Que semelhanças e diferenças você percebe entre os dois desenhos? Na sua opinião, o que os autores desses desenhos quiseram representar?
- b) Na pintura rupestre, você notou a diferença de tamanho existente entre a representação dos homens e a dos animais? Qual seria o significado dessa desproporção?
- c) Da mesma forma que os grafiteiros fazem em nossos dias, desenhando no alto de prédios, nos *outdoors* e em outros lugares difíceis de serem atingidos, os humanos das cavernas procuravam lugares altos e de difícil acesso para fazerem suas pinturas. Qual será a razão de os grafiteiros e homens das cavernas terem um comportamento tão parecido, apesar de viverem em tempos tão diferentes?



Tema para debate

Regras de convivência

Você estudou neste capítulo que com o crescimento das cidades foi preciso de um líder para organizar e controlar os seus moradores, isto é, fazê-los respeitar as normas estabelecidas para a sua convivência. Você acha importante estabelecer normas para o comportamento das pessoas e respeitá-las? Por quê? Em grupo, discuta com seus colegas se as normas são ou não importantes para uma boa convivência entre as pessoas. Depois, apresentem para a turma a conclusão a que vocês chegaram, justificando a posição do grupo.



Espaço multimídia

Ver no Manual do Professor indicação de *sites* sobre o assunto.

Indicação de livros paradidáticos

- *Jornal da Idade da Pedra*. Fiona MacDonald. Belo Horizonte: Editora Dimensão.
- *O homem: origem e evolução*. Riorenzo Facchini. São Paulo: Editora Moderna.
- *O homem na Pré-História*. Rosider Martins Rodrigues. São Paulo: Editora Moderna.
- *Os primeiros habitantes do Brasil*. Norberto Luiz Guarinello. São Paulo: Editora Atual.
- *No tempo das cavernas*. Françoise Lebrun. São Paulo: Editora Scipione. (Crianças na História).
- *Encontro com os homens da Pré-História*. Béatrice Garel et al. São Paulo: Editora Scipione. (Megascopie).
- *A Pré-História*. Atlas Visuais. São Paulo: Ática.
- *Pré-História*. Antônio Carlos Olivieri. São Paulo: Editora Ática. (O cotidiano da História).
- *Eu e os outros*. Maria Helena Pires Martins. As regras de convivência. São Paulo: Editora Moderna.

Indicação de filmes e documentários

- *Guerra do fogo*, 1981. 97 min. Direção: Jean Jacques Annaud.
- *Mistérios da Humanidade*. National Geographic Society (55 min).

Glossário

- **Abater:** Matar; caçar animais; acertar um alvo com armas.
- **Abordar:** Tratar; trabalhar com; apresentar um assunto, um tema.
- **Agregar:** Unir, juntar.
- **Arcada dentária:** Parte da boca onde ficam os dentes e que permite o reconhecimento de homens, mulheres e outros animais.
- **Área de conhecimento:** Campo de estudo; disciplina. A História, por exemplo, é uma área de conhecimento.
- **Bípedes:** Seres que andam sobre os dois pés.
- **Caos:** Desordem; confusão. Segundo a vertente criacionista, antes de Deus criar o mundo, só havia o caos.
- **Cartilagem:** Tecido fibroso que forra as articulações dos ossos.
- **Catálogo:** Relacionar em catálogo; listar. Por exemplo, nos museus, todas as peças de seu acervo são catalogadas, isto é listadas, para os visitantes poderem saber o que são, de quando são e a quem pertenceram.
- **Constelação:** Aglomeração de estrelas.
- **Corruptela:** Alteração, modificação.
- **Cósmico:** Relativo ao cosmos, ao Universo.
- **Cotidiano:** Relativo ao dia-a-dia. Na História, quando se examina o cotidiano de um povo ou de um grupo social, estuda-se suas formas de viver, de comer, de festejar, de vestir, etc.
- **Crônica:** Conto que apresenta uma história curta com um final determinado. Geralmente a crônica trata de assuntos do dia-a-dia, temas leves, agradáveis de se ler.
- **Diversidade lingüística:** Diferença de linguagens.
- **Deleite:** Prazer; contentamento.
- **Fábulas:** Narração alegórica cujos personagens são geralmente animais e encerra, ao final, lições de moral.
- **Fascinante:** Deslumbrante; que exerce grande atração.
- **Fóssil/Fósseis:** Restos petrificados de seres vivos, encontrados geralmente em rochas, que permitem aos cientistas terem informações importantes sobre a formação dos seres vivos no planeta em que vivemos.
- **Galáxia:** Aglomeração de constelações.
- **Gênesis:** Primeiro livro da Bíblia que conta como Deus criou o mundo e o homem.
- **Iconográfica:** Representação por meio de imagem; conhecimento e descrição de imagens. As fontes históricas iconográficas – pinturas, desenhos, aquarelas, entre outras – permitem conhecer fatos e processos históricos.
- **Indumentária:** Roupas; vestimenta. As roupas são fontes históricas da cultura material e sua mudança, ou não, ao longo dos tempos nos permite detectar as permanências e/ou rupturas em um dado período histórico.
- **Instigante:** Aquilo que desperta grande interesse, que instiga saber mais sobre determinado tema.
- **Lendas:** Narrativas, escritas ou orais, de caráter imaginário criadas por grupos sociais que explicam as tradições desses grupos. São consideradas fontes históricas.
- **Linhagem:** Unidade social formada por indivíduos ligados a um ancestral comum por laços de descendência.
- **Memorialista:** Aquele que registra suas memórias ou as lembranças de fatos e acontecimentos do passado. O memorialista não precisa ser um historiador.
- **Mistura lingüística:** Mistura de linguagens.
- **Mito:** Seres e acontecimentos imaginários e/ou pessoa, fato ou coisa real valorizados pela tradição.
- **Napoleão:** Importante personagem da França que apareceu na cena política após a Revolução Francesa e chegou a Imperador desse país.
- **Preservar:** Livrar de algum mal ou dano; defender, resguardar.
- **Primitivos:** Povos que não atingiram um determinado nível de civilização na visão daqueles que se consideram civilizados. Contudo, atualmente, sabe-se que as culturas de todo e qualquer grupo, embora sejam diferentes, são importantes e não podem ser comparadas ou consideradas inferiores ou superiores.
- **Reentrâncias:** Buracos nas rochas que servem como abrigos e eram utilizados pelos homens da caverna para se protegerem contra o frio, a chuva e contra o ataque de animais.
- **Registros:** Fontes históricas de diferentes tipos como, por exemplo, documentos escritos, relatos orais, imagens, objetos da cultura material, entre outras.
- **Registros materiais:** Fontes históricas da cultura material, como utensílios domésticos, ferramentas, armas, etc.
- **Rituais:** Relativo a ritos, como cultos religiosos, festas cívicas, festas populares, entre outros.
- **Rudimentares:** Simples, toscas. Os utensílios do homem do Paleolítico eram rudimentares.
- **Rupestre:** Gravado ou traçado na rocha. As pinturas rupestres são fontes importantes para que se conheça o imaginário e os hábitos dos homens das cavernas.
- **Sílex:** Rocha formada de carapaças de silício de organismos marinhos. Foi muito utilizada para confecção de armas pelo homem neolítico devido a sua grande dureza e a seu corte incisivo, tendo também sido muito usada para se produzirem faíscas em armas de fogo antigas. São rochas duras, compactas, rijas, constituídas principalmente de quartzo.
- **Sociedade do Antigo Regime:** Sociedade que se formou nos chamados “tempos modernos”, hierarquizada, com a concessão de privilégios e honras para os grupos que se colocavam no topo da hierarquia e a exclusão dos grupos menos favorecidos.
- **Toscas:** Simples, rudimentares.
- **Urbanidade:** Polidez, educação.
- **Utensílios:** Objetos criados com determinada utilidade como, por exemplo, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, e outros tipos.
- **Vênus:** Planeta do nosso Sistema Solar, que teve grande importância na construção dos calendários dos povos pré-colombianos.
- **Vertebrados:** Seres vivos que possuem esqueleto (ossos).
- **Vestígios:** Restos, pistas, especialmente importantes para os arqueólogos que escavam à procura de vestígios de povos antigos.